

INFORMAÇÃO ANUAL 2013

INDICADORES FINANCEIROS

T.1

(Euro)

Consolidado (Auditado)	2013	2012	2011	2010
Margem Financeira	25.747.469	18.734.087	19.783.187	16.525.657
Comissões Líquidas	6.533.123	6.789.808	9.002.029	8.699.278
Resultados de Operações Financeiras (Líqu.)	93.041.699	54.831.796	4.105.924	27.452.044
Outros Resultados de Exploração	-300.079	-28.178	285.387	-622.954
Produto Bancário	125.022.212	80.327.513	33.176.527	52.054.025
Custos com Pessoal	-22.356.754	-14.840.651	-8.837.318	-12.556.069
Outros Gastos Administrativos	-7.689.711	-6.130.922	-5.568.518	-6.019.658
Custos de Funcionamento	-30.046.465	-20.971.573	-14.405.836	-18.575.727
Cash Flow Operacional	94.975.747	59.355.940	18.770.691	33.478.298
Amortizações	-1.134.697	-1.314.991	-1.495.072	-1.607.394
Provisões	-1.871.061	-2.892.714	150.258	-7.670
Imparidades	-194.946	-6.294.411	-13.986.727	-5.750.931
Resultados Operacionais	91.775.042	48.853.825	3.439.150	26.112.303
Resultados de Associadas	163.306	23.371	87.565	292.136
Resultados Antes de Impostos	91.938.349	48.877.195	3.526.715	26.404.439
Impostos Correntes	-33.218.522	-16.385.895	-909.833	-5.824.683
Impostos Diferidos	-92.067	26.581	-111.287	-119.866
Resultado Líquido	58.627.760	35.517.881	2.505.595	20.459.890

Contas Individuais	2013	2012	2011	2010
Resultado Líquido *	58.459.256	32.486.385	2.464.443	20.196.409

* A diferença relativa ao resultado líquido consolidado resulta, essencialmente, dos resultados de associadas e de ajustamentos de consolidação relacionados com provisões.

Indicadores Seleccionados	2013	2012	2011	2010
Total do Activo Líquido	1.214.430.252	1.024.615.750	828.983.481	900.762.575
Capitais Próprios	207.192.600	170.724.119	67.234.341	108.140.896
Fundos Próprios	202.589.699	161.869.909	146.510.409	123.177.367
Depósitos de Clientes	683.717.291	543.830.163	440.567.939	332.184.633
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,1%	0,1%	0,2%	0,3%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	28,8%	35,4%	36,2%	12,8%
Crédito Concedido / Activo Líquido	16,2%	18,8%	19,2%	4,7%
Activos sob Supervisão **	2.159.665.428	1.499.588.173	1.086.084.393	1.330.366.558

** Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

Rendibilidade	2013	2012	2011	2010
Rendibilidade de Activos Médios (ROA)	5,2%	3,5%	0,3%	2,6%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	31,0%	27,3%	2,9%	17,3%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	11,2%	8,7%	3,8%	6,5%

Solvência	2013	2012	2011	2010
TIER 1	32,7%	31,9%	32,5%	36,2%
Rácio de Solvabilidade	32,9%	32,0%	32,5%	36,3%

Eficiência	2013	2012	2011	2010
Margem Financeira / Activo Remunerado	2,2%	1,9%	2,6%	2,0%
Custos Transformação / Produto Bancário	24,9%	27,7%	47,9%	38,8%
Custos Pessoal / Produto Bancário	17,9%	18,5%	26,6%	24,1%

Indicadores Financeiros

Relatório do Conselho de Administração

Perspectiva Global do Exercício de 2013
Organização
Análise: Resultado das Operações em 2013
Gestão de Risco e Controlo Interno

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Consolidadas dos Resultados
Demonstração Consolidada do Rendimento Geral
Balanço Consolidado
Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

PERSPECTIVA GLOBAL DO EXERCÍCIO DE 2013

O Banco

O Banco de Investimento Global, S.A. (BiG, Banco BiG ou Banco) é um banco de investimento especializado, com sede em Lisboa. O Banco está autorizado a operar em todas as áreas de negócio abertas ao sector bancário em Portugal.

O Banco iniciou a sua actividade em 1 de Março de 1999. O capital do Banco encontra-se relativamente disperso e é detido por um conjunto de investidores individuais e institucionais (Nota 35), na sua maioria nacionais. Os produtos e serviços que o BiG oferece a clientes estão direccionados para segmentos de clientes particulares e empresas/institucionais. Aos clientes particulares, o Banco disponibiliza produtos de poupança, corretagem, custódia, gestão de patrimónios, serviços financeiros gerais e serviços de pagamentos. Os serviços disponibilizados a empresas e clientes institucionais incluem soluções de gestão de risco, tesouraria, corretagem, custódia e serviços de assessoria financeira. A área de Tesouraria e Mercado de Capitais do Banco foca-se na gestão de liquidez de Balanço e desempenha um papel central na nossa cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado e de crédito.

Adicionalmente à oferta de serviços bancários tradicionais, as principais actividades incluem as plataformas do Banco para promoção da poupança, negociação e investimento por um conjunto de segmentos de cliente. Os objectivos são faci-

litar o acesso dos aforradores e investidores a um amplo conjunto de soluções financeiras, com aconselhamento e assistência ou directamente, permitindo a execução de operações e o acesso a produtos de investimento negociados em mercados regulados e em mercado de balcão.

O Banco gera todas as suas receitas em Portugal, mas a composição das suas carteiras de activos remunerados e a sua origem geográfica podem variar substancialmente ao longo do tempo, dependendo das condições do mercado e das oportunidades de negócio. O Banco interage com os seus clientes através de vários canais integrados: os clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, www.big.pt, e por *financial advisors* baseados em 15 agências com localizações chave, centrais e regionais. Equipas de vendas e de produto baseadas em Lisboa e no Porto trabalham com empresas e clientes institucionais.

O serviço de corretagem do Banco tem por base a sua participação enquanto membro directo da NYSE Euronext, que inclui o mercado doméstico e mercados internacionais chave. Quando se revela mais eficiente ou rentável, o Banco estabelece parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros de modo a proporcionar aos Clientes o acesso a um conjunto de outros mercados mundiais de acções, opções e futuros. As plataformas para negociação de outros produtos em mercado de balcão, obrigações ou

fundos de investimento, têm por base normalmente soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e, frequentemente, acordos com contrapartes e fornecedores deste tipo de soluções.

As actividades do Banco são reguladas por três entidades:

Banco de Portugal: data de registo especial a 5 de Fevereiro de 1999, sob o Código 61. www.bportugal.pt

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: data de autorização a 8 de Março de 1999, sob o Código 263. www.cmvm.pt

Instituto de Seguros de Portugal: registo como mediador de seguros ligado 2. www.isp.pt

Resumo dos Resultados de 2013

(Para mais informações, consulte ANÁLISE: RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2013)

- **No exercício de 2013, o Banco BiG gerou proveitos operacionais de € 125,0 milhões, representando um aumento de 56% face ao valor de € 80,3 milhões registado em 2012 e de € 33 milhões em 2011.**
- **O Resultado Líquido Consolidado de 2013 ascendeu a € 58,6 milhões, 80% acima dos € 32,5 milhões registados em 2012 e significativamente su-**

T.2

(Euro 000)

Resumo dos Resultados	2013	2012	Var %	2011	2010
Produto bancário	125.022	80.328	55,6%	33.177	52.054
Custos operacionais	-33.247	-31.474	5,6%	-29.737	-25.942
Impostos	-33.311	-16.359	103,6%	-1.021	-5.945
Resultado líquido	58.628	32.518	80,3%	2.506	20.460
Capitais próprios	207.193	170.724	21,4%	67.234	108.141
Fundos próprios	202.590	161.870	25,2%	146.510	123.177
Total de activos líquidos	1.214.430	1.024.616	18,5%	828.983	900.763
Crédito	196.919	192.674	2,2%	159.331	42.533
Depósitos de clientes	683.717	543.830	25,7%	440.568	332.185
TIER I	32,7%	31,9%	2,5%	32,5%	36,2%
Rácio de solvabilidade	32,9%	32,0%	2,8%	32,5%	36,3%

perior aos € 2,5 milhões registados em 2011.

- **O Banco gerou resultados de € 0,56 por acção**, que compararam com € 0,309 em 2012 e € 0,024 em 2011.
- **A rentabilidade dos capitais próprios médios do Banco (ROE) aumentou para 30,9% em 2013**, face a 26,9% em 2012 e 2,9% em 2011.
- **O rácio Tier 1 consolidado do Banco no final de 2013 era de 32,7%, face aos 31,9% no ano anterior e 32,5% em 2011.**

A composição dos proveitos em 2013 reflecte a perspectiva da gestão do Banco relativamente às condições gerais de mercado e ao sentimento dos investidores quanto às taxas de juro e ao progresso das economias Portuguesa, Europeia e global na gestão dos efeitos de um longo período de recessão económica. Subjacente a estas condições, os eventos políticos e económicos em curso associados ao Programa de Ajustamento do país com a “Troika” de credores – UE, BCE e FMI – encontram-se entre os mais importantes. Adicionalmente, uma vez que em média apenas cerca de 50% da exposição do Banco envolve risco país de Portugal, os desenvolvimentos na Europa e globais também influenciaram os indicadores financeiros chave do Banco.

Os proveitos operacionais do Banco em 2013 aumentaram 56% para € 125,0 milhões, face aos € 80,3 milhões no ano de 2012 e aos € 33,2 milhões em 2011. O Resultado Líquido foi de € 58,6 milhões, ou 80% superior aos € 32,5 milhões registados em 2012, e que compara com € 2,5 milhões em 2011. Os Resultados Líquidos por acção atingiram € 0,56 em 2013, € 0,309 em 2012 e € 0,024 em 2011, respectivamente. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) cresceu para 30,9% em 2013, o que compara com 26,9% em 2012 e 2,9% em 2011.

Após seis anos de incerteza económica global e num contexto onde surgem os primeiros sinais de estabilidade, senão mesmo de recuperação ao nível domés-

tico, a Administração acredita que o modelo de negócio do Banco demonstra resiliência e, fundamentalmente, solidez. As receitas e resultados do Banco aumentaram significativamente em 2013, respectivamente 56% e 80%, em virtude da seguinte combinação de factores:

- Um maior nível médio de activos remunerados de qualidade, com liquidez, face a 2012;
- Uma estabilização gradual do contexto de taxa de juro, que proporcionou oportunidades de ganhos em activos e margens financeiras mais altas, com custos gerais de financiamento mais baixos;
- Níveis mais altos de poupança e de actividade de investimento realizada pela crescente base de clientes do Banco;
- A continuação da quase total ausência de perdas relacionadas com crédito;
- Políticas de disciplina financeira, transparência contabilística e baixa alavancagem do balanço;
- O foco de longo-prazo da Administração na qualidade dos activos, no excesso de liquidez, rácios de capital elevados, gestão do risco e eficiência operacional geral, independentemente das condições de mercado ou das tendências económicas.

Indicadores Chave da Demonstração de Resultados

Os proveitos operacionais em 2013 incorporaram uma melhoria significativa da margem financeira, uma ligeira quebra nas Comissões gerais de clientes e receitas substancialmente mais elevadas da área de Tesouraria e Mercados Capitais. Os custos operacionais também aumentaram, mas a uma taxa inferior à dos proveitos. As imparidades diminuíram e as perdas relacionadas com crédito foram próximas de zero. Os impostos pagos pelo Banco duplicaram, como consequência de: (i) resultados antes de impostos mais elevados, (ii) taxas marginais superiores e (iii) impostos especiais aplicados ao sector bancário.

Margem financeira. Esta categoria de proveitos aumentou 37% para € 25,7 milhões, a partir de € 18,7 milhões em 2012. O aumento deveu-se a um nível médio de activos remunerados mais elevado, combinado com custos de financiamento mais baixos. Estes resultaram de um crescimento sustentado do nível dos depósitos estáveis de clientes de retalho, de taxas atractivas de financiamento institucional, como a Eurex Repo e o BCE e de níveis superiores de fundos próprios. Enquanto o rendimento médio da maior parte dos activos remunerados de renda fixa diminuiu no curso do ano, com base na menor volatilidade da Zona Euro, o rendimento total aumentou 12% em virtude de um maior valor médio do balanço do Banco. Os custos associados à base de depósitos do Banco, que cresceu 26% para € 684 milhões a 31 de Dezembro de 2013, diminuíram de um modo geral, apesar da persistente concorrência por depósitos num sector bancário obrigado a desalavancar nas actuais condições de mercado. A manutenção das taxas de juro a níveis historicamente baixos pelo BCE também contribuiu para a tendência favorável.

Comissões. As comissões líquidas de serviços de corretagem, retalho, gestão de activos e *advisory* diminuíram ligeiramente para € 6,5 milhões face aos € 6,8 milhões registados em 2012. As comissões brutas, antes de consideradas as comissões pagas a terceiros, ascenderam a € 8,1 milhões em 2013, face aos € 9,8 milhões em 2012. A maior parte destas comissões decorreu de serviços de corretagem e serviços bancários gerados no segmento de clientes de retalho especializado, tal como no ano anterior. Tal deveu-se a um maior número de contas abertas, que cresce numa base diária, e a um aumento gradual do apetite por risco dos clientes que procuram compensar as descidas de taxas dos depósitos bancários. As comissões do segmento institucional, maioritariamente provenientes da estruturação de produtos de investimento, da venda de soluções de gestão de risco e da área de assessoria a empresas, diminuíram en-

quanto percentagem do total. Esta tendência reflecte tanto as diferenças entre os dois segmentos de clientes do Banco – Clientes Particulares e Clientes Institucionais e Empresas – quanto aos respectivos ritmos de ajustamento a uma provável realidade de longo prazo de crescimento lento, expectativas baixas e necessidade de uma reestruturação fundamental.

Tesouraria e Mercados Capitais. As actividades de investimento e crédito associadas à actividade de negociação de clientes, o *market making* e os proveitos gerados pela gestão da carteira de activos de rendimento fixo disponíveis para venda do Banco aumentaram 89% para mais de € 92 milhões em 2013. Cerca de 85% dos proveitos desta categoria foram lucros realizados numa carteira diversificada de activos de rendimento fixo, envolvendo uma variedade de classes de activos com liquidez e de diferentes riscos país. Na gestão das carteiras de crédito e activos num ambiente operacional que continuou a revelar-se desafiante, o Banco teve como prioridades manter elevados níveis de liquidez na sua carteira de activos remunerados e um intenso foco na sua qualidade geral. Na medida em que estas são prioridades estruturais, a Administração espera que esta tendência e prioridade sejam permanentes. Os resultados em 2013 reflectem uma diminuição generalizada dos preços dos activos nos principais mercados e na maioria das categorias de risco, bem como o início de uma mudança gradual do sentimento dos investidores, no sentido da tomada de maior risco com retornos mais baixos, após vários anos de aversão ao risco.

Custos Operacionais. Os custos do Banco num determinado ano tendem a estar correlacionados com o aumento ou diminuição da actividade, como parte da política da Administração de introduzir o máximo de flexibilidade possível na base de custos. Esta flexibilidade é gerida dentro dos limites razoáveis para uma instituição em crescimento, e considerando a relativa inflexibilidade do contexto laboral e fiscal. Em 2013, ano em que os pro-

veitos operacionais cresceram 56%, os custos totais, aumentaram 6%, para € 33,2 milhões. Os custos com pessoal e despesas administrativas cresceram a uma taxa superior à taxa média recente, as amortizações diminuíram e os custos associados a provisões e imparidades diminuíram substancialmente. Os custos com pessoal, que representam sempre a maior categoria de custos do modelo de negócio do BiG, cresceram 47% com base num maior número de colaboradores e dotações superiores essencialmente para compensações variáveis relacionadas com o desempenho. Numa base relativa – isto é, enquanto percentagem dos Proveitos Operacionais – os custos com pessoal diminuíram para 17,9% do total em 2013, por oposição a 18,5% em 2012. Entretanto, os Custos de transformação/Proveitos operacionais diminuíram de 27,7% em 2012 para 24,9% em 2013. Os custos associados com provisões e imparidades líquidas diminuíram 79%, de € 9,2 milhões em 2012 para € 2,1 milhões em 2013, com a melhoria dos mercados, na sequência de níveis superiores de volatilidade em 2012 e 2011.

Resultado antes de impostos e Impostos. O Resultado antes de impostos em 2013 foi de € 91,9 milhões, que compara com € 48,9 milhões em 2012. Os impostos correntes e diferidos de 2013 ascenderam a € 32,5 milhões, comparativamente a € 16,4 milhões no ano anterior. A taxa de imposto efectiva do Banco aumentou significativamente nos últimos anos, em resultado da deterioração das condições económicas em Portugal e das medidas de emergência adoptadas pelo Governo para correcção dos desequilíbrios orçamentais através de novos e mais gravosos impostos. A tributação representou 36,2% do Resultado antes de impostos em 2013. A taxa de imposto efectiva nos anos anteriores foi: 33,4% em 2012; 28,9% em 2011; 22,7% em 2010 e 16,8% em 2009.

Indicadores Chave do Balanço

O total de Activos líquidos a 31 de Dezembro de 2013 estava ligeiramente

acima de € 1,2 mil milhões, superior em 19% ao valor verificado na mesma data em 2012. A carteira de activos disponíveis para venda (AFS) do Banco, constituída maioritariamente por activos líquidos de rendimento fixo, era superior em 25% no final do ano de 2013, ascendendo a € 875 milhões naquela data. O crédito cresceu 2%, para € 197 milhões a partir de € 193 milhões registados no final do ano anterior. O crédito representou 16% do total dos Activos líquidos no final de 2013, o que compara com um rácio de 19% em 2012. Enquanto percentagem dos Depósitos de clientes, o crédito diminuiu para 29% a 31/12/2013, face a 35% registados a 31/12/2012. Excluindo alguns activos financeiros com colaterais (*asset backed securities*) classificados como crédito durante 2010 de acordo com a IAS 39, o crédito a clientes representava, a 31/12/2013, apenas 3,7% dos Depósitos de clientes, o que compara com 4,5% em 31/12/2012. Este facto reflecte a reduzida ênfase do modelo de negócio do Banco no crédito comercial e para consumidores. O rácio de Crédito vencido/ Total de crédito era de 0,1% em 31/12/2013, tendo permanecido inalterado face à mesma data de 2012.

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) depósitos de clientes de retalho, (ii) acordos de venda/recompra estabelecidos com contra partes de mercado, entre as quais o BCE (através de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado ou ORPA) e a plataforma EUREX Repo para prazos geralmente mais curtos e (iii) os capitais próprios. O Banco não emite instrumentos de dívida. A 31/12/2013, os depósitos de Clientes ascendiam a € 684 milhões, representando um aumento de 26% relativamente à mesma data de 2012. O financiamento obtido junto do BCE, líquido dos depósitos junto desta entidade diminuiu em 50% face ao final de 2012 e a tendência, assumindo condições normais de mercado, será de diminuição gradual (ver Políticas Prospectivas na Gestão de Financiamento

e Capital). O valor do capital social manteve-se inalterado em € 104 milhões. Os capitais próprios aumentaram para € 207,2 milhões devido ao aumento dos resultados e à estabilidade da Reserva de justo valor em capital próprio. Dado que grande parte dos activos do Banco são detidos para negociação ou venda e se encontram avaliados a preços de mercado (*marked to market*), os impactos positivos ou negativos reflectem-se directamente nos resultados ou no capital. O valor dos capitais próprios a 31/12/13 é líquido de uma dedução de € 12,5 milhões de dividendos antecipadamente pagos em Dezembro de 2013.

Resumo:

- **Aumento de 56% no Produto bancário para € 125,0 milhões, face a € 80,3 milhões em 2012;**
- **Aumento da Margem financeira para € 25,7 milhões, que compara com € 18,7 milhões em 2012;**
- **Ligeira diminuição das comissões líquidas durante o ano;**
- **Acentuado aumento de receitas líquidas da área de Tesouraria e Mercados de Capitais para € 92,9 milhões, face a € 49,1 milhões em 2012;**
- **Resultados por acção de € 0,56 em 2013, face a € 0,309 em 2012;**
- **Rendibilidade dos capitais próprios médios de 30,9%, comparativamente a 26,9% em 2012;**
- **Aumento de 19% do Total de activos líquidos para € 1,2 mil milhões;**
- **Crescimento de 26% nos Depósitos de clientes para € 684 milhões;**
- **Activos sob supervisão em 31/12/2013 de € 2,2 mil milhões, com um crescimento homólogo de 44%;**
- **Crédito vencido/Total de activos Líquidos de 0,01% em 31/12/2013, inalterado face ao ano anterior;**
- **Rácio Core Tier I de 32,7% em 31/12/2013, que compara com 31,9% em 31/12/2012.**

Enquadramento Operacional 2013

Programa de Ajustamento Económico para Portugal

Os principais factores que influenciaram o enquadramento operacional e o desempenho do Banco durante o ano de 2013 estiveram ligados aos termos e eventos relacionados com o extenso Programa de Ajustamento Económico e Financeiro acordado entre Portugal e o FMI/UE/BCE ("*Troika*") com o intuito de evitar um potencial incumprimento do Estado em 2011. Os pontos chave do programa, com foco nas questões imediatas e estruturais de Portugal, procuram dar resposta às vulnerabilidades económicas do País e à sua capacidade de lidar com um mundo que mudou desde o despoletar da crise económica global, o que tem vindo a influenciar expectativas e oportunidades, de um ou de outro modo, há mais de seis anos. Desde que os mercados, governos e reguladores começaram a reavaliar o risco à escala global em 2007, após um extenso período de expansão dos preços dos activos, o enquadramento operacional do Banco evoluiu dramaticamente. A reacção do Banco às condições económicas em deterioração, assim como às oportunidades de negócio, questões regulatórias, fiscais, laborais, sociais e concorrenciais, são discutidas na presente secção e ao longo do Relatório de Gestão. De uma forma geral, a Administração entende que em virtude do modelo de negócio do Banco – perfil de Balanço, perspectivas quanto ao risco, uma posição excedentária em termos de liquidez e níveis confortáveis de capital que têm sido mantidos no decurso da crise – o BiG tem apresentado um desempenho comparativamente positivo, tendo em consideração os eventos maioritariamente negativos com impacto no sector bancário.

Elementos chave específicos do BiG e relevantes no actual Enquadramento Operacional:

- **O nível de Activos líquidos do Banco era apenas 5,9 vezes os Capitais próprios em 31/12/2013; o rácio simples de alavancagem do Banco era de 20,5% no final de 2013;**
- **O rácio Core Tier I do BiG excedeu os 30% nos últimos 15 anos consecutivos;**
- **O Banco não emite instrumentos de dívida para suportar as suas actividades de balanço; as fontes chave de financiamento são os depósitos de clientes e fundos próprios;**
- **O Banco não solicitou nem necessitou de assistência do Estado, em qualquer momento, para cobrir as suas necessidades de financiamento ou capital, sob a forma de garantias e similares, obrigações convertíveis ou capital.**

Pilares do Programa

Os pilares do Programa de Ajustamento Económico de € 78 mil milhões – *Estabilidade Financeira, Consolidação Orçamental e Reforma Estrutural* – visam endereçar as principais razões pelas quais Portugal e as suas instituições necessitaram de assistência externa pela terceira vez desde 1977, e representam um plano para a estabilização da economia, a correcção de distorções e a promoção de crescimento no longo-prazo.

A componente de *Estabilidade Financeira* do programa encontra-se concebida de forma a reforçar, nos casos aplicáveis, a liquidez e capitalização do sistema bancário, enfraquecidas pela crise da dívida soberana Europeia e pelo impacto na qualidade de activos decorrente da conjuntura económica recessiva. O programa de ajustamento e o papel do BCE têm, conjuntamente, endereçado problemas específicos do sector bancário, os quais no auge da crise incluíam: (i) a substancial falta de financiamento entre os maiores bancos comerciais, potenciada pelo endividamento excessivo e exacerbado pela súbita inacessibilidade dos Bancos

aos mercados para suporte das suas actividades de balanço; e (ii) a necessidade dos Bancos simultaneamente se desalvançarem e recapitalizarem num contexto relativamente desfavorável para ambos os objectivos. *Estes factores conduziram a taxas persistentemente mais elevadas nos depósitos em Euros, relativamente a outros países da Zona Euro, e a uma relativa escassez de crédito numa economia já sobre-endividada.*

A *Consolidação Orçamental* endereça a necessidade do Governo e entidades relacionadas reduzirem os desequilíbrios e ineficiências orçamentais, as quais têm sido disfarçadas, durante anos, pelo recurso a níveis crescentes de dívida. As medidas ao dispor do actual Governo encontram-se limitadas a uma combinação de acréscimo de receitas através de sucessivos aumentos de impostos tanto directos como indirectos, vendas de activos através de privatizações, e eventuais reduções do lado da despesa. *Para o período 2012-2013, a urgência destes eventos afectou transversalmente o negócio do Banco: desde a forma como validamos os preços de activos e passivos, até ao montante de impostos que suportamos, incluindo decisões estratégicas e orientação sobre investimentos, a forma como vemos as oportunidades de crescimento, o volume dos negócios num contexto de recessão e as práticas de remuneração e retenção de colaboradores, entre outros.*

A *Reforma Estrutural* procura racionalizar e re-definir, no longo-prazo, a forma como o Estado intervém na Sociedade e, caso a sua implementação seja bem sucedida pelo actual e pelos futuros Governos, terá um provável impacto abrangente no negócio do Banco. Embora estas mudanças tenham sido, por várias razões, feitas lentamente, a Administração entende que, se forem implementadas com sucesso, as mudanças na forma de funcionamento do Estado, o papel do sector privado, as reformas nas leis laborais, fiscalidade e sistema judicial, a título de exemplo, deverão gradualmente resultar num mercado mais competitivo em Portugal, e ao longo do tempo afectar positiva e significativamente o enquadramento operacional do Banco.

Políticas Contabilísticas Relevantes

As políticas contabilísticas relevantes utilizadas pelo Banco são discutidas em detalhe nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*. Das políticas utilizadas, a mais importante para o Banco corresponde à utilização do justo valor para a avaliação de instrumentos financeiros. Estes são geralmente activos líquidos de rendimento fixo ou variável que constituem a maior parte da carteira de activos remunerados e, portanto, do próprio Balanço. Perante a ocorrência de eventos que reduzem a transparência e/ou liquidez nos mercados, como tem vindo a ocorrer ocasionalmente nos últimos anos, a utilização desta política pode ter um impacto significativo na forma como os activos financeiros são avaliados pelo mercado e, consequentemente, nas demonstrações financeiras do Banco.

De acordo com o definido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na IAS 39, o justo valor é a quantia pela qual um activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não exista relacionamento entre elas. Esta definição pressupõe a existência de partes interessadas – i.e. *liquidez de mercado* – facto que pode não se verificar com determinados activos durante períodos de alterações excepcionais no mercado. O conceito de justo valor através de avaliações *marked to market* revela-se adequado em mercados eficientes e transparentes, e menos preciso em mercado ilíquidos ou inactivos.

Como regra, os *activos detidos para negociação* (*trading*) são mensurados pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas na demonstração de resultados. Similarmente, os *activos detidos para venda* (*available for sale*) são mensurados pelo justo valor, com as respectivas flutuações reconhecidas em reservas na rubrica de capital próprio, até que se reconheça uma imparidade. Nesse momento, transferem-se para resultados as perdas reco-

nhecidas em reservas. Uma terceira categoria diz respeito a activos detidos até à maturidade (*held to maturity*). **Uma vez que o Banco BiG não detém uma carteira de activos detidos até à maturidade (*Held to maturity*), conforme definido pela IAS, todos os activos financeiros detidos pelo Banco e não classificados como crédito são enquadrados nas duas categorias acima referidas e, consequentemente, avaliados pelo justo valor e reflectidos como tal nas demonstrações financeiras.**

Políticas contabilísticas e eventos que podem assumir particular relevância incluem:

Pricing: Na determinação do justo valor de um determinado activo financeiro, o Banco considera o preço de compra disponível no mercado (*bid-price*). Na ausência de cotações ou na presença de preços de mercado que, na opinião do Banco, possam não ser realistas, o justo valor pode ser determinado com recurso a: (i) avaliações baseadas em transacções recentes ou semelhantes, executadas sob condições de mercado normais, (ii) metodologias de *cash flows* descontados e modelos de avaliação baseados em opções, os quais podem ser customizados tendo em vista reflectir as circunstâncias de um determinado instrumento financeiro e (iii) avaliações baseadas em informação de mercado.

Controlo sobre avaliação de instrumentos financeiros: As infra-estruturas de controlo são independentes das áreas de geração de receitas. Estes processos, conjuntamente com as metodologias acima referidas, são definidos pela Administração e controlados ou revistos pelas funções de auditoria interna e externa do Banco.

Reclassificação: Conforme reportado em 2010, em Fevereiro desse ano, o Banco vendeu um conjunto de activos detidos até à maturidade, os quais, de acordo com a IAS 39, foram reclassificados como activos disponíveis para venda, e reavaliados pelo justo valor. Este facto resultou

T.3

(Euro)

Capital	2013	2012	2011	2010
Capital	104.000.000	104.000.000	104.000.000	89.088.810
Prémios de emissão	1.362.281	1.362.281	1.362.281	9.343.753
Acções próprias	-1.084.393	-1.171.567	-1.323.065	-1.583.087
Reserva de justo valor	-2.179.900	-1.183.677	-87.279.347	-38.016.812
Outras reservas e resultados transitados	58.946.644	44.559.045	47.968.877	28.848.342
Resultado líquido do exercício	58.627.760	32.517.881	2.505.595	20.459.890
Capitais próprios	207.192.600	170.724.119	67.234.341	108.140.896
Fundos próprios	202.589.699	161.869.909	146.510.409	123.177.367
Rácio TIER I	32,7%	31,9%	32,5%	36,2%

num proveito e, de acordo com a IAS 39, no impedimento do Banco deter activos até à maturidade por um período de dois anos após a ocorrência deste evento. Apesar de ter vindo a ser possível o Banco deter activos financeiros até à maturidade a partir de 2013, a Administração não tem, no imediato, planos para se desviar da prática de valorização a preços de mercado (*marking to market*) de toda a sua carteira de activos financeiros, através das suas carteiras de negociação ou de activos disponíveis para venda.

De uma forma geral, durante 2013, a liquidez foi mais fluída, os mercados revelaram-se mais calmos e, exceptuando um evento político em Julho que ameaçou a continuidade da actual coligação de Governo e que afectou os mercados negativamente, a perspectiva do mercado sobre o risco de Portugal, reflectido na negociação de activos e na existência de liquidez, tem vindo lentamente a melhorar. O número de eventos extraordinários, que em certos momentos dificultaram a aferição do justo valor durante o período mais volátil da actual crise, revelou-se comparativamente inferior durante o ano transacto.

Análise Sumária: Capital e Solvabilidade

O número de acções manteve-se inalterado face ao ano anterior, ascendendo a 104 milhões. Em resultado do aumento de resultados e de melhorias consideráveis no valor dos activos financeiros disponíveis para venda, que se reflectem na Reserva de Justo Valor, o valor do capital

próprio aumentou 21% para € 207,2 milhões. Este valor inclui o impacto de um dividendo antecipado no valor de € 12,5 milhões, pago aos accionistas antes do final do ano, com base nos resultados certificados do Banco para o período de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2013. Os Fundos Próprios, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, ascendiam a € 202,6 milhões em 31/12/2013, superiores aos € 161,9 milhões registados no final de 2012.

O rácio Core Tier I do Banco aumentou para 32,7% no final de 2013, face a 31,9% no final do ano anterior. Este rácio tem-se mantido consistentemente bastante acima dos valores mínimos regulamentares, sob as condições de mercado mais exigentes. Consequentemente, o Banco não é afectado pelas discussões políticas e regulatórias sobre os requisitos mínimos de capital e/ou entradas obrigatórias de novo capital que afectam alguns dos maiores

bancos Portugueses. O elevado nível de solvabilidade reflecte a visão estruturalmente conservadora da Administração relativamente a alavancagem, crescimento dos activos e rentabilidade sustentável dentro dos limites razoáveis de assunção de risco. Outros factores incluem o enquadramento competitivo e regulatório e a necessidade de assegurar que a assunção de riscos é devidamente remunerada.

O Banco efectua diversos testes de esforço numa base diária, incluindo uma série de testes de esforço de *solvabilidade*, introduzidos pela Administração durante o auge da crise das dívidas soberanas em 2011 e mantidos, com modificações, deste então. Estes foram definidos para avaliar o impacto no nosso rácio Tier I de alterações improváveis, mas teoricamente possíveis, no sentimento de mercado, com potencial impacto directo nos rácios de solvabilidade do Banco. Os resultados de alguns cenários extremos analisados pela Admi-

T.4

Testes de Stress Cenários Extremos	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Portugal	Contabilizar as reservas	30%	40%
Espanha	de reavaliação como	20%	20%
Itália	resultados	10%	20%

T.5

Dezembro 2013 - Cenários extremos - Rácio Tier I Teórico	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Core TIER I	32,7%	23,5%	18,2%
TIER I	32,7%	23,5%	18,2%
Core TIER II	0,1%	0,1%	0,1%
Rácio de adequação de fundos próprios	32,9%	23,7%	18,3%

nistração a 31/12/2013 são apresentados abaixo e discutidos com maior detalhe na secção GESTÃO DE RISCO do presente relatório e na Nota 39. Estes resultados assumem a combinação de dois eventos extremos: (i) súbitas quedas no preço de certos tipos de títulos de dívida soberana e (ii) o reconhecimento simultâneo como imparidades com os correspondentes movimentos na Reserva de Justo Valor e nos resultados do Banco.

Os cenários da tabela T.4 assumem os descontos teóricos face ao valor nominal de títulos de dívida de três países que se encontram no centro da crise da dívida soberana.

Os resultados do impacto teórico no rácio de solvabilidade do Banco no final de Dezembro de 2013 em cada cenário estão reflectidos na tabela T.5.

Os testes de esforço apresentados são de cariz interno. Através do Processo de Avaliação de Adequação de Capital Interno (ICAAP) do Banco, é adicionalmente analisada a forma como, num cenário de crise severa, seria gerido o balanço do Banco, em termos de geração de liquidez e/ou aplicação dos capitais próprios. Esta aferição incorpora riscos de mercado, de crédito e operacionais e, quando combinada com análises de cenários diárias, conforme descrito anteriormente e na secção de GESTÃO DE RISCO do presente relatório, constitui a base para a avaliação permanente pela Administração relativamente à adequação do capital do Banco.

Análise Sumária: Liquidez e Recursos

Os mercados em 2013 beneficiaram de um período de relativa tranquilidade na crise da dívida da Zona Euro, o que permitiu algum espaço para os governos periféricos e os bancos fragilizados tomarem medidas no sentido de fortalecer os seus balanços. Estas acções, subsequentemente, ajudaram a melhorar a confiança dos investidores. Neste contexto, a Administração geriu activamente e alterou frequentemente o foco da carteira de instrumentos de crédito do Banco ao longo do ano. O Banco focou-se também na expansão da sua base de clientes, expandiu ou alterou a localização de agências e reforçou a componente de depósitos estáveis de clientes no total do seu balanço. As principais categorias de activos remunerados aumentaram 20% face ao ano anterior para € 1,174 mil milhões e o Total do activo líquido aumentou 19% para € 1,2 mil milhões, face ao ano de 2012. O aumento de activos foi financiado por um crescimento de 26% nos depósitos, essencialmente de clientes de retalho, para € 684 milhões, e por níveis significativamente mais elevados de reservas ao longo do ano. Outras fontes de financiamento, incluindo acordos de recompra junto do BCE e EUREX Repo, que o Banco integrou como membro em 2011, diminuíram de modo geral face ao ano anterior em 7%. A liquidez potencial não utilizada do Banco, baseada na capacidade de usar valores mobiliários elegíveis como colateral para levantamentos adicionais de financiamento, é substancial. O crédito tradicional permaneceu um segmento não estratégico, o que constitui um factor chave no modelo

de negócio do Banco e fundamental para a sua gestão da liquidez, da qualidade dos activos e da utilização eficiente do capital próprio.

Similarmente a anos anteriores, a maioria dos activos do Banco são activos financeiros razoavelmente líquidos, sendo detidos para negociação ou disponíveis para venda (AFS). Praticamente todos os activos remunerados do Banco são mensurados a valores de mercado, o que se traduz num reflexo diário dos resultados na Demonstração de Resultados, no caso dos activos detidos para negociação, e na Reserva de Justo valor do balanço, no caso dos AFS. Não obstante o impacto em resultados e capital, especialmente em condições de mercado voláteis, a Administração acredita que deter e negociar activos através das carteiras de activos detidos para negociação ou detidos para venda permite uma maior flexibilidade na gestão de posições, encoraja a disciplina nas tomadas de posição e o crescimento do Balanço, o que coincide com a política de absoluta transparência na avaliação de activos financeiros. A combinação de: (i) uma baixa concentração de crédito líquido, (ii) uma reduzida alavancagem do balanço relativamente ao capital próprio e fontes estáveis de financiamento, e (iii) uma política de manutenção de uma carteira de activos permanentemente disponíveis e livres de encargos garantindo níveis de liquidez confortáveis, têm sido críticas para a gestão confortável e rentável das operações do Banco, ao longo da actual recessão económica em Portugal.

O modelo de negócio do Banco é deliberadamente menos focado na concessão

T.6

(Euro 000)

Liquidez e Recursos	2013	2012	2011	2010
Crédito concedido/Depósitos de clientes	28,8%	35,4%	36,2%	12,8%
Activos remunerados/Total do activo líquido	80,4%	76,9%	72,0%	87,7%
BCE	130.315	260.248	238.323	360.164
Outros recursos	143.478	6.481	48.896	38.943
Depósitos de clientes/Total passivo e capital	56,3%	53,1%	53,1%	36,9%

de crédito que o de outras instituições financeiras, conforme reflecte o rácio Crédito/Depósitos de 29% no final do ano de 2013, que compara com 35% no final de 2012. Este valor inclui a classificação como crédito de € 169 milhões correspondente a activos financeiros colateralizados por hipotecas. Excluindo esta classificação, o rácio Crédito/Depósitos, numa base comparável relativamente aos anos anteriores, foi de menos de 3,7% no final de 2013, face a 4,5% no final de 2012. Tal como em 2012, esta categoria reflecte uma menor procura por crédito para suportar as contas margem, as quais tendem a reduzir-se em condições de mercado mais voláteis ou negativas.

Entre as principais fontes de financiamento do Banco durante 2013: (i) os depósitos de clientes de retalho *augmentaram* 26% face ao ano anterior para € 684 milhões, (ii) o financiamento através de acordos de recompra com o Banco Central Europeu (BCE) diminuiu mais de 50% face ao ano anterior; (iii) o financiamento com base em acordos de recompra através da EUREX REPO, que o Banco BiG integrou enquanto membro durante 2012, ou de outros participantes no mercado, aumentou e (iv) os capitais próprios *augmentaram* 21%. O Banco não emite títulos de dívida e, conseqüentemente, continua a não ser afectado pelo acesso limitado ao financiamento em mercados internacionais sentido pelos bancos de países sujeitos a programas de ajustamento. O Banco participa no mercado interbancário nacional, num nível reduzido e somente enquanto *credor*. Como parte da política contingente de financiamento, o Banco mantém e revê diariamente junto do BCE e da EUREX

REPO uma almofada de liquidez por utilizar, constituída por títulos elegíveis, não onerados, detidos pelo Banco naquelas entidades, cujo valor durante 2013 correspondeu em média a mais de 70% dos depósitos de retalho. Importa ainda referir que valores superiores de liquidez podem ser obtidos através da venda de parte, ou a totalidade, dos activos detidos, dentro de um período de tempo relativamente curto (ver Nota 39).

Análise Sumária: Resultados

O Produto Bancário do Banco aumentou 56% em 2013 para € 125,0 milhões, o Resultado Líquido cresceu 80% para € 58,6 milhões, face a € 32,5 milhões no ano anterior e a rentabilidade média dos capitais próprios do Banco ascendeu a 30,9%, por oposição a 26,9% em 2012.

Em 2013, o Banco continuou a crescer e a gerar resultados *record* durante um dos piores períodos na história recente dos bancos Portugueses. Este desempenho tem por base alguns factores, entre os quais os mais relevantes são:

- (i) O foco da Administração nos princípios fundamentais de gestão de liquidez, flexibilidade do balanço, transparência contabilística, controlo de custos e de risco e manutenção de capital regulatório em excesso num período de recessão económica; e
- (ii) A capacidade do Banco de evitar perdas relacionadas com actividades de crédito, as quais, para a generalidade do mercado, resultaram das políticas de

expansão de balanço por parte dos maiores bancos antes do início da crise, posteriormente confrontadas com os efeitos de uma recessão económica sustentada pela austeridade.

A margem financeira do Banco melhorou substancialmente e as comissões líquidas apresentaram alguma resiliência. O negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais do Banco teve um crescimento de 89% das receitas líquidas, após um forte desempenho em 2012. No que concerne às diferentes linhas de negócio (ver RESULTADOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO), o negócio de retalho especializado do Banco gerou € 13,9 milhões de Proveitos Líquidos, 17% acima de 2012. As receitas do segmento de Clientes Empresariais e Institucionais, o segmento de negócio mais afectado pelas condições económicas deprimidas em Portugal, diminuíram 45% face ao ano anterior, devido a um menor fluxo de transacções. Paralelamente, as oportunidades referentes a activos de rendimento fixo, produtos de crédito e a maior actividade de Clientes explicam as receitas líquidas superiores a € 92,9 milhões na área de Tesouraria e Mercado de Capitais, que comparam com € 49,1 milhões em 2012.

Do lado da despesa, os custos com remunerações e outras despesas operacionais, líquidos de imparidades, aumentaram 29% face a 2012, incluindo remuneração variável, a maioria diferida e plurianual e maiores despesas relacionadas com *marketing*. A taxa de crescimento desta categoria de custo foi, no entanto, inferior à do produto bancário. Conseqüentemente, **o rácio de eficiência do Banco melho-**

T.7

(Euro 000)

Resultados	2013	2012	2011	2010
Produto bancário	125.022	80.328	33.177	52.054
Custos operacionais (antes de imparidades)	-33.052	-25.179	-15.751	-20.191
Imparidades	-195	-6.294	-13.987	-5.751
Resultados de associadas	163	23	88	292
Resultados antes de imposto	91.938	48.877	3.527	26.404
Impostos	-33.311	-16.359	-1.021	-5.945
Resultado líquido	58.628	32.518	2.506	20.460

rou significativamente para 25%, comparativamente a 28% no ano anterior.

Para detalhes adicionais, ver RESULTADOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO.

As provisões líquidas atingiram € 1,9 milhões em 2013, uma diminuição face aos € 2,9 milhões no ano anterior. As imparidades diminuíram para € 0,195 milhões, face a € 6,3 milhões em 2012, nas quais estava incluído o remanescente de dívida soberana Grega não provisionada na totalidade em 2011, e que foi vendida com ganho no início de 2013. A provisão para impostos do Banco aumentou para € 33,3 milhões, representando uma taxa de imposto de 36,2%, que compara com 33,4% em 2012, 28,9% em 2011 e 22,7% em 2010. Esta taxa decorre do aumento de resultados tributáveis, em combinação com a tributação de emergência imposta pelo Governo tendo em vista cumprir os objectivos orçamentais agressivos exigidos pela *Troika* de credores externos, e que afectam negativamente toda a economia. A Administração espera que as taxas de tributação directa e indirecta se mantenham pelo menos nos níveis actuais, ao longo de 2014.

Análise Sumária: Política de Dividendos

O Banco tem retido nos últimos 9 anos, em média, 65% do Resultado Líquido e tem distribuído aproximadamente 35% em dividendos. No exercício de 2013, o rácio de *payouts* deverá ser de 32%, ou € 0,18 por acção, € 0,12 dos quais foram já distribuídos aos accionistas sob a forma de um dividendo parcial antecipado em Dezembro de 2013, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2013. O dividendo esperado para 2013 representa,

por acção, um aumento de 20% face aos € 0,15 por acção de dividendos relativos a 2012. A história recente de *payouts* do Banco, que começou a distribuir dividendos relativos ao exercício de 2003, encontra-se abaixo deste valor. Considerando o pagamento proposto relativo a 2013, o Banco já distribuiu aos Accionistas cerca de € 57 milhões sob a forma de dividendos desde 2004.

Análise Sumária: Enquadramento Concorrencial

No contexto do programa de ajustamento promovido pela *Troika* e da mudança das agendas políticas e regulatórias ao nível Europeu, uma parte relevante dos bancos concorrentes em Portugal viu-se forçada, ou pelos reguladores ou pelas forças de mercado, a desalavancar, ajustar os preços em função do risco, reconsiderar fontes de financiamento alternativas e a aumentar capital de modo a ir de encontro aos novos *benchmarks* e a passar em testes de esforço de adequação de capital. As Revisões da Qualidade dos Activos (*AQR – Asset Quality Review*) impostas pela UE e levadas a cabo pelos reguladores locais têm conduzido a uma maior agressividade no reconhecimento contabilístico dos créditos vencidos, que por sua vez resultou no reconhecimento adicional de pesadas perdas pelos maiores bancos, durante 2013. O mercado interno tem sentido os efeitos da contração do balanço dos bancos, resultantes numa menor disponibilidade de crédito e, quando disponível, oferecido com *spreads* muito superiores aos do passado. O resultado dos testes de *stress* realizados pela EBA – Autoridade Bancária Europeia – em 2011, aos maiores bancos Europeus, obrigou inicialmente vários bancos portugueses a aumentarem o seu capital ou aceitarem injeções de capital por parte do Estado, através de

fundos disponibilizados pela *Troika* para este efeito. Este processo continua em evolução. Como resposta a estas medidas, o processo de ajustamento de alguns dos concorrentes do Banco tem incluído reduções de pessoal, encerramento de agências, desinvestimentos, alterações na gestão e, nos casos de maior relevância, a imposição de viver com o Estado enquanto accionista, contingente ou directo. Estes acontecimentos são comuns aos bancos da periferia, os quais durante 2013 começaram a beneficiar de uma mudança no sentimento dos investidores a favor da Zona Euro, o que permitiu o início de um regresso limitado aos mercados de capitais, particularmente no início de 2014.

Não obstante o longo processo necessário para sanar os balanços da maioria dos bancos afectados pela recessão, e o nível de fundos dos contribuintes mobilizados para esse propósito, o mercado bancário, a nível doméstico e internacional, continua a ser altamente competitivo, e esperamos que assim se mantenha. Portugal continua a ser um mercado relativamente concentrado, com 5 instituições de crédito detendo conjuntamente uma quota de mercado de superior a 70%. Dezenas de outros bancos domésticos ou estrangeiros de pequena e média dimensão partilham a restante quota de mercado. Consequentemente, enfrentamos concorrência em todas as nossas linhas de negócio por parte de um conjunto alargado de operadores domésticos, e, em certas linhas de negócio, de operadores internacionais. O Banco enfrenta ainda competição intensa por parte das empresas internacionais de auditoria e consultoria, cujos serviços se sobrepõem aos serviços prestados pelo Banco em áreas como a assessoria a empresas.

Com o agravamento da recessão e o decurso do processo de ajustamento, o

T.8

(Euro)

Dívidendos	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Dividendo por acção	0,180 €	0,150 €	- €	0,0325 €	0,065 €	0,050 €	0,050 €	0,040 €	0,030 €
% Resultado distribuído individual	32%	48%	0%	15%	46%	61%	34%	42%	42%

Banco tem vindo a verificar um aumento, e não uma diminuição, da concorrência por parte de várias instituições financeiras, entre as quais se encontram aquelas que beneficiaram da assistência do Estado. As principais linhas de negócio do Banco são potencialmente as mais atractivas para os concorrentes que poderão estar a experienciar dificuldades nos seus negócios *core* ou que procuram quota de mercado. Inversamente, o BIG geralmente não compete nas áreas que se têm revelado mais problemáticas no sector, nomeadamente a área de crédito comercial e a de consumidores.

Desde há algum tempo, a Administração tem estado preocupada com as vantagens competitivas e as actividades de concorrentes detidos pelo Estado, com determinados monopólios de negócios estabelecidos e com práticas de negócio com ligações ao poder político, factos que acreditamos poderem afectar a nossa capacidade de competir num mercado livre e justo. Estamos atentos, em particular, às actividades dos concorrentes que têm beneficiado directa ou indirectamente da assistência do Estado. Acolhemos com agrado o crescente escrutínio das autoridades da concorrência Europeias e as medidas promovidas pela *Troika* no sentido de reduzir as distorções estruturais do mercado, que por muito tempo foram consideradas normais em Portugal e que estiveram na base da actual crise económica.

ORGANIZAÇÃO

Os objectivos do Banco passam por disponibilizar serviços financeiros eficientes e competitivos aos seus Clientes e criar valor de longo prazo para os seus accionistas. Procuramos assegurar um crescimento sustentado e um equilíbrio entre o investimento a médio-prazo e a existência de retornos no curto-prazo.

A Administração acredita que estes objectivos poderão ser alcançados através de uma estrutura operacional interna eficiente, construída em torno de pessoas com talento, processos bem definidos e tecnologia fiável. No seu conjunto, estas componentes permitem maximizar a eficiência operacional e ajudar a manter uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o cliente final e os nossos accionistas. Estas componentes são igualmente essenciais à manutenção de controlos rigorosos sobre os riscos de mercado, crédito e operacional aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta.

A estrutura organizacional interna reflecte aspectos chave da cultura empresarial: **procuramos ser transparentes, flexíveis, atentos aos riscos de mercado e com uma gestão que permite reagir rapidamente à percepção de aumentos nas oportunidades de negócio.** A liquidez do Banco, a qualidade dos seus activos e o seu perfil de capital são fortes. Excepto no que concerne a investimentos em sistemas, ajustamentos na gestão diária de cada uma das linhas de negócio e precaução superior à usual dada a volatilidade do contexto político-económico, **os eventos dos últimos anos não ditaram alterações materiais na estratégia do Banco. O Banco tem conseguido crescer durante este período.** Entretanto, a Administração está continuamente a analisar melhorias às actuais áreas de negócio e a procurar formas de investir capital, aumentar receitas, racionalizar custos e melhorar continuamente a eficiência interna. Esperamos crescer de forma sustentável e manter esta tendência no futuro próximo.

Banco de Investimento Global

<p>↓</p> <p>34,76%</p> <p>ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.</p> <p>Actividade: Gestão de participações sociais</p> <p>Capital Social: € 16.000.000</p>	<p>↓</p> <p>100%</p> <p>BiG Serviços Financeiros, S.A.</p> <p>Actividade: Gestão de imóveis e assessoria financeira a empresas</p> <p>Capital Social: € 150.000</p>
<p>↓</p> <p>100%</p> <p>ONETIER PARTNERS, SCR, S.A.</p> <p>Actividade: <i>Private Equity</i></p> <p>Capital Social: € 750.000</p>	

Estrutura Legal e Órgãos Sociais

A estrutura organizacional do grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha participações em duas subsidiárias: (i) uma participação de 34,76% na ONETIER Partners, SGPS, S.A., que por sua vez detinha 100% do capital da ONETIER Partners, Sociedade de Capital de Risco, S.A., responsável pela gestão de investimentos em capital de risco, e (ii) detenção de 100% do capital da BiG Serviços Financeiros, SA, responsável pela gestão do património imobiliário do Banco e pela prestação serviços de assessoria financeira.

O modelo de distribuição de retalho do Banco centra-se numa plataforma proprietária baseada na *internet*, www.big.pt, e inclui uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em 15 agências (uma das quais abrirá no primeiro trimestre de 2014): Lisboa (3), Porto (2), Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Évora, Linda-a-Velha, Viseu, Aveiro, Estoril e Guimarães. Acreditamos que o cariz especializado da nossa rede de retalho justificará a expansão até aproximadamente 20-25 agências, com a melhoria das condições de mercado. Os Clientes Institucionais são servidos por equipas localizadas em Lisboa e no Porto.

O Banco não opera nenhuma entidade offshore nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.

Os imóveis ocupados pelo BiG são directamente detidos ou arrendados pelo Banco. Em Outubro de 2009, o Banco mudou-se para o seu novo edifício sede na Avenida 24 de Julho em Lisboa, que se encontrava em construção desde Setembro de 2007. O imóvel é detido directamente pelo Banco. A infra-estrutura de Sistemas de Informação do Banco encontra-se alojada numa localização segura, na zona suburbana de Lisboa, existindo ainda uma localização de *back-up* redundante no Porto.

A marca de retalho do Banco, *bigonline*, refere-se a um serviço de investimento com base na *internet* gerido exclusivamente pelo BiG e não tem qualquer personalidade jurídica autónoma. A marca registada *Banco BiG* é simultaneamente utilizada na nossa abordagem ao segmento de banca retalho através da rede de agências, suportada pela plataforma *online*.

Segmentos de Negócio

Retalho Especializado

O Banco BiG serve Clientes Individuais, com necessidades e expectativas variadas através de uma abordagem multi-canal integrada, suportada por uma plataforma bancária e de negociação de activos financeiros própria e uma rede crescente de agências nos principais mercados

geográficos do país. A combinação de plataformas baseadas na *internet*, equipas de vendas especializadas e *financial advisors* ajuda o cliente a executar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir em vários dos mais importantes mercados regulados do mundo. Este negócio proporciona serviços bancários e soluções para vários clientes, desde os *self directed* aos que procuram investimento assistido e dos que procuram gerir o seu património e que exigem soluções concebidas à sua medida aos que procuram a preservação do seu capital.

Clientes Institucionais e Empresas

Para investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais de várias áreas do Banco concebem soluções financeiras específicas, executam transacções, e ajudam os clientes a gerir os seus riscos. Os serviços que o Banco oferece incluem a negociação em mercados regulamentados, a estruturação de produtos em mercado de balcão, gestão de activos, cobertura de riscos de mercado e serviços de assessoria financeira e *Corporate Finance*.

Tesouraria e Mercado de Capitais

Esta área de negócio foca-se nas actividades de investimento e de crédito do Banco, centraliza a gestão da liquidez e do balanço e é central na cultura do Banco de gestão e análise dos riscos de mercado. Adicionalmente à gestão da carteira de investimentos do Banco, esta área proporciona conhecimento especializado e informação para consumo interno sobre mercados, cobre a componente de risco de mercado das soluções vendidas aos clientes, intervém activamente na concepção de produtos, para Clientes de retalho e Institucionais e gere a tesouraria e as posições de risco do Banco.

Governo da Sociedade

A lógica de organização interna do Banco decorre da vontade da Administração em manter a simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre o negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados. O Banco BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura seguir, e na generalidade cumpre com as recomendações da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades (Código de Governo das Sociedades da CMVM – 2013), na medida em que estas sejam práticas e adequadas à dimensão do Banco.

Direitos de Voto

De acordo com os Estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos accionistas. A cada acção corresponde um voto, desde que, cada accionista, ou grupo de accionistas seja detentor de pelo menos 1.000 acções.

Audidores e Consultores Externos

O auditor independente do Banco e suas subsidiárias é a KPMG. O Banco tem uma política de revisão periódica dos seus auditores externos, por norma de 8 em 8 anos. É política do Banco manter a independência entre as funções de auditoria externa e auditoria fiscal. Actualmente, a *Deloitte* é o consultor fiscal do Banco. O Banco mantém ainda como consultor legal externo a Sociedade *J. A. Pinto Ribeiro & Associados*.

Controlo Interno

A responsabilidade de gestão funcional, tal como acima identificado, é deposi-

tada nos membros do Conselho de Administração, que desempenham funções executivas, aos quais os vários responsáveis de negociação, *front office* e *back office* reportam. As funções de contabilidade, auditoria interna, controlo interno e *compliance* e a gestão dos riscos associados com mercados, crédito, tecnologia e operações reportam directamente aos membros do Conselho de Administração. Além das funções de supervisão por área, o Banco estabeleceu um Comité de Todos os Riscos, supervisionado por um *Senior Risk Officer*, que reúne regularmente com o *Chief Operating Officer* visando melhorar a compreensão em todo o Banco das prioridades relacionadas com controlo, regulamentação e sistemas e procedimentos. O Banco tem ainda um Comité de *Compliance*, constituído por elementos do Conselho de Administração e pelo Responsável da função *Compliance*, que analisa temas sensíveis relacionados com o controlo interno e o cumprimento das disposições regulatórias. Para mais detalhes, ver GESTÃO DE RISCO e CONTROLO INTERNO.

Base Accionista

Ao longo do ano de 2013, a composição da base accionista do Banco manteve-se estável. No final de 2013, o Banco tinha 140 accionistas registados (Nota 35). Cerca de 62% do Capital era detido por particulares, enquanto uma variedade de instituições e fundações detinham os restantes 38%. O principal accionista era um investidor particular que detinha uma posição de 11,4%. Os 5 maiores accionistas, todos independentes entre eles, detinham em conjunto 52% do capital, enquanto a soma das participações dos 10 principais accionistas, todos com posições superiores a 2% cada, ascendia a cerca de 64% dos direitos económicos e de voto. Os membros da Administração do Banco no seu conjunto representavam uma posição combinada de pouco mais de 16% do capital e, no final do ano, incluíam 2 dos 5 maiores accionistas. Os grupos referidos são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer pactos entre accionistas.

Órgãos Estatutários de Supervisão do BiG

Assembleia Geral	Presidida por um Presidente e um Secretário eleitos pelos accionistas por mandatos de quatro anos. As suas responsabilidades passam por dirigir as assembleias gerais anuais e extraordinárias de accionistas do Banco.
Conselho Consultivo	Actualmente constituído por 15 membros que fazem parte dos principais accionistas do BiG, cujos membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente lugar neste órgão consultivo, bem como o Vice-Presidente / COO. Reúne em média três vezes por ano para discutir aspectos estratégicos e contribuir com as suas recomendações. As decisões do Conselho Consultivo não são formalmente vinculativas para o Conselho de Administração.
Conselho de Administração	Constituído no final do ano por seis membros executivos, que controlam e gerem o Banco directamente numa base diária. Este órgão é eleito para mandatos de quatro anos e todos os membros são executivos com experiência bancária. Sendo estes escolhidos com base na sua experiência, cada um é igualmente um accionista minoritário, em base individual, independente de qualquer interesse accionista específico. Como todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos ("sistema monista"), não existe uma Comissão Executiva e as posições do Presidente do Conselho de Administração e de CEO estão concentrados na mesma pessoa. Este órgão inclui igualmente um Vice-Presidente / COO.
Conselho Fiscal + ROC	Constituído por três membros eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta directamente aos accionistas. As suas responsabilidades incluem revisões periódicas e auditorias independentes às contas, de acordo com as normas e políticas contabilísticas internacionais. Um Revisor Oficial de Contas independente providencia, igualmente, a sua opinião relativamente às contas.
Comissão de Remunerações	Constituída por três membros eleitos por períodos de quatro anos, este órgão reporta directamente aos accionistas. Determina periodicamente a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. As suas responsabilidades incluem a revisão periódica das políticas de remuneração.

Recursos Humanos

O perfil dos Colaboradores do Banco e as políticas de recrutamento, formação e desenvolvimento são consistentes com as de anos anteriores. Durante 2013, a idade média dos Colaboradores do BiG era de 34 anos e 82% dos Colaboradores detinham pelo menos um título académico.

Em 2013, o número médio de Colaboradores directos, excluindo a Administração, aumentou 6% para 173. Desde 2010, o número de Colaboradores aumentou 21%, especialmente nas áreas de vendas e de produtos. Para 2014, espera-se um aumento gradual nestas mesmas funções de *front office*.

Tal como em anos anteriores, a Administração acredita que o desenvolvimento de uma cultura interna é uma preocupação principal da gestão de topo e assume funções directas nos processos de recrutamento, formação e desenvolvimento de carreiras dos nossos Colaboradores.

Percebemos o desenvolvimento das nossas pessoas como um investimento chave e procuramos recompensar o talento desde o início. Em regra, promovemos a diversidade, mas não nos nossos valores fundamentais. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e, acima de tudo, integridade.

As Nossas Práticas de Negócio

O BiG é gerido por profissionais experientes que têm uma participação relevante no capital da organização a par de outros accionistas, muitos dos quais são também co-fundadores do Banco. A Administração acredita que a boa governação começa com uma estrutura organizacional deliberadamente transparente e simples, com linhas de responsabilidade claramente definidas entre a Administração, os vários órgãos e colaboradores. Não existem acordos vinculativos entre grupos de accionistas e o nosso modelo de

negócio é deliberadamente transparente, assim como o são as nossas relações com Clientes, reguladores e o público. A estrutura organizacional é plana e não contém quaisquer estruturas opacas. Desde a criação do Banco, a Administração e os Accionistas têm procurado alinhar os seus interesses, procurando garantir uma separação adequada entre os que são proprietários e emitem orientações por um lado, e aqueles que profissionalmente assumem e aceitam responsabilidades de gestão por outro. Acreditamos que a participação accionista e a atribuição de incentivos de longo prazo através de programas de acções e opções são um aspecto chave na manutenção deste equilíbrio e trabalhamos com os accionistas para os colocar em prática desde a fundação do Banco.

A Administração acredita que um sistema efectivo de governação para qualquer organização assenta na sua cultura e na integridade das pessoas que a compõem. A natureza e extensão da informação que divulgamos reflecte um aspecto funda-

mental da nossa cultura interna e proposta de valor. Nas nossas relações com accionistas, clientes, reguladores e contrapartes, fazemos questão de comunicar deliberadamente de forma detalhada não só em que consiste o nosso modelo de negócio, como também o seu funcionamento. Esta atitude é extensível a reportar detalhadamente os aspectos fundamentais do nosso principal negócio, que consiste em assumir e gerir riscos com o objectivo de obter lucros. Internamente, a cultura do Banco sublinha o exercício da governação societária enquanto um exercício diário de responsabilização de cada indivíduo, equipa e área de negócio. Este conceito começa pelo Conselho de Administração e pelos comités internos de supervisão e estende-se a toda a organização.

Uma vez que operamos num ambiente de regulação e reporte crescente, as responsabilidades individuais e da Administração abrangem uma compreensão do código de ética da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas. Estas são concebidas para identificar e gerir riscos e funções independentes de supervisão para assegurar a aplicação dos regulamentos internos e externos. Estamos permanentemente focados em garantir controlos operacionais efectivos, encorajar regras que promovam maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas e aceitamos o escrutínio do nosso modelo de negócio. A Administração concentra pelo menos tanto tempo a gerir riscos e construir uma cultura de responsabilidade quanto o que despende na geração de novas oportunidades de negócio.

Gestão de Risco

O negócio do Banco, num sentido mais lato e em linha com qualquer negócio gerido por privados, envolve a assunção e gestão de riscos, de modo a criar valor para os accionistas. As políticas e práticas definidas tendo em vista o controlo destes

aspectos fundamentais do nosso negócio são discutidas em detalhe neste relatório na secção de GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO.

Na gestão do risco da organização, a Administração revê os processos regularmente para garantir que estes são bem concebidos, disciplinados, independentes, objectivos e quantitativos. Os nossos processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e preservar a sua estabilidade e potenciar a rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O Banco prossegue o objectivo de gerar receitas através de um conjunto diversificado de fontes – o que implica assumir um certo nível de risco – operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações combinam aspectos prudenciais básicos do negócio bancário, reflectem a experiência da Administração e dos gestores de negócio do Banco e são actualizadas através de medidas regulatórias ou legislativas. A comunicação interna regular e frequente das políticas de gestão de riscos e do seu apetite face aos riscos revela-se crítica neste processo. Estas comunicações incluem, designadamente: o cumprimento pelo Banco de orientações regulatórias prudenciais, a capacidade de monitorizar transacções apropriadamente, o conhecimento dos Clientes, a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera, e o nosso interesse em cada momento por certos riscos tendo em conta determinadas condições de mercado. O negócio do Banco assenta significativamente na confiança nos nossos Colaboradores e na fiabilidade nos nossos sistemas para processar operações numa base contínua e relativamente livre de erros. O processo começa com a iden-

tificação do risco, seguindo-se a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

O Banco BIG é uma instituição em crescimento, a operar num percurso de obstáculos de incerteza macroeconómica e financeira, de aumento da regulação e do escrutínio, num mercado global. Uma vez que o sector bancário depende da confiança e percepção, a Administração foca-se em assegurar que o processo do Banco consegue sobreviver a condições de mercado voláteis, testa estes processos de forma regular, e está atenta à integridade dos controlos do Banco e à manutenção geral da disciplina interna face a eventos excepcionais.

No Banco, de forma transversal, utilizamos diferentes técnicas para rever e analisar os riscos aos quais a nossa actividade está exposta, designadamente risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco reputacional e risco político. Estas técnicas incluem um conjunto de testes de esforço, realizados diariamente, que são ajustados periodicamente, que envolvem um exame aos resultados de cenários para todas as grandes classes de activos e carteiras. Incorporam conceitos de testes de esforço tais como risco de concentração, cenários de liquidez e financiamento, entre outros, bem como potenciais alterações dos rácios de solvabilidade do Banco em condições inesperadas e improváveis. Os cenários são desenvolvidos pela Administração e pela equipa de risco de mercado, e geralmente coincidem ou são mais prudentes que as recomendações dos nossos reguladores. Simultaneamente, monitorizamos o *Value at Risk (VaR)* e os *Earnings at Risk* em tempo real durante o dia e utilizamos vários limites não estatísticos para avaliar o risco de mercado. Estes estão inter-relacionados com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para garantir uma sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas.

Em 2013, a exposição de crédito permaneceu estável e controlada, enquanto a

qualidade dos activos, medida através de níveis actuais e históricos de crédito vendido e *credit-at-risk*, manteve-se em níveis satisfatórios. Tendo por base as análises das agências de *rating* externas, os *ratings* dos emittentes Portugueses e das emissões de diversos Estados Europeus e entidades financeiras permaneceram inalteradas durante a maior parte do ano. As notações de *rating* internas e externas são utilizadas para medir níveis de perdas esperadas e avaliar as posições e a sua respectiva evolução. **As perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais, foram novamente negligenciáveis no exercício de 2013.**

Políticas Prospectivas na Gestão de Financiamento e Capital

No futuro próximo, o Banco prevê manter as políticas actuais do seu modelo de negócio de reduzida alavancagem e elevados níveis de capital e liquidez. De acordo com as condições do mercado, o Banco espera efectuar ajustamentos às diferentes áreas de negócios, oferta de produtos e canais de distribuição, no decorrer da actividade, tendo em vista aumentar o fi-

nanciamento estável, assegurar a preservação do capital e melhorar as receitas.

Durante algum tempo, a base de activos remunerados do Banco focou-se em obrigações *investment grade* e títulos de dívida soberana emitidos por países membros da Zona Euro. Esta estratégia deverá manter-se, dado o perfil de risco das alternativas. O escrutínio do Banco relativamente à qualidade de crédito e o controlo apertado sobre potenciais perdas relacionadas com crédito permanecerá uma prioridade. A Administração espera que o rácio Crédito / Depósitos do Banco se mantenha inferior às médias de mercado durante o futuro próximo. Esta estratégia tem decorrido da percepção do perfil de risco-retorno associado ao mercado de crédito tradicional ao longo de mais de uma década e o Banco acredita que as actuais condições de mercado, caracterizadas pelo elevado nível de endividamento no sector empresarial português, poderão continuar a tornar pouco atractiva a alteração do actual perfil de activos remunerados em favor de um aumento crédito tradicional.

A tabela T.10 apresenta o crescimento dos depósitos de Clientes a partir de 2008 e as respectivas projecções estimadas até

2017, assumindo as actuais condições de mercado e a não existência de alterações significativas no modelo de negócio do Banco ou choques inesperados de mercado. A partir de 2010, intensificou-se a competição por depósitos no sector bancário em Portugal devido a um conjunto de factores centrais na actual crise. Esperamos assistir à continuidade desta tendência e antecipamos que durante algum tempo os custos de financiamento se mantenham em valores superiores aos médios registados antes da crise.

Complementarmente ao capital e depósitos, o Banco tem outras fontes de financiamento, designadamente financiamento junto de bancos centrais e de outros participantes do mercado. Assumindo um crescimento moderado do balanço, os planos de financiamento prevêem uma redução gradual do financiamento proveniente de bancos centrais e a sua substituição por depósitos, bem como a utilização de fontes alternativas de financiamento como acordos de recompra, via EUREX Repo, que o Banco integrou como membro durante o ano de 2011, ou com outras contrapartes de mercado. Para efeitos de planeamento, no pressuposto de não haver mudanças significativas

T.9

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014E	2015E	2016E	2017E
Carteira de activos financeiros (1)	209.670.675	450.441.703	703.185.081	517.019.566	717.502.967	896.781.076	1.008.878.713	1.074.455.829	1.144.295.458	1.218.674.663
% crescimento	n.a.	114,8%	56,1%	-26,5%	38,8%	25,0%	12,5%	6,5%	6,5%	6,5%
Crédito líquido (2)	29.232.808	56.713.275	42.532.675	159.330.790	192.674.249	190.980.332	172.784.962	156.064.275	141.709.570	129.334.147
% crescimento	n.a.	94,0%	-25,0%	274,6%	20,9%	2,2%	-12,3%	-9,7%	-9,2%	-8,7%

Fonte: Banco BiG

(1) Inclui activos financeiros detidos para venda, activos financeiros detidos para negociação e investimentos até à maturidade (não existentes a partir de 2010).

(2) Inclui, a partir de 2011, activos financeiros com colaterais de hipotecas (*mortgage-backed securities*), anteriormente considerados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

T.10

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014E	2015E	2016E	2017E
Depósitos à ordem	127.782.004	175.707.948	146.988.651	174.853.334	138.589.067	190.980.331	221.537.185	248.121.647	272.933.811	297.497.854
Depósitos a prazo	135.769.083	109.993.780	173.924.834	251.279.933	384.937.027	442.259.603	508.598.544	567.087.376	629.466.988	692.413.686
Outros	32.938.677	19.283.279	11.271.148	14.434.672	20.304.069	50.477.356	55.525.092	61.077.601	65.963.809	69.921.638
Total de recursos de clientes	296.489.764	304.985.007	332.184.633	440.567.939	543.830.163	683.717.291	785.660.820	876.286.624	968.364.608	1.059.833.179
% crescimento	n.a.	2,9%	8,9%	32,6%	23,4%	25,7%	14,9%	11,5%	10,5%	9,4%

Fonte: Banco BiG

T.11

(Euro)

	2011	2012	2013	2014E	2015E	2016E	2017E
Recursos de bancos centrais	238.322.892	260.247.778	130.314.722	130.314.722	65.157.361	0	0
% crescimento	n.a.	9,2%	-49,9%	0,0%	-50,0%	-100,0%	n.a.
Recursos de outras instituições de crédito	48.895.643	6.480.594	143.477.797	129.167.005	129.812.840	130.461.904	131.114.213
% crescimento	n.a.	-86,7%	2114,0%	-10,0%	0,5%	0,5%	0,5%

Fonte: Banco BiG

T.12

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014E	2015E	2016E	2017E
Core Tier I ratio	32,7%	35,7%	36,2%	32,5%	31,9%	32,7%	30,6%	31,7%	32,9%	33,0%

Fonte: Banco BiG

no modelo de negócio, a Administração assume que, no futuro próximo, o Banco não necessitará nem recorrerá ao mercado institucional de financiamento, de longo prazo, e que o acesso ao mercado interbancário relevante não será retomado no futuro próximo.

Em virtude de um conjunto de razões estratégicas, o Banco tem utilizado o seu Capital de forma conservadora ao longo dos anos e a Administração prevê a continuidade desta tendência. **O Banco não solicitou nem necessitou de capital adicional dos seus accionistas desde 2001.** Ao longo dos anos, apesar do pagamento de dividendos num total de € 57 milhões desde 2004 (incluindo o pagamento antecipado e proposto para 2013), o capital próprio do Banco aumentou exclusivamente em virtude de resultados retidos e aumentos de capital dirigidos à Administração e colaboradores, no âmbito de programas de opções de aquisição de acções ou de compra de acções.

Com excepção de um cenário de eventual aquisição que seja do interesse dos accionistas ou de uma alteração radical nas definições regulatórias de capital decorrente das transformações em curso na Zona Euro, a Administração não prevê que o Banco necessite de novo capital por parte dos accionistas no futuro imediato. A Administração espera que os actuais rácios históricos de aproximadamente 65% de resultados retidos e 35% de dividendos pagos se mantenham no futuro

próximo, assumindo que as tendências actuais se mantêm.

Regulação

Ao longo dos últimos anos, o impacto do aumento da regulação tem constituído um tema relevante no mercado, e acreditamos que os respectivos efeitos serão sentidos a prazo em todas as linhas de negócio do Banco. Trabalhamos de forma construtiva com os reguladores e apoiamos as medidas que protegem o interesse dos Clientes e visam reduzir práticas de mercado abusivas, as quais tenderão a nivelar a concorrência e aumentar a transparência, e que sempre fizeram parte do modelo de negócio do Banco. A crescente regulação afecta a forma como lidamos com os Clientes, frequentemente de uma forma produtiva. Paralelamente, tem um impacto na infraestrutura tecnológica do Banco, na documentação legal, nas áreas de *compliance* e nos custos de introdução e monitorização da nova regulação. Estes impactos são crescentes e espera-se que continuem a crescer.

Os desenvolvimentos regulatórios chave em 2013 – relativamente aos quais o Banco está, ou espera estar, em total conformidade – incluem os seguintes:

Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento de terrorismo

Aviso do Banco de Portugal nº 5/2013: Publicado a 18 de Dezembro de 2013,

este conjunto de normas regula questões de conformidade – condições, mecanismos, procedimentos, e medidas preventivas – associadas às actividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, previstas na Lei nº 25/2008, de 5 de Junho de 2008. As regras entraram em vigor a 18 de Fevereiro de 2014 introduziram alterações aos requisitos exigidos para a abertura de contas bancárias. Tornaram também exigível que as instituições financeiras adoptem medidas suplementares relativamente à vigilância dos seus clientes e responsabilidades de reporte de actividades suspeitas ou de riscos associados com o branqueamento de capitais ou o financiamento de terrorismo.

Compliance tributário de US Persons

FACTA – The Foreign Account Tax Compliance Act (Lei do Compliance Tributário de Contas no Exterior, ou "FACTA"): Este regime tributário, criado pela autoridade tributária dos Estados Unidos (a *United States Internal Revenue Service*) procura prevenir a evasão fiscal por parte de *US Persons* através da obtenção de uma maior quantidade de informação relativamente aos rendimentos pagos em outros países a sujeitos passivos tributários não isentos e aos efectivos beneficiários desses fundos. Nos termos deste regime, cujos detalhes ainda se encontravam em negociação no primeiro trimestre de 2014, o Banco e outras instituições financeiras em Portugal seriam obrigadas a submeter certo tipo de informação relativamente às contas

detidas, e aos rendimentos recebidos, por aquele tipo de beneficiários em Portugal. O primeiro prazo para reportar informação desta natureza é Junho de 2015, relativamente à informação do ano anterior. Espera-se que os governos dos EUA e de Portugal concluam as negociações conducentes a um Acordo Intergovernamental (IGA), o qual definirá os termos da troca e reporte de informação.

Reporte das Transações de Derivados

EMIR – European Market Infrastructure Regulation (Regulação das Infraestruturas de Mercado Europeias): O Regulamento (UE) nº 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, regula os derivados de balcão (OTC), e o seu reporte aos repositórios de transacção. O Regulamento estabelece um conjunto de regras quanto ao reporte daquele tipo de transacções e foi desenhado para dar resposta aos riscos percepcionados como tendo estado na origem dos aspectos da crise financeira relacionados com os mercados de derivados. Estas regras têm como objectivo reforçar a estabilidade do mercado de derivados de balcão através da introdução de mais certeza e transparência. A EMIR define: (i) requisitos de compensação central e de gestão de riscos para derivados OTC, (ii) comunicação de dados relativos a contratos de derivados a um Repositório de Transacções e, (iii) as actividades das contrapartes centrais e dos Repositórios de Transacções. O processo de reporte de transacções de derivados iniciou-se a 12 de Fevereiro de 2014.

Planos de recuperação e resolução

Artigo 116º-D do RGICSF: Existem desde 2012 procedimentos e regulamentos que impõem aos Bancos sistemicamente importantes a preparação de Planos de Recuperação e Resolução, para revisão, discussão e comentário dos Reguladores. Este requisito, concebido, de modo geral, para assegurar que os modelos de negócio dos bancos consideram e planeiam a sobrevivência face a choques potenciais,

sem o recurso a assistência pública, foi formalmente alargado aos bancos de todas as dimensões em 2013. Como resultado, o Banco BIG preparou e submeteu, em conformidade, o seu plano ao Banco de Portugal no final de Novembro de 2013. O Plano, elaborado e aprovado pela Administração, é um instrumento que descreve as medidas e procedimentos a serem seguidos numa crise, ou crise potencial – de mercado, de natureza política, reputacional ou ambiental – que possa ter um impacto na capacidade do Banco de reagir ou recuperar o funcionamento normal do seu negócio. Ao basear o plano do Banco em aspectos e pressupostos chave sobre o seu modelo de negócio, que se tem mostrado resiliente ao longo dos últimos 15 anos em face a uma série de acontecimentos não antecipados e muito pouco usuais, a Administração vê este exercício como produtivo e realístico na prevenção de desastres.

Outros Factores que Afectam o Nosso Negócio

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Para além dos riscos resumidos acima, e que são discutidos em maior detalhe neste *Relatório de Gestão 2013* e nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, as condições económicas e políticas em mutação afectam o negócio do Banco. Tal significa que riscos macroeconómicos e políticos como aqueles que surgiram nos últimos anos podem ter um impacto nas perspectivas de negócio. Com início em 2010, a crise de dívida soberana que afectou a Zona Euro começou a expor as falhas da criação da moeda única, uma grande divergência de responsabilidade fiscal e produtividade entre os países Europeus e diferentes percepções da capacidade de acesso ao crédito entre economias bem e mal geridas. Desde 2011, Portugal encontra-se entre os países da Zona Euro mais vulneráveis, em resultado de um conjunto de factores, entre os quais as políticas de curto-prazo dos governos anteriores, combinadas com problemas

estruturais há muito ignorados pela sociedade como um todo. As medidas correctivas subjacentes ao programa de assistência financeira da *Troika*, composta pelo FMI/União Europeia/BCE, conduziram, necessariamente, a um contexto de crescimento negativo, aumento de impostos, menos oportunidades de negócio e alterações na percepção pelo mercado do risco de crédito do país e dos seus componentes económicos. Durante 2012 e 2013, a percepção do risco associado ao Estado Português melhorou, mas as alterações estruturais subjacentes à economia permanecem longe de estarem executadas. O modo como os parceiros de Portugal pertencentes à Zona Euro e os mercados de financiamento percepcionam o progresso do país, em termos absolutos e relativos, afecta directamente o negócio do Banco.

O Banco de Investimento Global não está actualmente sujeito a notação de risco de crédito (*rating*), nem antecipa requerer ou necessitar de uma notação de risco de crédito no futuro próximo. O Banco não está dependente de mercados financeiros institucionais ou interbancários externos. Não obstante, as opiniões das agências internacionais e de outros participantes de mercado sobre a República, as empresas e as instituições financeira em geral afectam directamente o nosso negócio. Do mesmo modo, os efeitos do Programa de Ajustamento Económico e o desafiante ambiente fiscal, entre outros factores, têm tido impacto no crescimento, no emprego e na confiança dos investidores. A perspectiva dos mercados financeiros globais relativamente ao *rating* de Portugal, às suas perspectivas económicas e ao sector bancário no conjunto, afectam a receptividade das contrapartes em efectuar negócios de qualquer tipo num país cuja notação é *non-investment grade*, independentemente dos indicadores económicos individuais dos bancos localizados nesse país. Os grandes bancos portugueses, que dependem dos mercados externos para financiar parte dos seus activos, tiveram que lidar com limites no acesso a financiamento junto

de outras instituições desde o início de 2010. Os mercados começaram a abrir-se progressivamente aos mutuários Portugueses em condições que poderão não ser sustentáveis numa economia que regista taxas de crescimento historicamente baixas. Estes factores, em combinação com a fragilidade doméstica e o endividamento estrutural dos sectores público e privado, têm definido a visão dos mercados relativamente ao risco de crédito, aos *spreads* do crédito e aos custos de financiamento do Governo, das grandes empresas e dos bancos.

Adicionalmente, a migração de quadros de pessoal de qualidade para mercados mais atractivos e competitivos, conjugada com a apertada regulação e aumento dos impostos aplicados especificamente ao sector bancário, poderão afectar o nosso negócio caso se venha a tornar mais difícil reter Colaboradores e recompensar o desempenho e o mérito, relativamente a outros sectores da economia, ou relativamente a outros mercados.

Neste ambiente, esperamos que a composição dos activos e dos proveitos varie ao longo do tempo, à medida em que o Banco mobiliza capital, investe em novos negócios e em novos mercados. Tipicamente o retorno esperado dos investimentos iniciais mais elevados na nossa plataforma de retalho demoram mais tempo a ser realizados, mas também tendem a ser mais previsíveis no longo prazo do que os proveitos associados a operações com Clientes Institucionais e empresas ou de negociação de activos financeiros, que podem ser significativos, mas não recorrentes. O BIG concentra-se em linhas específicas de produto para os segmentos de Clientes de retalho e institucionais e empresas, e alguns dos negócios estão altamente correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e a nossa capacidade de antecipar e reagir a movimentos e oportunidades. Um factor chave na forma como investimos no nosso negócio ou nos mercados é o nosso foco nos *ear-*

nings at risk e o momento concreto em que esperamos que estes resultados se concretizem.

Perspectivas de Negócio para 2014

Neste início de 2014, realce para: (i) um crescente optimismo nos mercados quanto à possibilidade de a Europa ter começado a ultrapassar o pior da sua crise da dívida soberana, por entre receios relativamente ao crescimento lento e à ameaça de deflação; (ii) a tendência genericamente optimista nos mercados accionistas globais; (iii) a volatilidade em determinados mercados emergentes, suportada pela incerteza em relação ao impacto que a redução gradual (*tapering*) dos estímulos da Reserva Federal Americana (U.S. Federal Reserve ou “FED”) poderá ter no fluxo de investimento para aquelas economias; (iv) os desafios ao crescimento na economia dos E.U.A, à medida que a era Ben Bernanke termina no FED e que se inicia o mandato de Janet Yellen; e (v) dúvidas persistentes relativamente à sustentabilidade do modelo económico da China e da salubridade do sistema bancário daquela economia.

Quanto à Zona Euro em geral, o Banco espera operar num ambiente de contínua intervenção do governo – ironicamente, como parte de um processo através do qual os governos debatem a necessidade de redução do peso do Estado na economia e de exercício de disciplina fiscal. O Banco considera existir um risco contínuo de incerteza macroeconómica, devido à possibilidade de choques fiscais adicionais à medida que os mercados avaliam e revêem expectativas face à realidade económica e maiores exigências de natureza regulatória para os bancos. Os maiores bancos europeus, numa primeira fase, serão sujeitos a revisões adicionais da qualidade dos seus activos, o que poderá conduzir a maiores imparidades e a eventuais reforços das suas bases de capital. Acresce que na agenda

para 2014 está uma nova ronda de testes de esforço, um fluxo regular de regulação de relevo e a primeira fase da União Bancária proposta, que terá impacto, num período inicial, para os maiores bancos na Europa e de seguida se irá estender aos restantes bancos.

Nas economias periféricas em geral, e no caso de Portugal em particular, o impacto da contínua austeridade fiscal, a visão cautelosa dos mercados sobre as perspectivas económicas de cada governo especificamente, e a percepção de que os obstáculos à reforma estrutural e ao crescimento sustentado permanecem fundamentalmente inalterados, poderão conduzir a uma continuidade da volatilidade. Estão a ser feitos progressos no restabelecimento da credibilidade ao nível Europeu, mas a capacidade de recuperação de acesso ao mercado por Portugal deverá ser limitada e, provavelmente, o país continuará abaixo de *investment-grade* no futuro próximo. O sector bancário sofreu um enfraquecimento, e o regresso à rentabilidade e à competitividade geral será um desafio no actual ambiente. O sector empresarial do país tem efectuado ajustamentos, mas permanece de modo geral sobre-endividado e sub-capitalizado, após anos de crédito fácil. O crescimento económico aparenta estar a reverter uma tendência negativa, mas o desemprego permanece alto. A estrutura da economia, com a sua orientação estatal, será lenta a mudar. Adicionalmente, tal como em 2013, altos custos de financiamento, impostos excessivos e um ambiente político dividido deverão ser menos conducentes ao investimento, ao crescimento do emprego ou à criação de riqueza no curto prazo.

Os principais riscos para o próximo ano incluem: (i) instabilidade política e oportunismo, (ii) continuidade das pressões internas contínuas sob o Governo para abrandar o ritmo das reformas, (iii) preocupações quanto à qualidade da carteira de crédito dos maiores bancos, associada aos efeitos da austeridade, a um ambiente empresarial fraco e a vários anos

de práticas deficientes de gestão, (iv) os efeitos do aumento do desemprego de longo prazo e das desigualdades laborais e (v) o impacto político e na notação de crédito de um ritmo superior de crescimento da dívida, face a ganhos de produtividade relativamente mais lentos. Uma aceleração sustentada do crescimento económico está dependente da redução pelo Estado da sua gestão directa e indirecta da economia de uma forma igualmente sustentada, da continuidade das reformas e do controlo dos orçamentos que terá de ser eventualmente alcançado.

Embora a economia portuguesa aparente estar em menor eminência de perigo face ao início de 2012 ou 2013, a Administração entende que o país permanece vulnerável a choques externos. Entendemos que o crescimento do preço dos activos no início de 2014 – uma tendência generalizada nos mercados globais – poderá ter ultrapassado o ritmo da correspondente melhoria dos fundamentais subjacentes da economia Portuguesa. Vemos grande desafios no futuro e a diminuição do tempo e espaço disponível para enfrentá-los, à medida que a oposição política e os interesses instalados jogam com a credibilidade e o futuro do país.

No mercado doméstico, a realidade imediata contempla: uma “tempestade” de regulação financeira, continuidade da austeridade, crescimento incerto ou lento, desemprego elevado, tributação excessiva e a manutenção de taxas de juro elevadas relativamente aos pares Europeus. Os bancos – uma boa parte dos quais tem agora o Estado como parceiro – serão desafiados a desalavancar, a procurar financiamento e a manter os requisitos de capital em níveis satisfatórios. A incerteza política nos mercados deverá manter-se, numa altura em que as necessidades de curto prazo e as exigências do mercado colidem com objectivos de longo-prazo para implementação de reformas estruturais e a vontade e o empenho dos sectores político, público

e privado para atingir as expectativas dos credores do país.

Em 2014, tal como nos anos anteriores, a Administração espera manter um foco na qualidade e liquidez dos activos do Banco, no crescimento do segmento de retalho especializado, no controlo da despesa e na gestão do capital próprio e regulatório. Os objectivos serão: (i) maximizar a flexibilidade do Banco no ambiente actual e (ii) manter o foco em elevados níveis de liquidez e solvabilidade, qualidade dos activos e crescimento selectivo. Os investimentos no segmento de retalho continuarão a constituir uma prioridade. A rentabilidade deverá ser moderada comparativamente ao nível *record* alcançado pelo Banco em 2013.

Eventos ocorridos desde o final de 2013

Ambiente e condições “eufóricas” de mercado que, de uma forma genérica, e entre outros aspectos, têm ajudado a reduzir a taxa de juro média da dívida soberana do Governo Português. Consequentemente, esta redução tem alimentado o debate sobre se Portugal será capaz de sair do Programa de Ajustamento sem necessitar de uma linha cautelar, tal como a Irlanda.

O número de Administradores Executivos do Banco alterou-se de seis para cinco, com a saída de um dos membros para outra instituição de crédito. O Banco não tem planos imediatos para propor a sua substituição.

O Banco abriu a sua 15ª agência, em Guimarães.

Obteve, no primeiro trimestre de 2014, a aprovação por parte do Banco de Moçambique para constituir uma instituição de crédito em Moçambique.

ANÁLISE: RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 2013

Sumário Financeiro – Consolidado

T.13

Resultados	2013	2012	2011
Margem financeira	25.747.469	18.734.087	19.783.187
Resultados excluindo a margem financeira	99.274.743	61.593.425	13.393.340
Resultado líquido	58.627.760	32.517.881	2.505.595
Resultado individual atribuível a accionistas	58.459.256	32.486.385	2.464.443
Resultados por acção	0,56	0,31	0,02
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROAE)	30,9%	26,9%	2,9%

T.14

Indicadores Macroeconómicos (%)	PIB			IPC		
	2012	2013	2014E	2012	2013	2014E
Estados Unidos	2,8	1,9	2,8	2,1	1,4	1,5
Zona Euro	-0,7	-0,4	1	2,5	1,5	1,5
Portugal	-3,2	-1,5	0,8	2,8	0,5	0,8
Médio Oriente & Norte África	4,6	2,1	3,8	10,8	12,3	10,3
Ásia	5,1	5,2	5,3	3,6	3,8	4,1
América do Sul	2,6	3,2	3,1	6,8	8	8
Mundo	3,1	3	3,7	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: FMI, Banco de Portugal

Economia Global

O ano de 2013 fica marcado por desenvolvimentos relacionados com a evolução da crise de dívida Soberana na Europa, a manutenção da clivagem política orçamental de longo prazo nos EUA e a expectativa de reversão das políticas de "Tapering" do FED – fenómeno que desencadeou um importante efeito de reacção sobre a evolução dos fluxos de capital a nível global e acarretou um impacto transversal sobre as diferentes classes de activos.

De acordo com o FMI, o crescimento económico global deverá ter atingido os 3% em 2013, um nível marginalmente mais reduzido face ao incremento de 3,1% observado em 2012, reflexo de alguma moderação da actividade económica que se fez sentir tanto no bloco Desenvolvido (1,3% vs 1,4% anterior) como no bloco Emergente (4,7% vs 4,9% anterior).

No bloco desenvolvido, observou-se um ritmo de crescimento económico clara-

mente distinto entre os EUA (+1,9%) e a Zona Euro que se manteve em recessão (-0,4%), sendo que ambos foram penalizados pela ligeira retracção da Procura Interna nas economias emergentes. Já a actividade na Zona Euro evoluiu condicionada pela transmissão dos efeitos recessivos registados na Periferia para os Países Core, ainda que no geral se tenha concretizado uma mitigação dos riscos da crise Europeia – salvo alguns focos de volatilidade adicional. Neste caso, realce para o programa de resgate Cipriota que, envolveu pela primeira vez, no âmbito da recapitalização da Banca, a contribuição total de obrigacionistas e accionistas, bem como a conversão de depósitos em capital (apenas acima dos EUR 100 mil). A amplitude de actuação do BCE voltou a ser determinante para promover uma maior confiança no sistema financeiro, destacando-se a redução da taxa de juro directora para um mínimo histórico (0,25%) e o compromisso em torno da importância sobre a direcção das taxas de juro no longo prazo ("*Forward Guidance*"), reiterando que as mesmas deverão permane-

cer a níveis reduzidos durante um período alargado. Do ponto de vista estritamente macroeconómico, verificou-se a melhoria gradual de um conjunto de indicadores, ainda que estes se mantenham a níveis relativamente deprimidos no contexto pré-crise. Tornaram-se igualmente evidentes os primeiros resultados associados à correcção dos desequilíbrios estruturais das economias periféricas e que se materializaram na evolução amplamente favorável dos saldos orçamentais, saldos externos e do próprio nível de competitividade das economias sob maior pressão, ao passo que na esfera da política Europeia vislumbraram-se progressos tédios, nomeadamente no que respeita à construção da União Bancária.

No bloco norte-americano, materializou-se um crescimento moderado da actividade económica assente na recuperação sustentada dos principais indicadores de actividade e na redução consistente da taxa de desemprego, ainda que o nível de participação laboral nos EUA tenha fixado mínimos históricos. A manutenção

de políticas de estímulo não convencionais suportou esta recuperação, ainda que o sentimento globalmente positivo tenha sido mitigado pelo efeito combinado da clivagem política orçamental de longo prazo – motivou a suspensão do tecto da dívida e desencadeou o encerramento parcial do Governo norte-americano – e pelo início da reversão das políticas de estímulo não convencionais pelo FED (“Tapering”) que se concretizou já no final do ano e reduziu o montante do valor global das compras mensais do FED em USD 10 mil milhões para USD 75 mil milhões, respectivamente.

A suavização dos riscos da Zona Euro e a expectativa de reversão da política monetária não convencional pelo FED traduziram vectores determinantes na evolução das classes de activos: i) *yields* de dívida soberana periférica acentuaram trajectória de redução secular, ao passo que o nível de taxas de juro dos activos sem risco (*Bunds* e *Treasuries*) registaram um *pick-up* assinalável; ii) *spreads* de dívida corporativa continuaram a evidenciar tendência de compressão; iii) índices bolsistas ostentaram uma amplitude de variação significativa, oscilando entre perdas ligeiras nas economias emergentes e valorizações significativas no bloco desenvolvido – Europa (+19%), EUA (+30%) e Japão (+56%); iv) mercado de *commodities* registou um comportamento bastante divergente com destaque para a quebra de valor da generalidade das *commodities* agrícolas e do Ouro (-28%) em oposição à relativa estabilidade do preço do Crude (+7%) que evoluiu suportado essencialmente por questões geopolíticas. O câmbio EUR/USD registou uma apreciação acima de 4% no ano, apesar da significativa volatilidade observada no Verão em resultado da expectativa de “Tapering” pelo FED.

Portugal

O contexto de suavização dos riscos sobre a crise de dívida Soberana na Europa acarretou um efeito positivo na cena in-

terna, não obstante a manutenção do cenário recessivo que continuou a assolar a economia e os episódios de instabilidade política que afectaram temporariamente o equilíbrio da coligação Governativa e que conduziram à saída do Executivo pelo Ministro das Finanças – Vítor Gaspar. Restaurado o equilíbrio na Coligação em meados do Verão, o Governo prosseguiu o cumprimento do Memorando de Entendimento (MoU) acordado com a “Troika”, sendo que o esforço do ajustamento fiscal em 2013 assentou sobretudo no incremento das receitas por via da subida generalizada dos impostos (2,6% do PIB) em detrimento da redução da despesa (0,6% do PIB).

O exercício de consolidação orçamental em 2013 espelhou um sucesso relativo, sendo que pela primeira vez desde o início do Programa de Ajustamento, o défice público ter-se-á situado abaixo da meta imposta pela “Troika” (inferior a 5% vs objectivo de 5,5%). O sucesso da execução orçamental esteve relacionado com o forte agravamento do IRS, a recuperação das receitas do IVA no final do ano e a obtenção de um conjunto de receitas extraordinárias no âmbito do 2º orçamento rectificativo de 2013.

A economia nacional manteve-se em recessão no ano de 2013, ainda que a quebra do PIB neste período tenha sido mais moderada (-1,5%) face ao verificado em 2012 (-3,2%). A retracção do consumo privado (-2%), do investimento público (-1,5%) e a quebra bruta do capital fixo (-8,4%) contribuíram para explicar a evolução desfavorável da actividade, ainda que a evolução positiva das exportações tenha mitigado em parte esses efeitos. No que respeita à inflação, o valor antecipado para 2013 fixou-se nos 0,5% (vs 2,8% anterior), o que indica uma menor pressão sobre o nível de preços e compara de forma favorável com os riscos deflacionistas que se abateram sobre outras economias periféricas.

O ano de 2013 voltou a ficar marcado por novas cedências da “Troika” no que

respeita a flexibilização dos objectivos para o saldo orçamental, bem como pelo acordo no que respeita o alargamento das maturidades associadas aos empréstimos dos parceiros internacionais. A suavização do risco de crédito do País permitiu assim o regresso parcial do financiamento do Estado junto dos mercados internacionais, quer com novas emissões de dívida de médio-longo prazo, quer com operações voluntárias de troca de dívida que permitiram aliviar o calendário de reembolsos de dívida pública no curto/médio prazo.

As projecções oficiais para 2014 indicam que o PIB da economia Portuguesa deverá crescer 0,8% face a 2012, ao passo que o défice Orçamental deverá atingir os 4,5% e a dívida pública poderá estabilizar acima dos 125% em relação ao PIB. O saldo de Conta Corrente será excedentário em quase 1% do PIB em 2014, traduzindo já o efeito de correcção de muitos dos desequilíbrios externos acumulados pela economia Portuguesa, prevendo-se igualmente o início da trajectória descendente do stock de dívida Pública (em % do PIB) – reflectindo o efeito combinado do *superavit* primário orçamental e a recuperação da actividade económica.

Resultados Detalhados e Situação Financeira em 2013

Os resultados do banco registados em 2013 tiveram por base uma combinação de: (i) um crescimento de 37% na margem financeira, (ii) um nível estável nas comissões líquidas, (iii) resultados significativamente superiores das actividades de investimentos e crédito, (iv) custos superiores com salários e despesas administrativas, (v) provisões e imparidades da carteira de activos financeiros bastante inferiores e (vi) impostos substancialmente mais elevados.

A margem financeira ascendeu a € 25,7 milhões em 2013. Os rendimentos com juros e similares aumentaram, associados a uma maior carteira de activos remunerados, o que, em combinação com custos

T.15

(Euro)

Proveitos	2013	2012	Var %	2011	2010
Juros e rendimentos similares	43.994.244	39.199.855	12,2%	34.406.853	24.075.341
Juros e encargos similares	-18.246.775	-20.465.768	-10,8%	-14.623.666	-7.549.684
Margem financeira	25.747.469	18.734.087	37,4%	19.783.187	16.525.657
Rendimentos de instrumentos de capital	1.811.909	1.576.839	14,9%	1.473.849	1.360.493
Rendimentos de serviços e comissões	8.119.293	9.844.788	-17,5%	10.382.730	11.485.475
Encargos com serviços e comissões	-1.586.170	-3.054.980	-48,1%	-1.380.701	-2.786.197
Rendimentos de negociação de activos financeiros	7.018.003	11.440.959	-38,7%	-235.576	3.632.089
Rendimentos de activos financeiros detidos para venda	79.260.704	36.685.156	116,1%	1.442.375	16.824.264
Resultados de reavaliação cambial	-89.618	876.704	-110,2%	1.560.506	1.241.544
Resultados de alienação de outros activos	5.040.701	4.252.138	18,5%	-135.230	4.393.654
Outros resultados de exploração	-300.079	-28.178	964,9%	285.387	-622.954
Produto bancário	125.022.212	80.327.513	55,6%	33.176.527	52.054.025

de financiamento médios mais baixos, resultou num aumento de 37% na margem financeira de 2013, face a € 18,7 milhões registados no exercício anterior. Uma combinação de factores que levou a um aumento da procura por activos de renda fixa em vários mercados. Estes incluem: (i) confiança que o pior da crise de dívida da Zona Euro foi ultrapassada, (ii) um processo de desalavancagem geral dos sectores financeiro e empresarial e (iii) o ambiente de recessão e receios de deflação impulsionados pela austeridade. Este processo levou a uma diminuição das taxas de juro médias do crédito independentemente da sua qualidade, e resulta em parte da implementação pelos bancos centrais dos EUA e Europeus de políticas de longo prazo de manutenção das taxas de juro de referência próximas de zero. Consequentemente, alguns custos de financiamento no sector bancário aparentam ter diminuído para níveis pré-crise. Os custos de financiamento do Banco diminuíram face a período homólogo, apesar de um aumento significativo na base de depósitos, ao passo que os rendimentos de juros aumentaram em virtude de uma base mais elevada de activos remunerados com rentabilidade ligeiramente mais baixa. De uma forma geral, a Administração optou por limitar o crescimento do balanço aos aumentos na base de depósitos de Clientes e em fundos de capital, e por conter o uso de financiamento, mais barato, mas politicamente sensível, via ECB ou EUREX Repo,

que diminuiu face ao período homólogo em termos absolutos e relativos. A margem financeira representou 21% do Produto Bancário em 2013, comparativamente a 23% em 2012 e 60% em 2011.

Os resultados excluindo juros atingiram os € 99,3 milhões, 62% superior aos € 61,6 milhões registados em 2012. As componentes desta categoria incluem: (i) rendimentos de instrumentos de capital ou de investimentos em títulos que pagam dividendos, (ii) comissões da actividade de negociação dos clientes de retalho, da gestão e distribuição de activos, e serviços de assessoria a empresas e clientes institucionais, (iii) rendimentos de negociação, essencialmente do negócio com clientes, tal como o *market-making*, a estruturação de produtos e a gestão dos *hedges* subjacentes, (iv) ganhos realizados associados à gestão do risco de crédito e risco de taxa de juro, através da carteira de activos detidos para venda, e (v) outros rendimentos. As receitas dos investimentos de capital aumentaram 15% face ao período homólogo, para € 1,8 milhões. Estes representam investimentos estáveis por norma em capital de empresas de *utilities* Europeias que pagam um dividendo relativamente alto, e que têm oferecido rendimentos consistentes nos últimos anos. As comissões líquidas resultam largamente da actividade de corretagem para clientes de retalho, incluindo uma série de mercados a pronto e plataformas *online* seguras, colocadas à disposição dos clientes para negociação de *warrants*, futuros,

forex, CFD's e fundos de investimento. Esta categoria inclui também uma quantidade crescente de comissões de serviços bancários, tal como receitas de multibanco, comissões por gestão de activos e avenças e comissões relacionadas com mandatos de assessoria a empresas. Apesar da actividade ter começado a crescer ligeiramente durante a última metade do ano e as comissões da gestão de activos terem aumentado face ao mesmo período do ano anterior, as comissões do segmento empresarial ficaram abaixo das do ano anterior, uma vez que a pior fase do actual ciclo económico que afectou o sector empresarial poderá ter sido 2013. As receitas com negociação de activos diminuíram face ao período homólogo e representam, em média, uma pequena parte dos rendimentos excluindo juros. Este tipo de receita tende a depender das condições de mercado e, uma vez que a maior parte das receitas resulta das visões de mercado dos clientes e da gestão das posições tomadas de modo a suportar a actividade dos clientes, pode ser volátil. Os rendimentos com activos detidos para venda cresceram para € 79,2 milhões e representam 79,8% dos rendimentos não relacionados com juros, o que compara com uma média de cinco anos de 71% do total. Estes rendimentos incluem ganhos realizados com actividades de investimento e crédito numa carteira diversificada de activos de renda fixa com liquidez. Estão associados com uma gestão activa de concentrações de crédito, e de maturidades e riscos de país diversifi-

cados. Esta carteira é chave para a gestão da liquidez e das posições de taxa de juro do Banco. Outros rendimentos de 2013 incluíram a venda de activos de renda fixa menos líquidos.

Os eventos extraordinários verificados nos últimos anos – que tiveram início com a crise do *sub-prime* nos Estados Unidos, que desencadeou uma transformação massiva nas perspectivas do risco de crédito a nível global – criaram oportunidades tanto de ganhos como de perdas em 2013. De uma forma geral, ainda que a confiança dos investidores tenha revelado sinais de melhoria, começando em 2012 e ao longo de 2013, a Administração entende que os fundamentos económicos subjacentes exigem um período de ajustamento mais longo, e é improvável que se volte a registar crescimento económico sustentado antes das economias sobre-endividadas se desalavancarem e reestruturarem. Embora os mercados tenham valorizado significativamente no início de 2014, a Administração antecipa um regresso a, pelo menos, um nível moderado de volatilidade na definição do preço de activos remunerados e de financiamento à medida que a recuperação se revele incerta e as agendas políticas continuem a influenciar os mercados.

A Administração espera que os rendimentos no futuro resultem largamente das categorias acima descritas, não antecipando um desvio significativo do modelo de negócio actual ou um aumento da complexidade no futuro próximo. As respectivas proporções poderão variar à

medida que os depósitos de clientes e os activos sob supervisão aumentem, o balanço cresça gradualmente, e a reputação do Banco no mercado doméstico continue a aumentar. Áreas de destaque incluem os serviços de aconselhamento baseado em comissões, os activos sob supervisão, os produtos de poupança e a gestão do balanço tendo permanentemente em vista a sólida qualidade dos activos e níveis confortáveis de excesso de liquidez.

O total de custos considerados para efeitos fiscais inclui custos operacionais, provisões e imparidades. Estes são influenciados em primeiro lugar pelas remunerações, pelo crescimento no número de colaboradores e pela confiança da Administração relativamente aos níveis da actividade de negócio.

Em 2013, o total dos custos, incluindo imparidades e provisões, ascendeu a € 33,2 milhões, superior em 6% ao valor registado em 2012. O total dos custos operacionais líquidos, ou custos de transformação líquidos de imparidades e provisões – i.e. *custos com pessoal, benefícios, despesas administrativas e depreciações/amortizações* – aumentaram em função de custos superiores com pessoal e despesas administrativas. A parte discricionária dos custos com pessoal é influenciada, entre outras coisas, pelo nível de rendimentos líquidos, pelo desempenho geral do Banco, contribuições por área de negócio e individuais, pela legislação laboral em vigor e pelo contexto do mercado. Considerando os custos em função das receitas geradas, a eficiência do Banco melhorou substancial-

mente face ao ano anterior, para 24,9% em 2013, o que compara com 27,7% em 2012 e 47,9% em 2011.

De uma forma geral, o Banco privilegia a versatilidade e liquidez dos seus activos em Balanço, prosseguindo uma abordagem global quanto à gestão de riscos, e opera com uma estratégia única de retalho, que é suportada por uma estrutura operacional leve e preparada para um processamento escalável. No que concerne ao uso do capital e à gestão do risco, esta abordagem é chave na gestão da base de custos.

Os custos com pessoal, tradicionalmente a maior categoria de custos do Banco, representaram 72% dos custos operacionais líquidos em 2013 (excluindo provisões e imparidades), o que compara com 66% em 2012 e 55% em 2011 – ano em que o Banco reduziu as despesas salariais gerais em 30% em resultado da elevada incerteza nos mercados. O ligeiro aumento percentual em 2013 reflectiu um maior número de colaboradores, um volume maior de incentivos a áreas de vendas baseadas em comissões, e a reintrodução de pagamentos variáveis limitados, de acordo com as leis e regulações aplicáveis ao sector bancário e factores de mercado competitivos.

A Administração procura manter uma estrutura sensata e deliberadamente flexível de remunerações fixas/variáveis que se relaciona fortemente com o desempenho do Banco em cada ano. *Os custos com pessoal representaram 18% dos provei-*

T.16

(Euro)

Custos	2013	2012	Var %	2011	2010
Custos com pessoal	-22.356.754	-14.840.651	50,6%	-8.837.318	-12.556.069
Despesas administrativas	-7.689.711	-6.130.922	25,4%	-5.568.518	-6.019.658
Amortizações	-1.134.697	-1.314.991	-13,7%	-1.495.072	-1.607.394
Provisões líquidas	-1.871.061	-2.892.714	-35,3%	150.258	-7.670
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	33.745	-16.378	-306,0%	-170.162	4.941
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-125.288	-5.736.787	-97,8%	-14.134.976	-5.737.395
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-103.403	-541.246	-80,9%	318.411	-18.477
Total	-33.247.169	-31.473.689	5,6%	-29.737.377	-25.941.722

tos líquidos em 2013, a percentagem mais baixa na história do Banco, e que compara com 19% em 2012, 27% em 2011 e 24% e 2010. Em percentagem dos custos totais, os custos com pessoal ascenderam a 67% em 2013, reflectindo em parte a necessidade de contrabalançar as taxas extraordinárias de IRS. O mesmo rácio foi de 48% em 2012, 30% em 2011, 48% em 2010, 53% em 2009, 55% em 2008 e 66% em 2007.

Para além dos custos com pessoal, outras categorias relevantes de despesa incluem: (i) custos administrativos, particularmente associados ao número de colaboradores, e (ii) gestão de investimentos nos escritórios físicos e sistemas tecnológicos do Banco. As imparidades de activos financeiros, que, numa base de gestão são deduzidas aos proveitos das respectivas áreas de negócio, diminuíram substancialmente face a 2012.

Os custos administrativos incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com bolsas e fornecedores relacionados, rendas e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estes custos estão, normalmente, correlacionados com o crescimento do número de Colaboradores e dos níveis de actividade de negócio, ou associados a investimentos específicos, tendo aumentado 25% para € 7,7 milhões. A Administração espera conter o crescimento desta categoria para um ritmo mais moderado em 2014.

Os custos com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com os imóveis

ocupados pelo Banco, investimentos em *hardware* e outros equipamentos e custos de licenças iniciais associados com acordos de fornecimento de *software*. A componente referente às instalações inclui custos com o edifício sede e novos investimentos e melhoramentos na rede de agências do Banco, bem como na sua rede de ATM, ambas em crescimento. O Banco investe regularmente na sua infra-estrutura de Tecnologias de Informação (TI) de modo a assegurar qualidade de execução e segurança ao nível dos melhores padrões da indústria, e mantém recursos dedicados à gestão da infra-estrutura com soluções desenvolvidas internamente. Em 2013, os custos com amortizações diminuíram em 14%, para € 1,1 milhões. Esta categoria de custos representou 3,4% do total dos custos operacionais em 2013, comparativamente a 4% em 2012, 5% em 2011 e 6% em 2010.

As imparidades líquidas diminuíram consideravelmente, de € 6,3 milhões em 2012 para € 0,195 milhões em 2013, e uma vez que estas tendem a constituir essencialmente um custo associado às actividades de mercado do Banco, reflectem uma melhoria nas condições de mercado.

O Resultado Antes de Impostos foi de € 91,9 milhões, face a € 48,9 milhões em 2012 e € 3,5 milhões em 2011, numa altura em que a crise da dívida na Zona Euro se encontrava na fase mais grave. Em 2013, uma rentabilidade maior compensou as despesas mais elevadas verificadas e traduziu-se num aumento substancial dos impostos no exercício. A taxa de imposto

do Banco aumentou de 22,7% em 2010 para 28,9% em 2011, para 33,4% em 2012, e novamente para 36,2% em 2013, em função dos aumentos de impostos extraordinários e da aplicação de impostos especiais sobre o sector bancário. Por comparação, a taxa de imposto efectiva do Banco foi de 17% em 2009 e de 27% em 2008.

Resultados Operacionais por Segmento de Negócio

Internamente, o Banco é gerido com base numa matriz de segmentos de negócio, que incluem áreas globais de Clientes, a área de Tesouraria e Mercados de Capitais, e várias áreas de produto. As tabelas T.18, T.19 e T.20 contêm uma exposição dos resultados operacionais do BiG com base numa apresentação interna das nossas receitas e despesas associadas com as três principais divisões internas de proveitos e custos. Neste formato, os proveitos são alocados por segmento de Cliente ou área de negócio e os custos são alocados com base nas despesas efectivas por área e numa divisão geral dos custos operacionais em função do número de Colaboradores por área de negócio.

As receitas do segmento de Clientes de retalho especializado aumentaram 16% para € 13,9 milhões com base numa margem financeira superior, representando 61% do total em 2013, o que compara com 56% em 2012. As receitas líquidas de corretagem também cresceram em 2013, mas a um ritmo inferior, após terem diminuído

T.17

(Euro)

Resultados e Impostos	2013	2012	Var %	2011	2010
Resultados operacionais	91.775.043	48.853.824	87,9%	3.439.150	26.112.303
Resultados de associadas	163.306	23.371	598,8%	87.565	292.136
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	91.938.349	48.877.195	88,1%	3.526.715	26.404.439
Impostos correntes	-33.218.522	-16.385.895	102,7%	-909.833	-5.824.683
Impostos diferidos	-92.067	26.581	-446,4%	-111.287	-119.866
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	0	32.517.881	-100,0%	2.505.595	20.459.890
Interesses minoritários	0	0	0,0%	0	0
Resultado do exercício	58.627.760	32.517.881	80,3%	2.505.595	20.459.890

T.18

(Euro 000)

Retalho Especializado	2013	(%)	2012	(%)	2011	(%)	2010	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	3.920	28%	3.893	33%	4.227	37%	5.354	47,3%
Margem financeira	8.454	61%	6.672	56%	5.923	52%	4.423	39,1%
Comissões bancárias	816	6%	1.038	9%	815	7%	792	7,0%
Negociação de activos financeiros/vendas	680	5%	310	3%	401	4%	752	6,6%
Proveitos líquidos	13.869	100%	11.913	100%	11.365	100%	11.321	100%
Custos operacionais	-11.843		-12.759		-8.433		-9.318	
Resultados antes de impostos	2.026		-846		2.933		2.003	
% dos proveitos operacionais/ proveitos do conjunto dos segmentos	13%		19%		72%		30%	
% dos custos operacionais/ custos do conjunto dos segmentos	59%		62%		60%		59%	

T.19

(Euro 000)

Institucionais e Empresas	2013	(%)	2012	(%)	2011	(%)	2010	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	350	20,3%	2.153	66,0%	3.054	68,3%	2.320	55,0%
Margem financeira	160	9,3%	118	3,6%	2	0,0%	20	0,5%
Comissões bancárias	649	37,7%	253	7,8%	379	8,5%	396	9,4%
Negociação de activos financeiros/vendas	206	12,0%	129	4,0%	166	3,7%	743	17,6%
Assessoria financeira	355	20,6%	608	18,6%	874	19,5%	741	17,6%
Proveitos líquidos	1.719	100%	3.261	100%	4.475	100%	4.220	100%
Custos operacionais	-4.525		-5.497		-3.341		-3.948	
Resultados antes de impostos	-2.805		-2.236		1.135		272	
% dos proveitos operacionais/ proveitos do conjunto dos segmentos	2%		5%		28%		11%	
% dos custos operacionais/ custos do conjunto dos segmentos	23%		27%		24%		25%	

em cada um dos 3 anos anteriores. Outras fontes de receita incluem comissões bancárias e a margem comercial associada a produtos de poupança e de investimento, tais como fundos de investimento e outras soluções de gestão de activos. Como parte de uma alteração comportamental dos clientes durante os últimos anos de mercados voláteis, as actividades de margem cresceram 90% desde 2010, ao passo que os rendimentos com negociação de clientes diminuíram 26% no mesmo período. Esta categoria diminuiu para 13% do total das receitas do segmento, o que compara com 33% no ano anterior, apesar de um aumento em termos absolutos.

Durante o ano, a rede física de agências cresceu para 15 (incluindo Guimarães,

com abertura agendada para o primeiro trimestre) e o número de caixas automáticas (ATM) aumentou para 34.

O negócio de retalho do Banco BIG é uma combinação de uma plataforma especializada de negociação de activos financeiros e investimento, com uma oferta de serviço integral para o Cliente individual. Os produtos e serviços oferecidos incluem contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos e soluções de crédito específicas. A plataforma proporciona acesso a um leque alargado de produtos de poupança e investimento, desde produtos bancários em geral a soluções de crédito para os Clientes que requeiram apoio, até sofisticadas plataformas *online* de negociação de activos financeiros e in-

vestimento para Clientes *self-directed*. Estas plataformas permitem a negociação de acções, *warrants*, contratos de futuros, mercado cambial (FX), CFD's (contratos por diferença) e fundos de entidades terceiras. Comunicamos com os nossos clientes através de vários canais integrados, que incluem Internet, telefone e as agências físicas, geridas por *financial advisors*. As várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto alargado de clientes alvo com diferentes perfis de investimento, apetência por risco e necessidades transaccionais.

As áreas de produto do segmento de negócios de Empresas e Institucionais do Banco são semelhantes às oferecidas ao

segmento de retalho, com excepção da assessoria dirigida a empresas. Ao passo que o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma electrónica www.big.pt, o negócio de E&I pode contar com equipas de vendas especializadas e soluções concebidas à medida das necessidades específicas dos Clientes Institucionais. As áreas de produto oferecidas incluem corretagem institucional, gestão de risco, venda de produtos de investimento e serviços de assessoria independente para Clientes Empresariais, Bancos e Clientes Institucionais. Em 2013, este segmento de negócio gerou proveitos líquidos de € 1,7 milhões, inferiores em 47% ao registado em 2012.

O segmento de negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais visa gerar receitas, enquanto simultaneamente gere a exposição do Banco aos produtos vendidos a Clientes em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, acções e instrumentos derivados. Na gestão das suas posições de liquidez e exposição ao risco de taxa de juro, o Banco investe em emissões obrigacionistas de emitentes empresariais, financeiros e soberanos de qualidade. O Banco também negocia os principais instrumentos monetários internacionais, futuros sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como uma variedade de opções e instrumentos financeiros similares, principalmente em relação com os negócios de

clientes, como parte das suas actividades de *hedging*. Na gestão das várias carteiras de negociação de activos financeiros, a actividade da equipa de Tesouraria e Mercados de Capitais abrange muitas áreas internamente, sendo uma fonte de *expertise*, de gestão de risco de mercado e de rentabilidade consistente para a organização.

Em 2013, esta área gerou resultados, líquidos de imparidades, de € 93 milhões, o que compara com € 49,1 milhões no ano anterior e uma perda de € 10 milhões em 2011. A geração de receitas, como indica o histograma abaixo, e excluindo o efeito de imparidades, sugere uma distribuição razoavelmente normal durante os últimos anos.

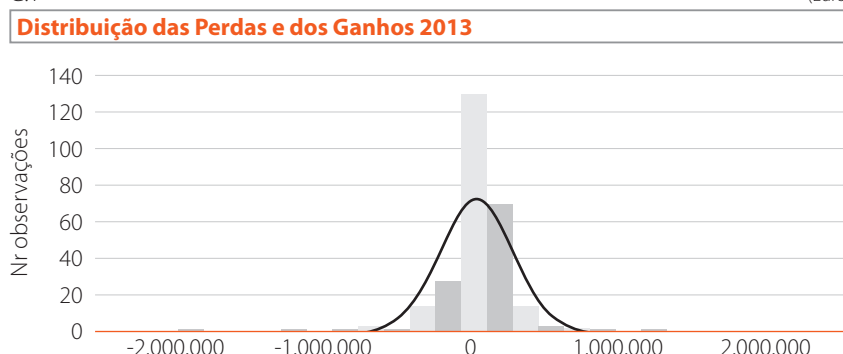
T.20

(Euro 000)

Tesouraria e Mercados de Capitais	2013	(%)	2012	(%)	2011	(%)	2010	(%)
Rendimentos de instrumentos de capital	1.812	2,0%	1.577	3,2%	1.474	-14,7%	1.360	6,2%
Resultados de activos e activos e passivos ao justo valor através de resultados	7.018	7,6%	11.441	23,3%	-236	2,3%	3.632	16,7%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	79.261	85,3%	36.685	74,7%	1.442	-14,4%	16.824	77,2%
Resultados de reavaliação cambial	-90	-0,1%	877	1,8%	1.561	-15,6%	1.242	5,7%
Resultados da alienação de outros activos	5.041	5,4%	4.252	8,7%	-135	1,3%	4.473	20,5%
Imparidades de outros activos financeiros líquidas de reversões e recuperações	-125	-0,1%	-5.737	-11,7%	-14.135	140,9%	-5.737	-26,3%
Proveitos líquidos	92.917	100,0%	49.095	100,0%	-10.029	100,0%	21.794	100,0%
Custos operacionais	-3.700		-2.466		-2.286		-2.527	
Resultados antes de impostos	89.217		46.629		-12.315		19.267	
% dos proveitos operacionais/ proveitos do conjunto dos segmentos	86%		80%		0%		58%	
% dos custos operacionais/ custos do conjunto dos segmentos	18%		18%		16%		16%	

G.1

(Euro)



Estratégia de Balanço e Fontes de Financiamento

Gestão da Estratégia de Balanço

Os activos e passivos do Banco BiG aumentaram face ao ano anterior, devido à entrada significativa de depósitos de clientes de retalho e a um maior nível de capitais próprios, os quais financiaram uma maior e mais diversificada carteira de activos disponíveis para venda, constituída maioritariamente por activos líquidos de rendimento fixo. De uma forma geral, as modificações na natureza do balanço são graduais, não se verificando diferenças materiais nos níveis de activos registados no final do ano face a outras datas ao longo do exercício.

A atenção dada pela Administração à dimensão e composição do balanço do Banco constitui um dos nossos exercícios de gestão de risco mais importantes. Os activos e passivos podem alterar-se em função das actividades de clientes, condições do mercado e oportunidades de negócio, todavia, a dimensão e a composição do balanço do Banco em cada momento reflecte: (i) a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis, (ii) o nível de capitais ou fundos

próprios do Banco e (iii) a tolerância global da Administração ao risco. O processo envolve revisão regular e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e estratégias de financiamento através do ALCO – Comité de Activos e Passivos, limites de crescimento do balanço por linha de negócio, classe de activos ou concentração, monitorização diária dos indicadores chave pela Gestão de Risco e o uso de análise de cenários e testes de *stress* como instrumentos disciplinadores essenciais. A grande maioria dos activos remunerados do Banco são classificados como disponíveis para venda. Estes são mensurados diariamente a preços de mercado e utilizados na gestão da exposição do Banco aos movimentos das taxas de juro bem como no investimento de excedentes de liquidez.

A nossa estrutura de risco é concebida e gerida à volta de uma estratégia central de manutenção de um balanço excepcionalmente líquido. Os processos e procedimentos do Banco encorajam uma gestão dinâmica dos nossos activos e responsabilidades e incluem:

- Uma gestão pelo menos semanal de activos e responsabilidades chave;

- Monitorização diária de indicadores de risco chave e de utilização de capital;
- Utilização extensa de análises de cenário, compiladas e analisadas numa base diária;
- Projecções semi-anuais de fontes de financiamento e requisitos de capital para os 5 anos seguintes;
- Revisão semi-anual de limites.

Conceitos chave inter-relacionados de gestão da liquidez, controlo da qualidade dos activos e adequação de capital são discutidos nos capítulos contidos nesta *Discussão da Administração*, que cobre a Gestão do Risco de Mercado, Gestão do Risco de Crédito e Adequação de Capital Interna.

O total de Activo Líquido no final de 2013 era ligeiramente superior a € 1,2 mil milhões, traduzindo-se num aumento de 19% face ao ano anterior. O total de activos remunerados em 31 de Dezembro de 2013 era de € 1,174 mil milhões, representava 97% do total de Activo Líquido e era 20% superior, em termos absolutos, ao verificado no mesmo período no ano anterior.

Os depósitos junto de outros bancos são utilizados para gerir a liquidez de curto prazo e as reservas mínimas junto do Banco Central e das contrapartes. A car-

T.21

(Euro 000)

Indicadores Chave de Balanço	2013	2012	2011	2010
Total do activo líquido	1.214.430	1.024.616	828.983	900.763
Activos remunerados	1.173.812	980.855	755.787	832.681
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0
Crédito concedido/Activo líquido	16,2%	18,8%	19,2%	4,7%
Recursos do Banco Central	130.315	260.248	238.323	360.164
Recursos de outras instituições de crédito	143.478	6.481	48.896	38.943
Depósitos de clientes	683.717	543.830	440.568	332.185

T.22

(Euro)

Activos Remunerados	2013	2012	Var (%)	2011	2010
Disponibilidades e aplicações em bancos	80.113	70.678	13%	79.437	86.963
Crédito a clientes	196.919	192.674	2%	159.331	42.533
Activos financeiros detidos para negociação	21.900	17.408	26%	13.336	8.890
Activos financeiros disponíveis para venda	874.881	700.095	25%	503.683	694.295
Total	1.173.812	980.855	20%	755.787	832.681

teira de crédito permaneceu relativamente inalterada, constituída essencialmente por créditos hipotecários titularizados (RMBS) classificados como empréstimos. Incluindo os RMBS classificados como empréstimos, a categoria de crédito representava cerca de 17% dos activos remunerados. Uma parte relativamente pequena da carteira de crédito do Banco correspondia essencialmente a créditos em conta corrente (contas margem) de clientes de retalho, que são por natureza de curto prazo e estruturadas para se auto-liquidarem em condições de *stress*, as quais se encontravam totalmente garantidas por activos financeiros líquidos. No final de 2013, praticamente todos os activos de crédito estavam integralmente garantidos por valores imobiliários e/ou

mobiliários e eram, consequentemente, de baixo risco. Os financiamentos desta natureza a Clientes tendem a crescer com subidas nos mercados financeiros e a registar declínios em períodos de *stress*, como tem sido o caso desde 2011 (ver Gestão de Risco de Crédito). A carteira de activos disponíveis para venda (AFS) aumentou devido a oportunidades verificadas num conjunto de classes de activos financeiros de rendimento fixo. A carteira de AFS representava 75% dos activos remunerados em 31/12/2013, reflectindo um aumento face aos 72% registados no final do ano anterior, e incluía títulos de dívida soberana, coberta e sénior. Entre os factores que poderão afectar a dimensão da nossa carteira incluem-se oportunidades para criar margem ou proveitos

de investimento durante o ano. O Banco não detém activos detidos até à maturidade, uma vez que liquidou, com mais-valia, a carteira que detinha no início de 2010.

As principais fontes de financiamento do Banco foram os depósitos de clientes, o acesso a financiamento por via de acordos de venda/recompra a taxas favoráveis junto do BCE ou de outras contrapartes de mercado e capital accionista. Os depósitos de clientes são, na sua natureza, fundamentalmente de retalho e cresceram 26% para € 684 milhões, após aumentos de 24% em 2012 e 33% em 2011. A Administração reduziu, gradualmente e em termos líquidos, o financiamento junto do BCE, apesar das respectivas taxas mais atractivas no curto prazo. Os depósitos de outros bancos são

T.23

(Euro 000)

Principais Rubricas do Passivo e Capitais Próprios	2013	2012	Var (%)	2011	2010
Recursos de Bancos Centrais	130.315	260.248	-50%	238.323	360.164
Passivos financeiros detidas para negociação	1.357	1.016	34%	18.592	27.308
Recursos de outras instituições crédito	143.478	6.481	2114%	48.896	38.943
Recursos de clientes	683.717	543.830	26%	440.568	332.185
Capitais próprios	207.193	170.724	21%	67.234	108.141

T.24

(Euro)

	Valores médios em € 1.º trimestre 2013	Valores médios em € 2.º trimestre 2013	Valores médios em € 3.º trimestre 2013	Valores médios em € 4.º trimestre 2013
ECB - Valor da POOL - Activos elegíveis (inclui haircut)(1)	344.183.068	335.615.478	378.005.579	421.657.098
ECB - Valor da POOL - Tomadas	168.666.667	122.833.333	98.000.000	104.333.333
ECB - Valor da POOL - Disponíveis	175.516.402	212.782.145	280.005.579	317.323.765
EUREX Repo - Valor da POOL(2)	254.222.960	366.878.667	429.359.136	346.973.642
EUREX Repo Tomadas Net: (Tomadas - cedências)	150.000.000	171.666.667	251.666.667	163.333.333
Eurex Repo - Disponíveis	97.065.878	188.314.687	169.932.555	177.071.038
Activos elegíveis e disponíveis não integrados nas POOLs	170.951.592	72.701.744	39.635.798	68.839.446
Total depósitos	558.951.847	597.078.903	622.030.421	668.555.318
Total de activos elegíveis e disponíveis	443.533.872	473.798.575	489.573.932	563.234.249
Rácio entre activos disponíveis face ao total de depósitos	79%	79%	79%	84%
Activos elegíveis não disponíveis (dados como garantia - SII, Eurex)	6.310.101	6.152.349	5.863.489	5.592.551
Activos não elegíveis	89.008.324	98.152.666	93.427.013	128.097.840

(1) POOL de activos valorizada com preços do ECB que podem não coincidir com os preços de mercado.

(2) POOL de activos valorizada aos preços da Eurex, não inclui haircuts.

maioritariamente acordos de venda/recompra junto da EUREX REPO, a qual o Banco integrou como membro em 2011.

Financiamento assegurado e liquidez disponível. Os níveis médios de financiamento assegurado trimestral de curto prazo, através de acordos de venda/recompra com contrapartes de mercado são apresentados na tabela T.24, em termos absolutos e em percentagem dos depósitos de clientes, incluindo financiamento não utilizado disponível, com base em activos elegíveis, não onerados.

Depósitos de clientes. Uma análise detalhada encontra-se disponível na Nota 31.

Capitais Próprios. Os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2013 eram de € 207,2 milhões, o que compara com € 170,7 milhões na mesma data em 2012. A reserva de justo valor, que reflecte o preço dos activos financeiros detidos para venda a preços de mercado, foi ligeiramente negativa, praticamente não tendo sofrido alteração face ao período homólogo, como resultado da melhoria do ambiente das taxas de juro no longo do ano. O capital regulatório do Banco, ou "Fundos Próprios", aumentou para € 202,6 milhões, face aos € 161,9 milhões registados no final de 2012.

Capital Regulatório Consolidado

ICCAP – Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP). Nos termos da Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2010, o Banco realiza um exercício anual de auto-avaliação para determinar a adequação de capital detida para suportar o negócio. O processo, que é parte da regulação Basileia II, revê muitos dos processos de gestão de risco utilizados pelo Banco numa base diária, e procura quantificar o montante de capital que o Banco deverá deter para efeitos do seu negócio, e que se distingue do capital regulatório do Banco e do seu capital efectivo. A avaliação incorpora risco de mercado, risco de crédito e risco opera-

T.25

(Euro)

Capitais Próprios	2013	2012	2011
Capital	104.000	104.000	104.000
Prémios de emissão	1.362	1.362	1.362
Outros instrumentos de capital	0	0	0
Acções próprias	-1.084	-1.172	-1.323
Reservas de reavaliação	-2.180	-1.184	-87.279
Outras reservas e resultados transitados	58.947	44.560	47.969
Outras deduções	0	0	0
Resultado do exercício	58.628	32.518	2.506
Dividendos antecipados	-12.480	-9.360	0
Capitais próprios	207.193	170.724	67.234
Valor patrimonial por acção	1,99	1,64	0,65
Activos líquidos/Capital	5,86	6,00	12,33

T.26

(Euro)

Capital Regulatório Consolidado	2013	2012	2011
Capitais Próprios	207.193	170.724	67.234
Dividendos a distribuir	-6.240	-6.240	
Resultado do exercício *			-2.506
Activos intangíveis	-133	-194	-535
Depósitos remuneração acima limiar	-1.203	-3.900	-141
Reservas reavaliação	2.973	1.360	84.209
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo		-1.578	-1.929
Provisões para Riscos gerais de crédito		120	178
Fundos próprios	202.590	160.292	146.510
Activos ponderados pelo risco	616.225	506.341	450.149
Core Tier I	32,7%	31,9%	32,5%
Tier I	32,7%	31,9%	32,5%
Rácio de solvabilidade	32,9%	32,0%	32,5%

T.27

Medidas de Desempenho	2013	2012	2011	2010
Rendibilidade				
Rendibilidade dos activos médios (ROA)	5,2%	3,5%	0,3%	2,6%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	31,0%	27,3%	2,9%	17,3%
Produto bancário/Activo líquido médio	11,2%	8,7%	3,8%	6,5%
Eficiência				
Margem financeira/Activo remunerado	2,2%	1,9%	2,6%	2,0%
Custos transformação/Produto bancário	24,9%	27,7%	47,9%	38,8%
Custos pessoal/Produto bancário	17,9%	18,5%	26,6%	24,1%
Solvência				
TIER I	32,7%	31,9%	32,5%	36,2%
Rácio de solvabilidade ajustado ao risco	32,9%	32,0%	32,5%	36,3%

cional, para o qual é utilizado o método do Indicador Básico.

Todos os indicadores de rendibilidade melhoraram em 2013. **A Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE) foi de 31,0%, por comparação com 27,3% em 2012.** Com proveitos consideravelmente mais elevados em 2013, o rácio de eficiência do Banco melhorou ao longo de sete dos últimos oito anos, constituindo o ano de 2011 a excepção a esta tendência. A base de capital do BiG e os rácios de solvabilidade mantiveram-se elevados e em linha com os anos anteriores, não obstante a contínua incerteza nos mercados.

GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

A Administração entende que uma gestão efectiva do risco é essencial para o sucesso do Banco. Os principais riscos que o Banco enfrenta, inerentes à actividade bancária, incluem riscos de mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Estes conceitos são analisados separadamente no presente relatório, mas encontram-se geralmente inter-relacionados. Para identificar e gerir estes riscos, os sistemas de controlo interno do Banco contemplam políticas e procedimentos integrados, que assumem natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos, aprovados e supervisionados pelo Conselho de Administração, quer em grupo, quer por delegação. As nossas políticas e sistemas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária ou intra-diária dos riscos, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e a adesão a, orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos clientes e dos accionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Adicionalmente à mensuração dos riscos inerentes à actividade bancária, a Administração incorporou em alguns dos cenários assumidos em testes de esforço, componentes adicionais de riscos *políticos e sistémicos*. Embora estejam sempre contemplados nos processos de análise de risco, os eventos subjacentes à crise da dívida da Zona Euro motivaram a adopção pela Administração de um planeamento prudencial e explícito para potenciais eventos inesperados associados às acções de implementação de medidas por parte dos líderes políticos a nível nacional e internacional. Estes eventos podem ter impacto nas práticas de mercado existentes, regulação ou pressupostos, ou, directamente, ter impacto nos preços e expectativas de mercado. Estes riscos

constam regularmente da nossa perspectiva e aferição de riscos de mercado, liquidez e crédito. Informação adicional, incluindo testes de esforço para risco reputacional e riscos de correlação, consta da Nota 39.

Estrutura de Governo

A responsabilidade pela monitorização de riscos começa pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Todos os Riscos do Banco. Este Comité combina as várias funções individuais de controlo e os grupos funcionais que supervisionam a Gestão de Risco, discutidos em detalhe mais à frente neste documento e a área de *Compliance* do Banco.

Presidindo a estrutura de governo societário encontra-se o Conselho de Administração. O Conselho de Administração assume um papel essencial na supervisão de riscos e o seu funcionamento tem sido sempre pautado pelo reconhecimento de que controlos adequados – quer para evitar perdas desnecessárias, quer como meio de gerar valor para os accionistas num ambiente controlado – são fundamentais para a robustez financeira da instituição.

O Conselho de Administração estabelece orientações sobre a estratégia do Banco e níveis de risco, sendo ainda responsável pela manutenção de uma visão integrada das exposições às diferentes tipologias de risco. Cada um dos comités internos de risco – Comité de Todos os Riscos, Comité de Activos e Passivos, Comité de *Compliance*, Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas como Auditoria Interna, *Compliance*, riscos Operacionais e riscos Tecnológicos – inclui responsáveis pelos mecanismos de controlo no dia-a-dia. Cada comité inclui, para além do Vice-Presidente, pelo menos outro Membro do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar

decisões nas suas áreas respectivas. Os eventos diários de natureza excepcional requerem a aprovação de pelo menos dois Administradores. Exposições significativas ou decisões de política significativas que caiam fora destes limites requerem revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce ainda que o Comité de Todos os Riscos reúne regularmente para assegurar uma comunicação adequada, conformidade com regulamentos e compreensão das inter-relações dos riscos entre as várias áreas do Banco.

A Administração revê frequentemente as políticas e procedimentos e a sua clara comunicação por toda a organização, como forma de garantir a construção de um ambiente operacional eficaz. A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras visam assegurar que os processos associados com a identificação, quantificação, controle e reporte de exposições a potenciais perdas sejam implementados de acordo com as melhores práticas bancárias e padrões regulamentares.

A figura F.1 apresenta um resumo da estrutura de governação para gestão do risco do Banco.

Políticas Gerais na Gestão de Risco

A gestão de risco no BiG tem como objectivo a criação de valor para os accionistas. Em termos gerais, o Banco encontra-se exposto a risco em resultado directo da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou clientes, ou em resultado de uma interrupção inesperada nos sistemas e operações ou erro nos procedimentos normais do Banco.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

F.1



- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;
- Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- Políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
- Sistemas de mensuração e reporte independentes;
- Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, a Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspectos são discutidos nas secções seguintes e incluem:

- Utilização exaustiva de cenários de testes de esforço;
- Limites de risco de mercado com base em VaR (*Value at Risk*);
- Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
- *Basis Point Values*;
- Limites por contraparte, família, classe de activos e carteira;
- Limites de concentração;
- Análise qualitativa e procedimentos.

A quantificação do risco requer exercícios regulares de auto-avaliação, actualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco diário da Administração, das equipas responsáveis e das áreas de suporte. Assumimos como parte do processo que nenhuma metodologia isolada é suficiente na análise global das nossas exposições e, como tal, revemos os riscos, em particular os riscos de mercado, através de um conjunto de processos e abordagens. Como política, procuramos quantificar o potencial de perdas associado a todos os aspectos do nosso negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. Na gestão dos *riscos de liquidez* e *de taxa de juro* a Administração foca-se num conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenários. A gestão do *risco de crédito* geralmente foca-se em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e testes de esforço. As exposições a *derivados*, por outro lado,

são medidas através de análises de sensibilidade medidas em pontos base. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o Banco pode estar exposto, tais como alguns *riscos operacionais*, o *risco reputacional* e o *risco de correlação*, está dependente de análises de cenários de modo a atingir estimativas quantitativas.

Limites e Controlo

A existência de limites em todas as actividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve uma série de restrições revistas com frequência, organizadas por classe de produto, maturidade e por operador. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, designadamente *basis point values* (bpv's), e medidas estatísticas, tais como o *Value at Risk* (VaR), discutido mais à frente. É responsabilidade da Administração e da função de Risco de Mercado garantir a actualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos. Vários critérios são adoptados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos associada à negociação de activos financeiros e investimento, incluindo a nossa análise corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores e, constituindo um factor importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de activos, são revistos e comunicados numa base periódica aos gestores e colaboradores de *front* e *back office* e são sujeitos a revisão e actualização regular. Todos os colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *back office* independentes, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Reporte

Diariamente, as áreas responsáveis pela gestão de risco e *back office* compilam e reportam posições à Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Os limites excedidos são reportados à Administração, que toma as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos mesmos. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões, no mínimo diárias, da Administração com as áreas de mercado para rever posições, avaliar tendências e resultados e modificar estratégias em conformidade.

Risco de Mercado

Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de mercado. Os principais riscos que gerimos na nossa actividade de negociação incluem:

- *Risco de activos de rendimento fixo*, resultante de mudanças dos preços de activos financeiros detidos para negociação ou para venda;
- *Risco de preço de activos financeiros*, resultante de exposições a mudanças nos preços dos activos e volatilidade.
- *Risco de taxa de câmbio*, resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidade.
- *Risco de derivados*, resultante da ges-

tão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Asset and Liability Committee* ("ALCO") e no *Comité de Risco de Mercado*. Estes grupos são presididos pelo CEO e incluem outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades de negociação de activos financeiros e de controlo.

Conjuntamente, são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as actividades de negociação de activos financeiros. Controlam ainda as decisões genéricas de investimento, revêem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, bem como para as carteiras dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço às carteiras, bem como assegurar uma supervisão e controlo independente e verificar o cumprimento dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office*. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas actividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o Banco gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, a Administração estabelece e revê, periodicamente, os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização do risco de Mercado em específico, procede em colaboração com a Administração e com o *Compliance*, à revisão de políticas e procedimentos de desenvolvimento de produ-

tos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias. Alguns dos membros do ALCO e do *Comité de Risco de Mercado* também integram o *Comité de Investimento do Banco*, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de activos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de assessoria e gestão discricionária. As actividades desta área, embora separadas da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controlo que são utilizados pelo Banco na gestão do seu capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais Administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

Metodologias Utilizadas

Na gestão do risco de mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo os riscos de país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente incluem várias medidas não estatísticas, entre as quais:

- *VaR (Value at Risk)*;
- *Testes de esforço sobre o valor económico (Economic Value stress testing)*;
- *Testes de esforço sobre os resultados (Earnings at Risk stress testing)*;
- *Valores de pontos base (Basis point values)*;
- *Limites de posições para derivados ("gregas")*;
- *Limites nas posições para subjacentes seleccionados (Inventory position limits for selected underliers)*.

O Banco utiliza estes sistemas em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentrações de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

Value at Risk (VaR)

A análise de *VaR*, que mede o risco assumindo condições normais de mercado, é combinada com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories*, para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição

ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As variações de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente resultantes de alterações nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre activos financeiros.

Os resultados dos testes da carteira de negociação durante 2013, indicam que durante o ano houve três dias de negociação em que as perdas excederam os níveis de *VaR*. Os limites de negociação indicados na tabela T.30, e em linha com os anos anteriores, foram, em média, pouco utilizados, concentrando-se grande parte do risco na carteira de activos disponíveis para venda (AFS).

As componentes e as concentrações da carteira são tipicamente dinâmicas à medida que o Banco maximiza fluxos

estáveis de receita, enquanto maximiza a flexibilidade de reconhecer proveitos mantendo níveis elevados de liquidez disponível. Os limites de investimento atingiram em média 53% durante o ano, em linha com os valores registados no ano anterior. Os níveis mais elevados de *VaR* estiveram associados à carteira de activos de rendimento fixo, reflectindo concentrações nesta classe de activos. Mais detalhe destas exposições está disponível na secção deste relatório dedicada à Gestão do Risco de Concentração.

As análises de *VaR* das classes de activos de rendimento fixo e variável por sector indicam que as maiores exposições médias durante 2013 ocorreram em activos financeiros de empresas de telecomunicação, instituições financeiras, dívida soberana e *utilities* (tabela T.32). Os picos nos sectores governamental e financeiro no terceiro trimestre reflectem momentos de *stress* resultantes da instabilidade na coligação do Governo de Portugal.

T.28

(Euro)

VaR de Negociação 2013 (vs 2012)	2013				2012			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	31.882	32.794	98.922	1.279	2.155	5.199	64.777	670
Risco de taxa de juro	7.486	278.967	2.102.434	7.486	25.525	423.948	1.433.894	21.557
Acções	103.908	142.773	400.830	34.380	68.235	23.056	128.548	1.981
Opções	250.475	138.598	426.766	17.546	43.550	53.177	113.981	18.791
Efeito de diversificação	16%	28%			27%	31%		
VaR total	331.313	424.939	2.291.861	67.981	101.997	350.734	1.433.218	37.465

T.29

(Euro)

VaR de Investimento 2013 (vs 2012)	2013				2012			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco de taxa de juro	6.865.502	8.327.418	11.272.606	4.826.487	6.253.717	7.662.930	10.227.702	3.580.669
Acções	264.021	503.483	732.975	264.021	263.213	571.886	843.797	216.114
Efeito de diversificação	2%	3%			6%	6%		
VaR total	6.954.590	8.540.234	11.594.365	4.977.430	6.156.687	7.742.197	10.515.533	3.046.218

Resumo de termos chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas predições com os resultados reais.

Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efectiva não exceda o *VaR* estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o *VaR*.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

Utilização de Limites – VaR

T.30 (Euro)

Negociação		
VaR	Limite	Utilização
331.313	2.900.000	11%

	Limites	31-12-2013	30-12-2013	Δ	Excedente
Acções	400.000	103.908	71.508	32.400	-
Opções	300.000	250.475	253.907	-3.432	-
Taxa de juro	2.100.000	7.486	160.730	-153.244	-
Fx cambial	100.000	31.882	36.787	-4.904	-

T.31 (Euro)

Investimento		
VaR	Limite	Utilização
6.954.590	13.000.000	53%

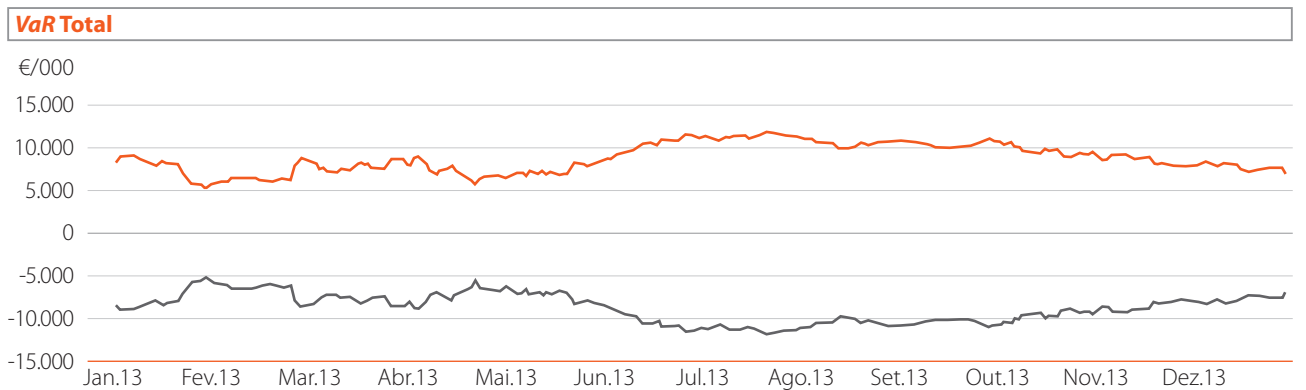
	Limites	31-12-2013	30-12-2013	Δ	Excedente
Acções	1.000.000	264.021	264.119	-99	-
Taxa de juro	12.000.000	6.865.502	7.523.026	-657.523	-

T.32 (Euro)

Sector	VaR Médio
Materiais básicos	154.465
Telecomunicações	530.400
Consumidor, cíclicos	4.656
Consumidor, não cíclicos	25.302
Financeiro	516.414
Soberano	7.318.090
Industrial	271.569
Utilities	675.164
Energia	41.544

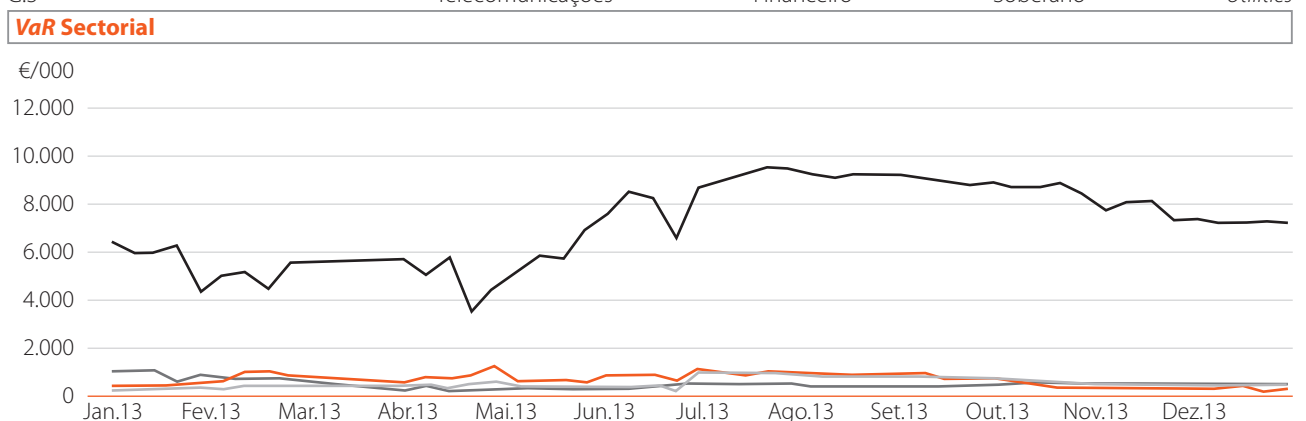
VaR total

G.2



VaR por Sector

G.3



VaR de Liquidez

O VaR de Liquidez mede a perda esperada associada com a análise sectorial acima indicada, ajustada à liquidez das respectivas classes de activos. A adição da componente de liquidez é uma perspectiva mais conservadora da medida de VaR normal no sentido em que introduz o *spread* entre os preços de *bid* e *ask* dos activos. Em momentos de *stress*, o *bid/ask spread* alarga-se em função da redução da liquidez disponível. Os gráficos abaixo evidenciam a evolução comparativa durante 2013 da média do VaR de liquidez para as várias classes de activos detidos pelo Banco, constituindo L1 a medida dos *bid/ask spreads*.

Os pontos de desvio significativo entre as medidas de VaR normal e as medidas de VaR de liquidez, tal como indicadas no gráfico abaixo, reflectem o aumento no *stress* e a queda na liquidez entre os instrumentos de rendimento fixo de países periféricos e das suas instituições financeiras.

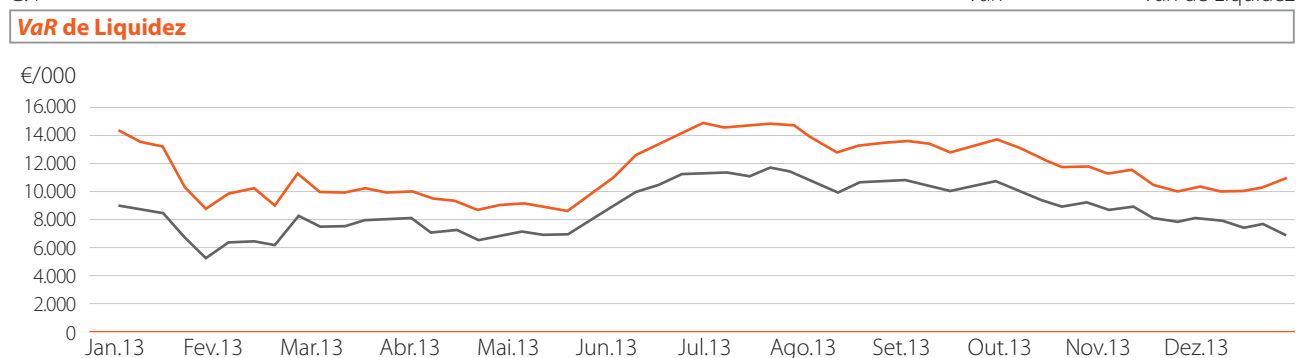
VaR de Crédito

O VaR de crédito mede a perda máxima estimada que o Banco poderá sofrer em exposições de crédito associadas com os seus activos financeiros de rendimento fixo detidos na carteira de activos disponíveis para venda, i.e., excluindo a sua relativamente modesta

carteira de crédito a clientes. Na avaliação dos riscos associados com a exposição a crédito na carteira de investimento, são consideradas características específicas tais como notação de risco de crédito, probabilidade de incumprimento, taxa de recuperação e sector, entre outros.

Conforme indicado no gráfico G.5, que compara o VaR de crédito com o VaR normal, o primeiro representou, em média, 2% da globalidade da carteira de crédito durante o ano, com excepção do terceiro trimestre de 2013, período durante o qual certas emissões de dívida soberana atingiram níveis históricos de volatilidade.

G.4



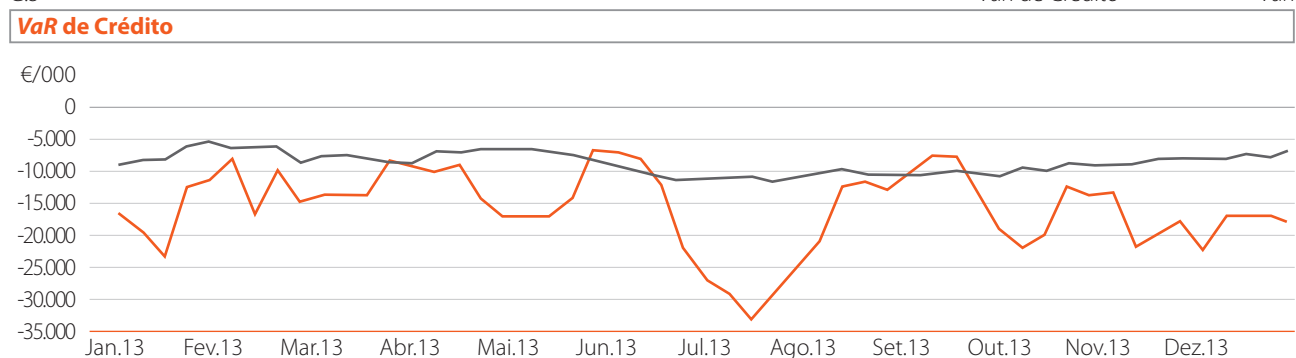
T.33

(Euro)

VaR de Liquidez Médio por Sector Durante 2013

Sector	L1	VaR	VaR de liquidez
Telecomunicações	185.835	530.400	716.235
Financeiro	540.543	516.414	1.056.957
Soberano	1.557.701	7.318.090	8.875.792
Utilities	290.269	675.164	965.434

G.5



Testes de Esforço

O Banco efectua testes de esforço das suas posições de mercado e considera esta abordagem, em conjunto com as avaliações de *VaR*, uma ferramenta essencial para a gestão de riscos de mercado. Ao utilizar testes de esforço económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os testes de esforço de proveitos em risco pro-

porcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplada, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, utilizamos 16 cenários para desenvolver testes a 96 posições nas carteiras de negociação e de investimento, assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos

nossos clientes a potenciais perdas. Numa base semanal, aplicamos 8 cenários adicionais para testar 48 posições. Estes cenários são revistos frequentemente e de acordo com a evolução das condições de mercado. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação. Realizamos habitualmente os testes de esforço de liquidez e correlação numa base mensal.

Posições a 31/12/2013:

T.34

(Euro 000)

Negociação 2013								
	Acções		Obrigações				FX	Matérias Primas
	C1	C2	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Acções	244	(49)	6	53	(17)	46	239	(8)
Opções	730	40	22	(12)	62	114	471	(155)
Taxa de juro	(17)	(61)	(152)	(53)	(51)	(40)	(9)	(25)
FX	27	(12)	58	90	51	88	24	(12)
Total	984	(83)	(66)	78	44	207	724	(200)

T.35

(Euro 000)

Investimento 2013								
	Acções		Obrigações				FX	Matérias Primas
	C1	C2	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Taxa de juro	(5,792)	(10,329)	(34,101)	(260)	(7,047)	(10,823)	(9,877)	(2,156)
Acções	(241)	(55)	(380)	15	(32)	(59)	(219)	(154)
Total	(6,033)	(10,384)	(34,481)	(246)	(7,079)	(10,883)	(10,095)	(2,310)

Os cenários utilizados em 2010-2011:

Piores cenários de Acções

C1	Preocupações de que a crise da dívida Pública dos países da União Europeia se possa propagar a outros países	18/08/11
C2	Downgrade da dívida Pública Portuguesa (A+ para A-)	28/04/10

Piores cenários de Obrigações

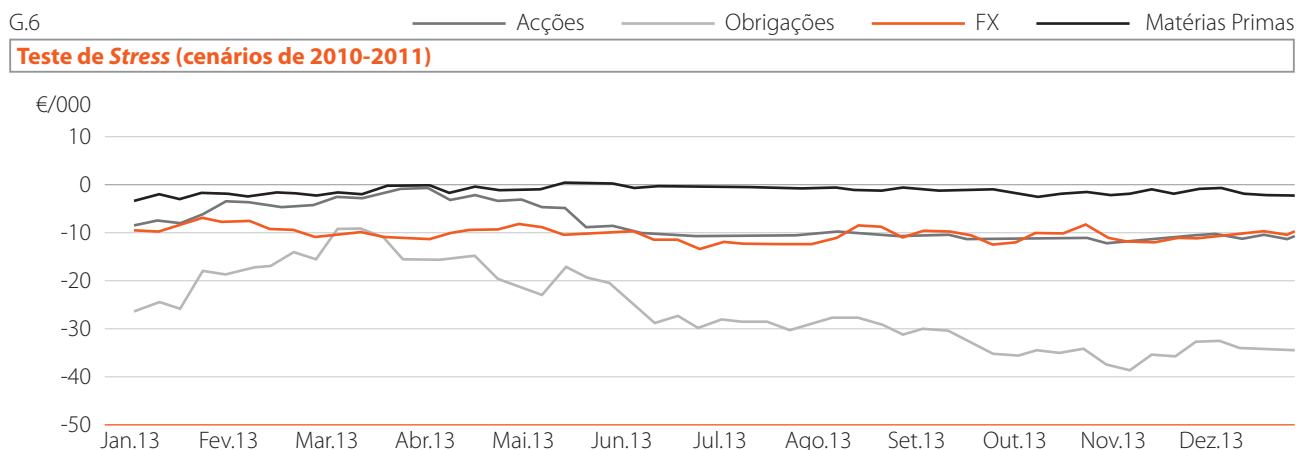
C1	1º Leilão de dívida Pública Portuguesa depois da agência da Moody's ter diminuído o rating a Portugal	06/07/11
C2	Crise Italiana, com a dívida Pública a registar máximos históricos	25/11/11
C3	Notícias de que a dívida pública da Grécia é maior do que inicialmente se previa	22/04/10
C4	Instabilidade política na Grécia	05/05/10

Piores cenários de FX

C1	Intervenção na Grécia	06/05/10
----	-----------------------	----------

Piores cenários de matérias primas

C1	Abrandamento económico e agravamento da crise da dívida pública na Europa	23/09/11
----	---	----------



T.36 (Euro 000)

	Acções	Obrigações	FX	Matérias Primas
Máximo	-843	-9.297	-7.241	211
Mínimo	-11.955	-38.616	-13.422	-3.246
Média	-8.236	-26.056	-10.431	-1.403
Desvio padrão	3.539	8.108	1.364	848

A maioria dos testes é realizada com base em eventos históricos e nas respectivas reacções dos mercados a esses eventos. Adicionalmente, o Banco executa diariamente testes de esforço "Armageddon" das exposições de mercado. Estes cenários simulam o impacto de eventos ou quedas nos mercados em cenários potenciais extremos. O objectivo desses cenários extremos, debatidos abaixo, é medir o impacto teórico no modelo de negócio do Banco e na sua resiliência a eventos que são habitualmente várias vezes piores do que qualquer ocorrência histórica de mercado.

Os cenários históricos observados durante 2010-2011 são utilizados, na medida em que correspondem a períodos extremos de *stress de mercado* para a realização de testes diários, e são identificados abaixo como "C1, C2...C4". A reacção histórica a vários cenários históricos extremos é aplicada às exposições actuais para estimar potenciais ganhos ou perdas das principais carteiras de negociação e investimento de activos financeiros, assumindo as mesmas condições de mercado. Os resultados são então compilados e reportados num base diária ao Conselho de Administração pela área de risco do Banco.

Testes de Esforço Armageddon

Realizamos testes de esforço "Armageddon" especialmente extremos às posições de investimento e negociação, de modo a medir o impacto teórico das várias exposições do Banco no evento altamente improvável de os índices das várias economias globais – DAX na Europa e S&P nos Estados Unidos – sofrerem quedas dramáticas de 50% e 33%, respectivamente, num único dia de negociação, assumindo correlações de activos de um mês. De forma semelhante, são desenvolvidos testes diários aos activos de rendimento fixo (Testes de Esforço Armageddon da Carteira de Crédito) cujos resultados são comunicados à Administração numa base diária. Estes cenários assumem eventos significativamente piores do que qualquer mínimo registado durante a crise de crédito de 2008, sendo aplicados às posições actuais, numa base diária. Concebido para ser deliberadamente remoto na sua probabilidade de ocorrência, o objectivo consiste em testar a capacidade de sobrevivência do modelo de negócio do Banco em circunstâncias extremas e, em consequência, manter a disciplina nos limites e na tomada de riscos. A exposição

média diária a perdas teóricas neste cenário de teste foi de € 57,6 milhões, com um pico de € 82,9 milhões num único dia no início do terceiro trimestre de 2013. Estes picos correspondem à carteira como um todo, incluindo as posições em futuros utilizadas como *hedge* aos riscos de taxa de juro, o que contribui para os seus níveis exagerados.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez decorre da gestão dos activos e passivos do Banco.

A política do BiG relativa a liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: (i) financiamento dos activos antes da sua aquisição; (ii) que a maior parte dos activos que compõem o Balanço sejam convertíveis em liquidez num curto espaço de tempo; (iii) construir uma base estável de depósitos de retalho, e (iv) assumir que manteremos um razoável nível de independência do mercado de financiamento junto de outras instituições. Com efeito, estes princípios definem o modelo de negócio do BiG, que é baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de activos composta por activos líquidos, em detrimento de crédito ilíquido.

A tabela T.38 proporciona uma visão global do *gap* de liquidez a 31 de Dezembro de 2013, apresentado por maturidades. Para mais informação, consultar a Nota 39.

G.7

Teste de Stress Armageddon



T.37

(Euro 000)

Perdas Máximas e Mínimas

Máximo(*)	Mínimo(*)	Média	Desvio padrão
-82.960	-20.513	-57.648	8.735

(*) Valores máximos e mínimos para as perdas

T.38

(Euro)

Indicadores de liquidez	Spot e até 1 semana	Entre 1 semana e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Activos líquidos com maturidade superior a 12 meses
Mismatches						
Mismatches por prazos	71.128.373	-46.733.622	-158.470.336	-89.691.604	-119.269.924	0
Mismatches acumulados	71.128.373	24.394.750	-134.075.586	-223.767.189	-343.037.114	792.265.981
Activos líquidos	764.072.259	767.842.890	868.410.304	868.410.304	868.410.304	0
Passivos voláteis	7.280.027	24.423.664	129.539.629	149.760.712	237.339.851	0
Activos líquidos - Passivos voláteis	756.792.232	743.419.225	738.870.675	718.649.592	631.070.453	0
Gap de liquidez (1)	168	167	214	208	183	0

(1) Gap de liquidez = [(Activos líquidos - Passivos voláteis)/(Activo total - Activos líquidos)] x 100

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e spreads de crédito.

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proveitos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros factores. O Banco BiG controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

O Banco utiliza, como medida de risco de taxa de juro, os *bpvs* (*basis point values*). Este factor de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) nas taxas de juro, e permite calcular o impacto económico destes movimentos na carteira de activos, nomeadamente em activos de rendimento fixo, que são sensíveis a flutuações de taxas de juro.

A tabela T.39 apresenta os activos e passivos por maturidade em 31 de Dezembro de 2013, com base nas respectivas taxas médias, calculadas para cada período temporal indicado. Para cada maturidade apresentam-se os valores dos *basis point values* (*bpvs*).

Uma posição líquida longa ou positiva em *pontos base* pressupõe uma posição longa em obrigações financiadas com liquidez de curto prazo. Uma posição líquida curta ou negativa significa que o Banco vendeu obrigações na expectativa de cobrir ou recomprar a posição mais tarde com lucro.

Os *earnings at risk* (proveitos em risco) associados a movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um conjunto de cenários numa base regular, um aumento ou queda de 200 *pontos base* (*pb*), num único dia, ou um aumento ou queda semelhante de 50 *pontos base* para maturidades superiores a 1 ano. A tabela T.40 resume o impacto nos resultados antes de impostos de uma improvável variação para-

T.39

(Euro)

Risco Taxa de Juro						
Maturidade	Activo	Passivo	Extra-patrimonial (+)	Extra-patrimonial (-)	Líquido	bpv's
1-Jan-14	183.075.379	284.863.543	30.047.879	0	(71.740.285)	19
1-Fev-14	65.052.997	101.401.254	120.167.928	0	83.819.671	(722)
1-Mar-14	67.001.548	98.893.726	40.040.983	0	8.148.805	(131)
1-Abr-14	5.025.883	47.453.926	38.035.630	0	(4.392.413)	107
1-Mai-14	12.749.835	41.599.263	35.505.467	0	6.656.039	(216)
1-Jun-14	646.110	58.306.707	27.402.546	0	(30.258.050)	1.242
1-Jul-14	239.196	37.150.236	0	0	(36.911.040)	1.788
1-Ago-14	8.372	79.465.027	0	0	(79.456.655)	4.577
1-Set-14	14.889	20.973.132	0	0	(20.958.243)	1.361
1-Out-14	11.503	21.176.758	0	0	(21.165.255)	1.543
1-Nov-14	5.414	52.565.351	0	9.651.357	(62.211.293)	5.132
1-Dez-14	11.791	23.218.495	0	3.048.469	(26.255.173)	2.355
1-Jan-15	5.603	33.572.615	0	50.270.712	(83.837.724)	8.228
1-Jul-15	76.438	47.847.453	0	15.530.720	(63.301.735)	9.203
1-Jan-16	3.493	2.503.828	0	451.046.413	(453.546.749)	83.830
1-Jan-17	32.790.947	1.128.567	0	49.666.394	(18.004.014)	4.884
1-Jan-18	75.881.830	3.405.392	0	20.242.842	52.233.596	(18.842)
1-Jan-19	13.591.590	83.591	0	346.449.861	(332.941.862)	145.014
1-Jan-20	143.186.556	0	0	0	143.186.556	(71.004)
1-Jan-21	1.017.767	0	0	0	1.017.767	(586)
1-Jan-22	176.741.831	0	0	0	176.741.831	(110.127)
1-Jan-23	143.592.648	0	0	0	143.592.648	(100.404)
1-Jan-24	44.612.321	0	0	125.102.500	(80.490.179)	59.356
1-Jan-29	0	0	0	0	0	0
1-Jan-34	186.398.889	0	0	0	186.398.889	(220.219)
1-Jan-39	0	0	0	0	0	0
	1.151.742.832	955.608.864	291.200.433	1.071.009.268	(583.674.868)	(193.610)

T.40

(Euro)

Dezembro 2013					
Aumento paralelo de 200 pb	Redução paralela de 200 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Redução paralela de 100 pb	Aumento de 50 pb após 1 ano	Redução de 50 pb após 1 ano
-38.722.052	38.722.052	-19.361.026	19.361.026	-10.533.307	10.533.307

lela de 200 pontos base a 31 de Dezembro de 2013.

A exposição ao risco de taxa de juro, como percentagem do capital regulamentar, medida semestralmente durante 2013, e assumindo o teste dos cenários descritos anteriormente, está representada na tabela T.41.

T.41

Risco de Taxa de Juro: Evolução Semestral		
Data	Aumento paralelo de 200 p.b. na curva de Taxa de juro	% Impacto nos Fundos próprios
Dez-12	-23.697.132	-14,7%
Jun-13	-29.787.225	-18,4%
Dez-13	-38.722.052	-19,2%

Análises de Sensibilidade

O Banco também executa análises de sensibilidade diárias para medir o efeito de variações das taxas de juro (excluindo o efeito de técnicas de cobertura de risco) e também para quantificar exposições a posições de negociação de activos financeiros derivados. Estas dependem de variáveis de mercado incluindo o

Durante 2013:

T.42

Gregos	Rho	Vega	Delta	Theta
Mín	-547.940	-13.251	-169.252	-59.192
Max	-69.346	64.921	469.100	1.732
Média	-294.844	22.638	188.093	-5.297
Desvio padrão	110.230	19.755	130.739	6.343

(Rho expresso em pontos base; os restantes em Euros)

Rho	Sensibilidade à taxa de juro
Vega	Sensibilidade à volatilidade
Delta	Sensibilidade ao activo subjacente
Theta	Sensibilidade ao tempo

preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco mede as exposições a estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade conhecidas como “gregas” que são termos matemáticos nos quais:

Rho: mede, em pontos base, os montantes mínimos e máximos de exposição durante 2013 a variações na curva de taxas de juro;

Vega: reflecte a exposição do Banco a variações de 1% na volatilidade na carteira de opções do Banco;

Delta: quantifica, em Euros e quanto à carteira de negociação de opções, variações de 1% no valor dos activos subjacentes;

Theta: também no que diz respeito à carteira de negociação de opções, mede, em Euros, os ganhos ou perdas reportados por cada dia restante da vida de uma determinada opção.

Risco de Crédito

O risco de crédito representa a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito associados a várias das suas actividades.

Estes riscos incluem principalmente a exposição directa a clientes que contrataram empréstimos, exposição directa a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como activos de investimento do Banco, mas também a exposição directa a clientes com crédito concentrado, e risco de compensação ou de mercado associado a actividades de clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos referidos anteriormente em *Risco de Mercado*.

As exposições a crédito no BiG genericamente incluem obrigações de empresas, obrigações soberanas, empréstimos, créditos interbancários, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos (Nota 39). No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima ao cliente ou Grupo, e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado sector, indústria ou localização geográfica. Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua na-

tureza seja dentro ou fora do Balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepõem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da actividade diária do Banco, a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Constituindo um factor inerente à banca, a Administração percepção o risco de crédito como parte integrante do nosso modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os accionistas. Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pela Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração posteriormente delega no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;
- Orientações e procedimentos quantitativos e qualitativos para questões de controlo da qualidade de crédito;
- Controlo do cliente, família e grandes riscos;
- Documentação, gestão e arquivo de documentação;
- Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;
- Manutenção de um sistema de avaliação e de aprovação de crédito;
- Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- Adesão a orientações regulamentares;
- Política de preços.

Natureza das Exposições de Crédito

A natureza dos riscos de crédito varia de ciclo para ciclo. Durante 2013, a crise da dívida da Zona Euro continuou a progredir de uma série de eventos imprevisíveis e altamente políticos ocorridos em 2011 para uma abordagem metódica e determinada dos decisores políticos, endereçando as diferentes questões específicas de cada uma das economias periféricas. A gestão do risco de crédito da carteira do Banco, em particular dívida cotada e acções, tem implicado uma resposta à melhoria da percepção da qualidade de crédito e liquidez, sem perder de vista as questões fundamentais de longo prazo associadas a diferentes mercados. Neste enquadramento, a volatilidade do risco de activos soberanos e de activos intrinsecamente relacionados com o risco soberano – em particular a visão sobre riscos bancários num determinado país – melhorou durante 2013 relativamente a 2012.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

- *Risco de Crédito garantido*, associado principalmente às nossas actividades de negociação e intermediação para clientes. Estas são garantidas maioritariamente por liquidez, activos financeiros ou, numa menor escala, activos imobiliários. Esta categoria inclui as emissões por bancos de activos financeiros com colaterais de hipotecas (RMBS) e obrigações cobertas, as quais, quando adquiridas a elevados descontos, conforme tem ocorrido, representam uma categoria de activos crescentemente atractiva em termos de qualidade de crédito e de retorno. Em 31/12/2013, aproximadamente 100% dos créditos estavam garantidos.
- *Risco de Crédito não garantido*, que surge das nossas actividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais, investimento em obrigações de empresas ou dívida

pública, ou a concessão ocasional de crédito a empresas com base numa análise objectiva de critérios qualitativos e quantitativos relativos ao risco de crédito do cliente. As exposições classificadas pelo Banco como não garantidas podem envolver emissões de dívida soberana ou dívida de emissões de outras entidades garantida por entidades soberanas. Considerando a dimensão da carteira de investimento em dívida sénior empresarial e soberana do Banco, este tipo de crédito representa a maior porção da exposição de risco do Banco.

Outros tipos de extensão de crédito, tais como o crédito comercial, não constituem uma parte relevante do negócio do Banco. A concessão de crédito para suportar actividades de aconselhamento, ou ligada a Banca de Investimentos ou mandatos de mercados de capitais não é encorajada sendo em qualquer dos casos sujeita a um processo de decisão autónomo discutido em detalhe abaixo.

Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculada com base em critérios maioritariamente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transacções em consideração

e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Controlos Sobre Margens

As contas margem e empréstimos ao consumo representavam menos de 15% do crédito em 31/12/13. A maior parte do crédito concedido a clientes é de curto prazo, sendo garantido por activos financeiros líquidos e sujeito a controlos rigorosos sobre margens, isto é, a diferença entre o valor do crédito concedido e o valor em tempo real da garantia que suporta o crédito. O Banco gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margem por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocado a diferentes tipos de activos, tendo em conta a volatilidade de mercado como base para determinar os níveis de alavancagem permitidos na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. Estes níveis são monitorizados em tempo real. O objectivo é identificar diferenças entre activos de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de exposição potencial, podendo eventualmente executar as posições de acordo com os níveis de risco registados. A nossa experiência tem sido a de que este tipo de crédito pode resultar numa utilização lucrativa do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco. Mais importante ainda, este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem registado níveis negligenciáveis de perdas, mesmo sob condições extremas de mercado tais como as verificadas nos últimos anos (Nota 21).

Exposições não Garantidas

As linhas de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, requerem uma revisão objectiva dos dados financeiros históricos e projecções conservadoras como base para aprovação de qualquer proposta de crédito. No processo de aprovação, são também utilizados critérios qualitativos, tais como a propriedade/base accionista, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante. Além da análise interna, o Banco pode ainda recorrer a outras fontes independentes, incluindo agências internacionais de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não-domésticos e instituições financeiras.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário, por exemplo quando o Banco opera enquanto credor de outros bancos, do sector financeiro, empresarial e de dívida soberana, representada por dívida cotada com maturidades variáveis.

Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa a sua exposição à concentração de riscos por categoria – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional – e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. A gestão de riscos que não de crédito é discutida nas secções relevantes deste relatório.

No que diz respeito à gestão de concentrações de risco de crédito, a Administração e a área de risco do Banco analisam os relatórios diários que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições directas, indirectas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 25% dos capitais próprios consolidados. Nas tabelas T.43 e T.44 apresentam-se as principais exposições em 31 de Dezembro de 2013 (montantes em Euros):

T.43

(Euro)

Dezembro 2013		Posições
Exposição por Estratégia de Investimento		
Obrigações	Obrigações hipotecárias	119.495.148
	Dívida sénior	172.351.444
	Dívida sénior bancos	481.881
	RMBS	172.366.496
	Garantidas pelo Estado	573.927.987
Total Obrigações		1.038.622.957
Disponibilidades e aplicações		80.111.957
Acções (1)		14.814.961
Derivados de acções (2)		1.983.352
Conta margem		14.554.416
Carteira de crédito de retalho		9.836.736
Forex (3)		5.219.167
Total		1.165.143.574

(1) Apenas carteira de investimento

(2) Carteira de negociação (delta)

(3) As posições de forex incluem *cash*, *forwards* cambiais e futuros

T.44

(Euro)

Exposição por Rating – Carteira de Crédito/Obrigações	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B	NA	Total
Obrigações hipotecárias	0	0	0	86.731.852	32.763.296	0	0	119.495.148
Dívida sénior	0	0	2.118.746	3.546.220	120.681.410	268.165	45.736.903	172.351.444
Dívida sénior bancos	0	0	0	0	344.070	107.009	30.802	481.881
Garantidos pelo Estado	3.413.146	12.167	0	412.245.690	157.550.138	89.780	617.067	573.927.987
RMBS	0	0	19.751.875	91.659.271	60.955.349	0	0	172.366.496
Total	3.413.146	12.167	21.870.621	594.183.034	372.294.263	464.954	46.384.772	1.038.622.957

Testes de Esforço da Carteira de Crédito

Similarmente a outras carteiras, cujos riscos são medidos numa base diária, a carteira de investimento do Banco, constituída maioritariamente por activos de rendimento fixo de diferentes maturidades, é sujeita a vários exercícios de testes de esforço diários, de modo a proporcionar à Administração uma avaliação das potenciais perdas num conjunto de cenários hipotéticos. O cenário mais extremo, o *Armageddon Stress Test* aplicado a esta carteira, representa um indicador diário das perdas potenciais por classe, considerando as maiores perdas individuais e o sector de actividade. As simulações apresentadas no gráfico G.8, utilizam a matriz de transição da *Moody's* para um período igual à duração modificada da carteira de obrigações do Banco. As simulações efectuadas assumem, como base, a probabilidade de incumprimento de um emitente, ou de vários emitentes em simultâneo, e o impacto na percepção do Mercado do risco de crédito, com base num alargamento teórico e significativo dos *spreads* e assumindo taxas de recuperação extremamente baixas. Tal como ocorre com os testes combinados das carteiras de negociação de activos financeiros e investimento, o objectivo de testar cenários na maior posição individual

do Balanço do Banco, que é a carteira de crédito, consiste em determinar até que ponto os proveitos poderão vir a ser afectados e os capitais próprios delapidados num cenário extremo, baseado em circunstâncias teóricas. Os resultados destes testes diários são utilizados para manter a disciplina e controlar a tomada de posições ou concentrações excessivas.

Os resultados apresentados no gráfico G.8 e tabela T.45, evidenciam que, nas circunstâncias mais extremas, as perdas teóricas seriam significativas **mas não afectariam a solvabilidade global do Banco:**

Exposição de Crédito por via de Contratos Derivados

Contratos derivados são instrumentos, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que derivam o seu valor de activos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O BiG utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado cambial para gerir as exposições do Banco aos mercados, satisfazer as necessidades financeiras dos seus clientes e gerar receitas através das suas actividades de negociação de activos financeiros. Na avaliação de riscos, o Banco segue os

mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacionadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais descritos anteriormente. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que toma em consideração os valores actuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísticos. Como parte do processo, o BiG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituir um contrato em condições de mercado extremas na eventualidade de um *default* da contraparte anterior à data de liquidação do activo. O Banco utiliza procedimentos de contabilização de activos ao justo valor de mercado e medidas de *Value at Risk* para aferir o custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza em 31 de Dezembro de 2013 pode ser encontrado na Nota 18.

G.8

Teste de Stress Armageddon da Carteira de Crédito



T.45

(Euro 000)

Resumo

Máximo (*)	Mínimo (*)	Média	Desvio Padrão
-76.168	-45.925	-61.701	8.405

(*) Valores máximos e mínimos para as perdas

Risco Operacional

O risco operacional pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e/ou risco da sua reputação, em resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do nosso modelo de negócio. No processo de gestão pró-activa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, resultantes de eventos associados com a tecnologia e infra-estrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações (ver Nota 39).

Limitar os riscos operacionais, através da implementação de procedimentos internos, é essencial para oferecer um serviço completo aos nossos clientes e reduzir o risco de sanções regulatórias. Este último aspecto, no contexto de um conjunto de crises financeiras que afectaram as principais economias desde 2007, constitui uma importância crescente e deverá ocupar uma parte significativa do tempo da Administração e dos recursos do Banco no futuro.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, existem estruturas autónomas de governação, representadas no Comité de Todos os Riscos, e que reportam funcionalmente ao Conselho de Administração:

- *Risco Operacional*: revê a adequação dos procedimentos internos e do suporte humano e de sistemas na condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto, com base em processos de auto-avaliação, controlos dos erros operacionais e em auditorias internas e externas programadas.
- *Risco Tecnológico*: supervisiona a adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução.
- *Comité de Compliance*: constituído por membros do Conselho de Administração e pelo responsável do departamento de Controlo Interno e *Compliance*, cujas responsabilidades incluem a monitorização do cumprimento pelo Banco de questões de natureza legal e regulamentar, aplicação de procedimentos operacionais internos, código de ética e questões relacionadas.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e adoptar acções sobre riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes, o cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back up* e a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco.

Devido à natureza do nosso negócio, os erros operacionais ocorrem ocasionalmente. Constitui um objectivo da estrutura de governação acima identificada garantir o cumprimento das orientações prudenciais e regulatórias, para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o nosso capital

e estratégia de negócio. Tendo em vista apoiar este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de erros operacionais à Administração numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade.

O Conselho de Administração acredita que uma cultura de identificação e mitigação de riscos, que encoraja a comunicação de potenciais problemas à Administração e a sua resolução pró-activa, é um aspecto chave no controlo dos riscos operacionais.

Processamento e Sistemas

As áreas de Operações e Tecnologia, responsáveis pelo funcionamento contínuo da organização pelo apoio a clientes e processamento de transacções para os segmentos de negócio do Banco, representavam, em conjunto, 27% do número total de colaboradores em 31/12/2013.

Em particular, a área de Tecnologias de Informação (TI) cobre actividades como a manutenção dos sistemas de informação internos e os serviços básicos de comunicação, passando também pelo apoio na programação da complexa plataforma transaccional do Banco, www.big.pt. A equipa opera diariamente com base em três vectores chave – *Segurança, Disponibilidade e Eficiência*, os quais estão subjacentes à perspectiva do Banco de prestação de serviços de alta qualidade aos seus clientes de uma forma eficiente e num ambiente operacional controlado.

Os indicadores de níveis de serviço movem hoje a área das Tecnologias de Informação, e implementou-se uma abordagem de linha de produção ao desenvolvimento de *software*, de modo a garantir uma melhor experiência do utilizador e uma maior qualidade dos produtos e serviços disponibilizados.

Com este fim em mente, foi criada a área de *Testing*, permitindo critérios muito restritos de qualidade do código desenvolvido, de modo a diminuir o risco operacional

associado com as soluções desenvolvidas internamente.

O Banco conseguiu ainda com sucesso proceder à migração do seu sistema de pagamentos para o sistema normalizado SEPA, oferecendo aos seus clientes um apoio em toda a extensão dos pagamentos dentro da UE. O apoio dos requisitos regulatórios, que têm progressivamente aumentado nos últimos anos, levou a uma solução que garante a produção atempada dos reportes regulatórios.

A segurança continua a ser uma prioridade máxima do Banco, e em 2013 o Banco colocou um enfoque na segurança interna, que está ao mesmo nível de sofisticação que a segurança dos canais online. Em 2013, o Banco implementou um sistema *Advanced Threat Protection* para a detecção e prevenção em tempo real de vulnerabilidades. Esta é actualmente a tecnologia de protecção mais avançada disponível, e o Banco está entre os primeiros bancos na Europa a adoptá-lo, reafirmando assim o seu compromisso de longo prazo com os mais elevados padrões de segurança.

De uma forma geral, o Banco efectua melhorias contínuas às plataformas de negociação e à segurança das mesmas, concebidas para manter a integridade física da infra-estrutura e garantir um ambiente livre de contaminação externa.

Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

Trabalhamos com o objectivo de assegurar que o nosso negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os nossos processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas são seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam. O nosso ICAAP (Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno) e os controlos diários de riscos endereçam a nossa capacidade de garantir

a sustentabilidade do Banco numa base financeira.

No que respeita ao risco operacional, o Banco faz assentar a implementação de um Plano de Continuidade de Negócio em dois pilares: a continuidade de operações na sua sede e a continuidade de operações do seu principal centro de dados. O centro de dados encontra-se instalado há vários anos, efectuando uma replicação *on-line* de dados críticos entre o centro principal localizado nos subúrbios de Lisboa e a unidade de continuidade do negócio no Porto. De forma a assegurar a continuidade de operações na sede da forma mais transparente e menos onerosa possível, o cenário de recuperação do Banco baseia-se nas suas duas maiores agências, as quais se encontram equipadas de forma a acomodar os colaboradores essenciais num cenário de emergência. São efectuados testes envolvendo os diferentes departamentos do Banco, que visam testar a adequação e fiabilidade das operações remotas a partir destas localizações.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha um papel chave no sistema de controlo interno do Banco e no processo de assegurar a alocação adequada de capital na gestão do risco operacional. As inspecções regulares baseiam-se nas prioridades definidas pelo Conselho de Administração, tendo em vista os riscos inerentes às várias actividades e negócios do Banco.

A função de Auditoria Interna é objectiva e imparcial e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de quaisquer debilidades nos processos de controlo e políticas de gestão de risco, procurando garantir a conformidade com procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco. As inspecções cobrem todas as áreas de negócio e operacionais, e as respectivas conclusões são reportadas directamente ao Conselho de Administração.

Compliance

Na qualidade de instituição bancária cujo negócio envolve activos financeiros, o respeito pela regulação e pelo património dos nossos clientes é central ao modelo de negócio. A função de *compliance* assume um papel chave no banco e constitui uma parte integrante da nossa cultura interna. Neste âmbito, a Administração considera o *compliance* como mais do que o simples cumprimento das leis, regulamentos e práticas de mercado, na medida em que a história tem mostrado que a percepção sobre os comportamentos que são aceitáveis pode alterar com o tempo. Seleccionamos os nossos Colaboradores tanto com base nos seus valores como nas suas capacidades e experiências, e procuramos que a transparência, o respeito pelas regras e o comportamento responsável constituam elementos competitivos de diferenciação do Banco na sua relação com clientes.

A função de *Compliance* do Banco é responsável por: (i) garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os termos aprovados e os padrões internos de conduta, (ii) promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequado à complexidade dos serviços oferecidos e à dimensão da instituição, (iii) monitorizar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados com os riscos da actividade bancária e (iv) proteger a reputação do Banco.

Em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função de *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas e pela monitorização do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do Cliente (*Know Your Client*). Compete a esta função a centralização do reporte e interacção com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proactiva dos mesmos, um controlo e uma validação prévia e a prevenção de conflitos de interesses.

O sistema de controlo interno do Banco baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e diferentes normativos aplicáveis à actividade bancária, bem como de cumprimento do conjunto de procedimentos e políticas relativas às obrigações contratuais, conduta pessoal e relacionamento com clientes. No seu conjunto, estes procedimentos visam mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal, limitações à sua actividade e expansão e perdas de reputação associadas ao incumprimento contratual ou a uma percepção negativa da imagem pública do Banco.

Lisboa, 12 de Março de 2014

O Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A.

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues
Presidente e *Chief Executive Officer*

Nicholas Leo Racich
Vice-Presidente e *Chief Operating Officer*

Mário João Abreu Galhardo Bolota
Vogal

Paulo José Caramelo de Figueiredo
Vogal

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco de Investimento Global, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.214.430.252 euros e um total de capital próprio de 207.192.600 euros, incluindo um resultado líquido de 58.627.760 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

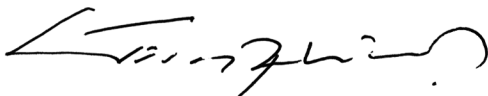
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco de Investimento Global, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 21 de Abril de 2014



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

h.j.
269

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas do Banco de Investimento Global, S.A.

No termos da lei e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal submete à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, e ainda a apreciação do Conselho Fiscal sobre a certificação legal de contas consolidadas, emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas do Banco de Investimento Global, S.A..

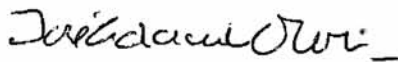
RELATÓRIO

1. O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Contas consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e as respectivas Notas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações Financeiras consolidadas, e satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. Na apreciação das Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria das Contas consolidadas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e com cujo teor concordamos.
4. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as demonstrações Financeiras consolidadas são adequadas à compreensão da situação patrimonial do Banco de Investimento Global, S.A. e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2013, e à forma como se formaram os resultados consolidados em 2013.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de PARECER que a Assembleia Geral aprove o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

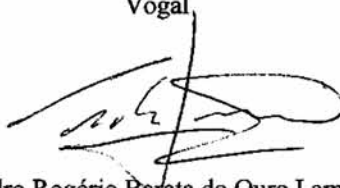
Lisboa, 22 de Abril de 2014

Presidente



José Galamba de Oliveira

Vogal



Pedro Rogério Barata do Ouro Lameira

Vogal



Diogo Pereira Duarte

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Nota	2013	2012 Re-expresso (*)
Juros e rendimentos similares	4	43.994.244	39.199.855
Juros e encargos similares	4	(18.246.775)	(20.465.768)
Margem financeira		25.747.469	18.734.087
Rendimentos de instrumentos de capital	5	1.811.909	1.576.839
Rendimentos de serviços e comissões	6	8.119.293	9.844.788
Encargos com serviços e comissões	6	(1.586.170)	(3.054.980)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	7.018.003	11.440.959
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	79.260.704	36.685.156
Resultados de reavaliação cambial	9	(89.618)	876.704
Resultados de alienação de outros activos	10	5.040.701	4.252.138
Outros resultados de exploração	11	(300.079)	(28.178)
Proveitos operacionais		125.022.212	80.327.513
Custos com pessoal	12	(22.356.754)	(14.840.651)
Gastos gerais administrativos	14	(7.689.711)	(6.130.922)
Depreciações e amortizações	24 e 25	(1.134.697)	(1.314.991)
Provisões líquidas de anulações	32	(1.871.061)	(2.892.714)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	33.745	(16.378)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	(125.288)	(5.736.787)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22 e 28	(103.403)	(541.246)
Custos operacionais		(33.247.169)	(31.473.689)
Resultado operacional		91.775.043	48.853.824
Resultados de associadas	26	163.306	23.371
Resultado antes de impostos		91.938.349	48.877.195
Impostos			
Correntes	33	(33.218.522)	(16.385.895)
Diferidos	33	(92.067)	26.581
Resultado líquido do exercício		58.627.760	32.517.881
Resultados por acção básicos	15	0,56	0,31
Resultados por acção diluídos	15	0,56	0,31

(*) Ver Nota 40

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Nota	2013	2012
Resultado líquido do exercício		58.627.760	32.517.881
Outro rendimento integral do exercício			
Items que não serão reclassificados para resultados			
Desvio actuarial do fundo de pensões	13	(2.530.541)	(3.986.488)
Fundo de pensões			
Impostos diferidos		398.903	-
		(2.131.638)	(3.986.488)
Items que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Activos Financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas do exercício		(3.594.979)	121.011.505
Impostos diferidos	33	1.135.401	(34.274.075)
Impostos correntes	33	1.064.452	(641.760)
		(1.395.126)	86.095.670
Total do rendimento integral do exercício		55.100.996	114.627.063

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Nota	2013	2012 Re-expresso (*)	01.01.2012 Re-expresso
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	14.560.069	14.054.324	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	30.024.236	19.698.790	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	18	21.899.906	17.407.697	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	19	874.881.170	700.095.270	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	20	35.528.414	36.924.460	27.087.173
Crédito a clientes	21	196.918.521	192.674.248	159.330.790
Derivados de cobertura		-	-	21.544
Activos não correntes detidos para venda	22	204.249	-	-
Activos tangíveis	24	16.409.219	16.533.668	17.399.614
Activos intangíveis	25	133.270	194.425	534.862
Investimentos em associadas	26	5.398.628	5.357.148	4.954.560
Activos por impostos correntes	27	243.508	-	1.740.137
Activos por impostos diferidos	33	2.067.906	625.668	34.873.163
Outros activos	28	16.161.156	21.050.052	11.743.261
Total de Activo		1.214.430.252	1.024.615.750	827.054.541
Passivo				
Recursos de bancos centrais	29	130.314.722	260.247.778	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1.357.470	1.015.994	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	30	143.477.797	6.480.594	48.895.643
Recursos de clientes	31	683.717.291	543.830.163	440.567.939
Derivados de cobertura	23	7.353.336	11.610.518	5.046.890
Provisões	32	4.701.055	2.905.364	20.150
Passivos por impostos correntes	27	16.404.477	16.695.327	-
Outros passivos	34	19.911.504	11.105.893	10.303.654
Total de Passivo		1.007.237.652	853.891.631	761.749.140
Capital				
Capital	35	104.000.000	104.000.000	104.000.000
Prémios de emissão	35	1.362.281	1.362.281	1.362.281
Acções próprias	35	(1.084.393)	(1.171.567)	(1.323.065)
Reserva de justo valor	35	(2.179.900)	(1.183.677)	(87.279.347)
Outras reservas e resultados transitados	35	58.946.644	44.559.045	48.545.532
Resultado líquido do exercício		58.627.760	32.517.881	-
Dividendos antecipados	35	(12.479.792)	(9.359.844)	-
Total de Capital		207.192.600	170.724.119	65.305.401
Total de Passivo e Capital		1.214.430.252	1.024.615.750	827.054.541

(*) Ver Nota 40

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Dividendos antecipados	Resultado líquido do exercício	Total de capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (re-expresso) (*)	104.000.000	1.362.281	(1.323.065)	(87.279.347)	7.143.447	41.402.085	-	-	65.305.401
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	121.011.505	-	-	-	-	121.011.505
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(3.986.488)	-	-	(3.986.488)
Impostos diferidos	-	-	-	(34.274.075)	-	-	-	-	(34.274.075)
Impostos correntes	-	-	-	(641.760)	-	-	-	-	(641.760)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	32.517.881	32.517.881
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	86.095.670	-	(3.986.488)	-	32.517.881	114.627.063
Distribuição do resultado do exercício de 2011									
Transferência para reservas	-	-	-	-	246.444	(246.444)	-	-	-
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de ações próprias	-	-	151.498	-	-	-	-	-	151.498
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(9.359.844)	-	(9.359.844)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (re-expresso)	104.000.000	1.362.281	(1.171.567)	(1.183.677)	7.389.891	37.169.153	(9.359.844)	32.517.881	170.724.118
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(3.594.979)	-	-	-	-	(3.594.979)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(2.530.541)	-	-	(2.530.541)
Impostos diferidos	-	-	-	1.534.304	-	-	-	-	1.534.304
Impostos correntes	-	-	-	1.064.452	-	-	-	-	1.064.452
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	58.627.760	58.627.760
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(996.223)	-	(2.530.541)	-	58.627.760	55.100.996
Distribuição do resultado do exercício de 2012									
Transferência para reservas	-	-	-	-	3.213.503	13.704.638	-	(16.918.141)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	9.359.844	(15.599.740)	(6.239.896)
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de ações próprias	-	-	87.174	-	-	-	-	-	87.174
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(12.479.792)	-	(12.479.792)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	104.000.000	1.362.281	(1.084.393)	(2.179.900)	10.603.394	48.343.250	(12.479.792)	58.627.760	207.192.600

(*) Ver Nota 40

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Nota	2013	2012
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		43.994.244	39.199.855
Juros e custos pagos		(18.246.775)	(20.465.768)
Serviços e comissões		6.533.123	6.789.808
Contribuições para o fundo de pensões		(3.795.126)	(3.996.488)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(26.030.978)	(23.814.641)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		(19.167)	2.511.779
		2.435.321	224.545
Varição nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em bancos centrais		(286.450)	(3.486.488)
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		7.818.353	(5.077.589)
Aplicações em instituições de crédito		1.396.046	(9.837.287)
Recursos de bancos centrais		(129.933.056)	21.924.886
Recursos de instituições de crédito		136.997.203	(42.415.050)
Crédito a clientes		(4.285.898)	(33.366.501)
Recursos de clientes		139.887.128	103.262.224
Derivados para gestão de risco		(3.180.998)	6.819.318
Outros activos e passivos operacionais		9.436.652	(9.334.652)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		160.284.301	28.713.406
Impostos sobre os lucros pagos/recebidos		(33.724.664)	2.076.150
		126.559.637	30.789.556
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		1.811.909	1.576.839
Activos financeiros disponíveis para venda		(98.245.199)	(45.003.849)
Compra de immobilizações		(949.093)	(236.608)
		(97.382.383)	(43.663.618)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		87.175	151.497
Dividendos de acções ordinárias pagos		(18.719.688)	(9.359.844)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(18.632.513)	(9.208.347)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes			
Caixa e equivalentes no início do período		21.276.365	43.358.774
Caixa e equivalentes no fim do período		31.821.106	21.276.365
		10.544.741	(22.082.409)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	1.796.870	1.577.575
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	30.024.236	19.698.790
Total		31.821.106	21.276.365

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco detém uma participação de 34,76% no capital social da ONETIER PARTNERS, S.G.P.S., S.A. (ONETIER). Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de Novembro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indirecto de exercício de actividades económicas.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de Setembro de 2008, e tem por objecto principal a realização de actividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adoptadas na União Europeia.

As *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com as *IFRS*, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2013. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2013 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de Dezembro de 2012. Contudo, tal como descrito na nota 40, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2013, as normas contabilísticas emitidas pelo *IASB* e as interpretações do *IFRIC* de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2013. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2013 teve o efeito apresentado na reexpressão das Demonstrações Financeiras (nota 13). As principais normas e interpretações recentemente emitidas e ainda não adoptadas pelo Grupo também são referidas na nota 40.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as *IFRS* requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 12 de Março de 2014.

NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BiG e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BiG) e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses que não controlam, excediam o valor do respectivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem

recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado, as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura.

A cobertura poderá ser de dois tipos variando a mensuração consoante a natureza da mesma:

Cobertura de justo valor consiste na cobertura da exposição às alterações no justo valor de um activo e passivo reconhecido, qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura e de sinal contrário no instrumento coberto serão incluídos nos resultados do exercício.

Cobertura de fluxos de caixa, consiste na cobertura da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível i) a um risco particular de activo ou passivo reconhecido ii) ou a uma transacção prevista altamente provável e que possa afectar os lucros e prejuízos. A variação dos ganhos e perdas no instrumento de cobertura será mensurado no capital próprio.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado em resultados pelo período remanescente do item coberto.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo reter parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido das perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando exista evidência objectiva que indique que um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera, entre outros, os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros detidos para negociação.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Grupo tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros detidos para negociação, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento tenha um impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. No caso de se tratar de um activo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda de imparidade diminua, e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros detidos para negociação, os quais são registados ao justo valor.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

2.7. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

2.10. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis de serviço próprio	50

Sempre que exista indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear pelo período de vida útil estimado de três anos.

2.12. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Loações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Loações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Na óptica do locador os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição Definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BiG, concedendo-lhes a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes colaboradores foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis. As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício a que dizem respeito, no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente e do juro líquido.

O Banco efectua contribuições para o fundo de pensões por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com acções

O plano de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos empregados adquirir acções do BiG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado de acordo com o *IFRS 2*, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviço (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

De acordo com o *IAS 19* – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado a essa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixam de se observar.

2.15. Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

- quando obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitem;
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros detidos para negociação são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. No caso da taxa de juro fixa a taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, no caso da taxa de juro fixa.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções próprias ordinárias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa as disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na nota 41.2 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

2.22. Reporte por segmentos

Considerando que o Grupo não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, o Grupo não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. Consideraram-se os seguintes *triggers* para determinação de imparidade:

- Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2013			2012		
	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de aplicações	62.278	-	62.278	73.239	-	73.239
Juros de títulos disponíveis para venda	35.819.964	-	35.819.964	28.281.307	-	28.281.307
Juros de disponibilidades	35.649	-	35.649	109.677	-	109.677
Juros de crédito a clientes	5.631.442	-	5.631.442	6.251.752	-	6.251.752
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	1.255.862	1.255.862	-	1.728.482	1.728.482
Outros juros e rendimentos similares	1.189.049	-	1.189.049	2.755.398	-	2.755.398
	42.738.382	1.255.862	43.994.244	37.471.373	1.728.482	39.199.855
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de clientes	12.982.024	-	12.982.024	13.512.563	-	13.512.563
Juros de recursos de instituições de crédito	754.285	-	754.285	425.303	-	425.303
Juros de recursos de bancos centrais	799.639	-	799.639	2.424.139	-	2.424.139
Outros juros e encargos similares	3.710.827	-	3.710.827	4.103.763	-	4.103.763
	18.246.775	-	18.246.775	20.465.768	-	20.465.768
Margem financeira	24.491.607	1.255.862	25.747.469	17.005.605	1.728.482	18.734.087

NOTA 5 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica, no montante de 1.811.909 euros (31 de Dezembro de 2012: 1.576.839 euros) é composta por dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 6 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2013	2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	3.492.538	6.818.641
Por serviços prestados	2.180.913	1.805.070
Outros rendimentos de serviços e comissões	1.500.505	169.453
Por comissões de retrocesso	802.320	579.790
Por serviços de assessoria financeira	139.942	465.750
Por compromissos perante terceiros	3.075	3.675
Por garantias prestadas	-	2.409
	8.119.293	9.844.788
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	808.244	666.046
Outros encargos com serviços e comissões	435.392	2.031.860
Por serviços bancários de terceiros	340.829	330.508
Por garantias recebidas	1.705	1.578
Por operações sobre instrumentos financeiros	-	24.988
	1.586.170	3.054.980
Resultado líquido de serviços e comissões	6.533.123	6.789.808

NOTA 7 RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2013			2012		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2.979.723	2.905.685	74.038	9.462.762	202.788	9.259.974
De outros emissores	1.074.650	1.840.789	(766.139)	4.380.941	47.253	4.333.688
Ações	4.672.398	3.271.667	1.400.731	2.206.141	4.856.631	(2.650.490)
Outros títulos de rendimento variável	142.077	625.704	(483.627)	274.800	198.973	75.827
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	2.368.369	1.943.105	425.264	376.190	332.637	43.553
Contratos sobre taxas de juro	28.276.163	19.450.160	8.826.003	911.110	346.087	565.023
Contratos sobre acções/índices	10.777.067	12.120.217	(1.343.150)	2.937.118	2.194.249	742.869
Outros	4.640.346	2.915.266	1.725.080	6.276.782	5.553.632	723.150
Derivados de cobertura	5.766.932	8.607.129	(2.840.197)	6.149.611	7.802.246	(1.652.635)
	60.697.725	53.679.722	7.018.003	32.975.455	21.534.496	11.440.959

NOTA 8 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2013			2012		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	55.362.225	1.861.915	53.500.310	29.453.309	1.448.443	28.004.866
De outros emissores	25.422.031	321.339	25.100.692	11.105.228	2.250.956	8.854.272
Ações	1.320.830	661.128	659.702	545.837	719.819	(173.982)
	82.105.086	2.844.382	79.260.704	41.104.374	4.419.218	36.685.156

NOTA 9 RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica é composta por perdas, no montante de 89.618 euros (em 31 de Dezembro de 2012 era composta por ganhos no montante de 876.704 euros).

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 10 RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2013	2012
Operações financeiras		
Outras perdas	(77.607)	(483.755)
Outros ganhos	5.118.308	4.735.893
	5.040.701	4.252.138

A variação da rubrica Outros ganhos, refere-se essencialmente às amortizações de capital e *tender-offers* por parte dos emitentes de *Residential mortgage-backed securities (RMBS)*.

NOTA 11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2013	2012
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	80.529	75.269
Reembolsos de despesas	4.603	10.032
Outros	832.672	565.462
	917.804	650.763
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	880.501	517.804
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	118.937	87.075
Quotizações e donativos	80.986	34.101
Outros	137.459	39.961
	1.217.883	678.941
Outros resultados de exploração	(300.079)	(28.178)

NOTA 12 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2013	2012
Remunerações	19.452.302	12.656.059
Custos com pensões de reforma		
de benefícios definidos (nota 13)	1.001.465	568.011
de contribuições definidas	252.874	220.460
Encargos sociais obrigatórios	1.362.226	1.117.954
Outros custos com o pessoal	287.887	278.167
	22.356.754	14.840.651

Em 31 de Dezembro de 2013, estavam registados custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração, a maioria dos quais respeitantes ao reconhecimento de remunerações diferidas e plurianuais, cujo pagamento em 2017 está condicionado ao desempenho positivo do Grupo nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, no valor de 12.164.632 euros (31 de Dezembro de 2012: 5.553.632 euros).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão com funções directivas podem ser analisados como segue:

	2013	2012
Benefícios a curto prazo de empregados	2.049.542	1.457.030
Benefícios pós-emprego	51.696	34.143
Outros benefícios a longo prazo	10.783	10.595
	2.112.021	1.501.768

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 analisa-se como segue:

	2013	2012
Funções directivas	25	23
Funções de chefia	34	33
Funções específicas	110	101
Funções administrativas	5	7
Funções auxiliares	2	2
	176	166

NOTA 13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificado	
	2013	2012	2013	2012
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90		
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001		
Pressupostos financeiros				
Taxa de rendimento do Fundo	4,0%	4,0%	6,4%	17,4%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	2,5%	3,0%
Taxa de desconto	4,0%	4,0%	-	-

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.13., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

Os participantes no Fundo são 6 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direitos adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

No que se refere ao Plano de Benefícios Definidos, a aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(18.415.028)	(13.993.454)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	18.425.274	13.993.454
Excesso/(Défice) de cobertura (nota 28)	10.246	-
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	10.246	-
Desvios actuariais acumulados abatidos a reservas	(5.451.350)	(2.920.809)

Conforme referido na nota 2.13., o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, até 2012, encontrava-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimado destes colaboradores.

Em 2013, em virtude da alteração ao IAS 19, o Banco procedeu ao reconhecimento dos serviços passados ainda não amortizados nos resultados transitados de forma retrospectiva, tal como descrito na nota 40 – Alterações de políticas contabilísticas.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como se segue:

	2013	2012
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(13.993.454)	(7.924.329)
Custo do serviço corrente	(1.001.395)	(610.827)
Custo dos juros	(559.738)	(435.838)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(2.860.441)	(5.022.460)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(18.415.028)	(13.993.454)

A análise de sensibilidade do valor das responsabilidades a variações dos pressupostos actuariais e financeiros pode ser analisada como segue:

	Aumento	Diminuição
Taxa de desconto (0,25 pp)	(557.780)	582.637
Taxa de crescimento salarial (0,25 pp)	208.084	(208.800)
Taxa de crescimento pensões (0,25 pp)	454.375	n/a
Mortalidade (+/- 1 ano)	(516.357)	466.081

n/a - Não aplicável, uma vez que a taxa de crescimento das pensões é zero.

A evolução do valor do Fundo de pensões nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser analisada como se segue:

	2013	2012
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	13.993.454	8.702.800
Rendimento real do fundo	889.568	1.514.626
Contribuições do Banco	3.542.252	3.776.028
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	18.425.274	13.993.454

Os activos do Fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2013	2012
Títulos de dívida pública	7.881.780	5.592.235
Obrigações diversas	2.207.797	1.609.848
Acções	3.313.195	1.589.671
Liquidez/Outros	5.022.502	5.201.700
Activos líquidos em balanço	18.425.274	13.993.454

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como se segue:

	2013	2012
Desvios actuariais acumulados em reservas em 1 de Janeiro	(2.920.809)	1.065.679
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
Do fundo	329.900	1.035.972
Responsabilidades	(2.860.441)	(5.022.460)
	(2.530.541)	(3.986.488)
Desvios actuariais acumulados em reservas em 31 de Dezembro	(5.451.350)	(2.920.809)

Os custos do exercício podem ser decompostos como se segue:

	2013	2012
Custo do serviço corrente	(1.001.395)	(610.827)
Custo dos juros	(559.738)	(435.838)
Rendimento esperado do fundo	559.668	478.654
Custo do exercício (nota 12)	(1.001.465)	(568.011)

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco reconheceu como custo o montante de 252.874 euros (31 de Dezembro de 2012: 220.460 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida (nota 12).

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como se segue:

	2013	2012
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	-	2.707.411
Custo do exercício	(1.001.465)	(2.496.951)
Ganhos/(Perdas) actuariais em reservas	(2.530.541)	(3.986.488)
Contribuições efectuadas no ano	3.542.252	3.776.028
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	10.246	-

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo nos últimos 5 anos bem como os (ganhos) / perdas de experiência obtidos é como se segue:

	2013	2012	2011	2010	2009
Responsabilidades	(18.415.028)	(13.993.454)	(7.924.329)	(9.063.015)	(7.243.402)
Saldo do fundo	18.425.274	13.993.454	8.702.800	9.043.343	7.833.101
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	10.246	-	778.471	(19.672)	589.699
(Ganhos)/Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(2.860.441)	(5.022.460)	2.393.907	(760.574)	(9.276)
(Ganhos)/Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	329.900	1.035.972	(837.927)	(280.231)	422.828

Plano de remunerações com acções

As principais características de cada plano são apresentadas como se segue:

Plano	Data expectável de fim do plano	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções em 31/12/13	Número de opções em 31/12/12
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	2.266.621	2.266.621
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	77.400	77.400
2007	Mar-2020	66.800	1,34	10.020	10.020
2007	Mar-2020	15.600	1,35	1.632	1.632
2010	Out-2023	65.000	1,28	43.550	43.550
2012	Jan-2025	7.150.000	1,00	7.150.000	7.150.000
2013	Jul-2016	1.473.250	1,40	1.473.250	-
2013	Jan-2017	5.000.000	1,40	5.000.000	-

NOTA 14 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2013	2012
Fornecimentos	1.363.805	1.386.543
Rendas e alugueres	638.949	578.387
Comunicações	500.709	480.816
Deslocações, estadas e representação	405.644	392.276
Publicidade e edição de publicações	1.251.161	702.290
Serviços especializados		
Avenças e honorários	123.148	183.019
Informática	1.689.330	1.205.434
Segurança e vigilância	150.142	136.673
Informações	311.921	323.303
Bancos de dados	20.386	20.067
Mão de obra eventual	15.948	11.065
Outros serviços especializados	956.522	579.754
Outros	262.046	131.295
	7.689.711	6.130.922

Os honorários do exercício de 2013 e 2012 relativos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme disposto no Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2013	2012
Serviços de Auditoria e Revisão legal de contas	66.000	61.100
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função do Revisor Oficial de Contas	51.000	41.150
	117.000	102.250

NOTA 15 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

	2013	2012
Resultado líquido atribuível aos accionistas do banco	58.627.760	32.517.881
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	104.000.000	104.000.000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	-	(1.732)
Número médio de acções ordinárias em circulação	104.000.000	103.998.268
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do banco (em euros)	0,56	0,31

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos por não existirem instrumentos emitidos com efeito diluidor, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

NOTA 16 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	1.796.870	1.577.575
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	12.763.199	12.476.749
	14.560.069	14.054.324

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de bancos centrais. De acordo com o regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de bancos centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2013 inclui uma reserva média obrigatória de 6.231.800 euros que corresponde ao período de manutenção de 11 de Dezembro de 2013 a 14 de Janeiro de 2014.

NOTA 17 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	4.281.914	5.526.625
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	25.742.322	14.172.165
	30.024.236	19.698.790

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, ascendeu a 0,01% (31 de Dezembro de 2012: 0,13%).

NOTA 18

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	968.315	1.480.307
De outros emissores	5.252.744	6.416.049
Acções	15.466.476	9.067.462
	21.687.535	16.963.818
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	212.371	443.879
	21.899.906	17.407.697
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1.357.470	1.015.994
	1.357.470	1.015.994

Conforme política contabilística descrita na nota 2.5, os activos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação – Títulos, é constituída na íntegra por títulos cotados.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisada como segue:

	2013			2012		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	13.957.791	24.974	24.824	-	-	-
<i>Currency Futures (a)</i>	(3.681.617)	-	-	-	-	-
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Interest Rate Swaps</i>	-	-	-	200.000	-	4.459
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity/Index Swaps</i>	-	-	-	1.543.368	22.358	-
<i>Equity/Index Options</i>	44.575.554	169.925	1.318.231	26.556.411	197.691	1.011.535
<i>Equity/Index Futures (a)</i>	(16.454.310)	-	-	-	-	-
Operações a prazo	-	-	-	11.367.828	223.830	-
Contratos sobre Outros						
<i>Commodity Options</i>	9.125.343	17.472	14.415	-	-	-
	47.522.761	212.371	1.357.470	39.667.607	443.879	1.015.994

(a) Derivados negociados em mercados organizados cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem junto do intermediário financeiro

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o escalonamento dos Activos financeiros detidos para negociação – Títulos por prazos de maturidade, é como se segue:

	2013	2012
Títulos		
Até 3 meses	64.660	459.641
De 3 meses a 1 ano	891.773	2.150.401
De 1 a 5 anos	2.018.520	3.447.322
Mais de 5 anos	3.246.106	1.838.992
Duração indeterminada	15.466.476	9.067.462
	21.687.535	16.963.818

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o escalonamento dos Activos e Passivos financeiros detidos para negociação – Instrumentos financeiros derivados, por prazos de maturidade, é apresentado como se segue:

	2013		2012	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	(16.253.055)	4.338	21.838.703	293.802
De 3 meses a 1 ano	38.435.005	(698.027)	5.941.512	(517.647)
De 1 a 5 anos	25.340.811	(451.410)	11.887.392	(348.270)
	47.522.761	(1.145.099)	39.667.607	(572.115)

NOTA 19 ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	434.477.841	15.765.433	(10.265.378)	-	439.977.896
De outros emissores	252.572.616	2.734.416	(9.555.268)	-	245.751.764
Acções	20.614.291	330.294	-	(6.578.975)	14.365.610
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	707.664.748	18.830.143	(19.820.646)	(6.578.975)	700.095.270
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	576.108.120	2.449.626	(6.614.163)	-	571.943.583
De outros emissores	290.072.468	3.216.325	(5.196.974)	-	288.091.819
Acções	19.868.502	1.681.529	-	(6.704.263)	14.845.768
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	886.049.090	7.347.480	(11.811.137)	(6.704.263)	874.881.170

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

A reserva de justo valor negativa apresentada inclui um montante de 3.792.833 euros, relativa aos títulos transferidos em 2011 para a carteira de Crédito a clientes (nota 21).

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, ascendeu a 4,41% (31 de Dezembro de 2012: 4,76%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.5., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 36.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2013			2012		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	571.943.583	-	571.943.583	439.977.896	-	439.977.896
De outros emissores	288.091.819	-	288.091.819	245.751.764	-	245.751.764
Acções	14.845.438	330	14.845.768	14.365.280	330	14.365.610
	874.880.840	330	874.881.170	700.094.940	330	700.095.270

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como se segue:

	2013	2012
Até 3 meses	-	10.004.919
De 3 meses a 1 ano	-	4.930.950
De 1 a 5 anos	142.572.751	161.927.915
Mais de 5 anos	717.462.651	508.865.876
Duração indeterminada	14.845.768	14.365.610
	874.881.170	700.095.270

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2013	2012
Saldo inicial	6.578.975	17.715.919
Dotações	125.288	5.736.787
Utilizações	-	(16.873.731)
Saldo final	6.704.263	6.578.975

NOTA 20 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	35.500.000	25.542.881
Empréstimos	28.414	12.554
	35.528.414	25.555.435
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	-	11.369.025
	-	11.369.025
	35.528.414	36.924.460

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, ascendeu a 0,28% (31 de Dezembro de 2012: 0,30%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até 3 meses	35.500.661	36.615.539
De 3 meses a 1 ano	-	308.921
De 1 a 5 anos	27.753	-
	35.528.414	36.924.460

NOTA 21 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	2.281.917	2.200.986
Créditos em conta corrente	1.147.751	1.139.355
Descobertos	649	1.969
Locação financeira	227.337	327.849
Outro crédito especializado	53.576	75.567
A particulares		
Créditos em conta corrente	13.528.211	11.971.287
Habitação	5.290.139	5.302.666
Locação financeira	709.079	891.644
Descobertos	26.342	67.204
Outro crédito especializado	911.804	867.948
	24.176.805	22.846.475
Crédito ao exterior		
A empresas		
Créditos em conta corrente	4.501	400
Descobertos	52	45
A particulares		
Créditos em conta corrente	259.053	119.767
Descobertos	553	413
	264.159	120.625
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Emitida por residentes	10.159.757	10.877.501
Emitida por não residentes	162.343.597	158.922.007
	172.503.354	169.799.508
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	162.005	271.478
	162.005	271.478
	197.106.323	193.038.086
Imparidade de crédito a clientes	(187.802)	(363.838)
Crédito a clientes	196.918.521	192.674.248

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da “conta margem”, o qual tem subjacente um colateral de depósitos e/ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2013, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 373.003 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do n.º 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2012: 390.992 euros). O crédito concedido ao pessoal chave da gestão com funções directivas, foi de 1.333.920 euros (31 de Dezembro de 2012: 1.189.258 euros).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até 3 meses	16.837.545	14.840.613
De 3 meses a 1 ano	14.035.491	7.359.629
De 1 a 5 anos	1.023.562	18.384.698
Mais de 5 anos	165.047.720	152.181.668
Duração indeterminada	162.005	271.478
	197.106.323	193.038.086

Os movimentos ocorridos na imparidade de crédito a clientes são apresentados como se segue:

	2013	2012
Saldo inicial	363.838	349.313
Dotações	32.365	16.378
Reversões	(66.110)	-
Utilizações	(142.291)	(1.853)
Saldo final	187.802	363.838

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2013	2012
Taxa variável	196.732.647	192.594.720
Taxa fixa	373.676	443.366
	197.106.323	193.038.086

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	21.627	12.535
De 3 meses a 1 ano	133.428	177.334
De 1 a 5 anos	727.076	995.048
Mais de 5 anos	132.709	128.542
	1.014.840	1.313.459
Juros vincendos		
Até 3 meses	94	86
De 3 meses a 1 ano	2.688	3.210
De 1 a 5 anos	56.587	68.928
Mais de 5 anos	19.055	21.742
	78.424	93.966
Capital vincendo		
Até 3 meses	21.533	12.449
De 3 meses a 1 ano	130.740	174.124
De 1 a 5 anos	670.489	926.120
Mais de 5 anos	113.654	106.800
	936.416	1.219.493

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

2013							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		Crédito líquido de imparidade
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	
Crédito a:							
Empresas	818.184	127.027	175.527.323	4.066	176.345.507	131.093	176.214.414
Particulares	279.907	30.289	20.480.909	26.420	20.760.816	56.709	20.704.107
Total	1.098.091	157.316	196.008.232	30.486	197.106.323	187.802	196.918.521
2012							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		Crédito líquido de imparidade
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	
Crédito a:							
Empresas	190.126	189.471	173.545.679	7.472	173.735.805	196.943	173.538.862
Particulares	186.461	99.967	19.115.820	66.928	19.302.281	166.895	19.135.386
Total	376.587	289.438	192.661.499	74.400	193.038.086	363.838	192.674.248

No seguimento do encerramento do mercado primário periférico de *Residential mortgage-backed securities (RMBS)* em 2008/2009, esta classe de activos deixou de transaccionar em condições de normalidade no mercado secundário durante o ano 2011. Este fenómeno ficou explicitamente patente após o segundo trimestre do ano, quando deixaram de existir preços pronta e regularmente disponíveis. Neste sentido, e em consonância com o parágrafo AG71 da norma IAS 39, as emissões de *RMBS* deixaram objectivamente de qualificar como cotadas num mercado activo. Adicionalmente, em linha com os parágrafos 50 E) e F) da norma IAS 39, o Grupo tendo capacidade e intenção de deter estes activos no futuro previsível ou até à maturidade, procedeu à sua reclassificação, transferindo-os da categoria de Activos disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes com data de 1 de Julho de 2011, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	Na data da transferência				Dezembro 2012		Dezembro 2013	
		Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor dos cash flows futuros ^{a)}	Taxa efectiva ^{b)}	Valor de mercado ^{c) e)}	Reserva justo valor ^{d) e)}	Valor de mercado ^{c) e)}	Reserva justo valor ^{d) e)}
De Activos financeiros disponíveis para venda	141.499.455	132.512.478	(9.316.514)	201.040.279	5,28%	79.064.312	11.430.043	66.622.243	3.731.459

^{a)} Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

^{b)} A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

^{c)} Este montante representa o valor de mercado caso os títulos se tivessem mantido na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda. Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota acima, são valores sem suporte de transacções efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inactivo.

^{d)} Esta reserva representa a variação da reserva de justo valor caso os títulos se mantivessem na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

^{e)} Respeita a títulos transferidos de Activos disponíveis para venda para Crédito a clientes, em carteira nesta data.

NOTA 22 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Activos não correntes detidos para venda apresenta um saldo de 328.563 euros referente a imóveis disponíveis para venda imediata, consequência de dação em cumprimento e processo judicial. Para estes activos o Grupo registou perdas por imparidade no valor de 124.314 euros.

NOTA 23 DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

2013							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Varição de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
<i>Interest Rate Swap</i>	Instrumentos de dívida	290.900.000	(7.353.336)	(2.357.041)	5.552.955	2.406.906	170.306.614
<i>Futuros</i>	Instrumentos de dívida	665.000.000	-	3.025.713	842.617	3.014.393	308.231.255
		955.900.000	(7.353.336)	668.671	6.395.572	5.421.299	478.537.870

1) inclui juro corrido

2012							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Varição de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
<i>Interest Rate Swap</i>	Instrumentos de dívida	390.200.000	(11.610.518)	(5.805.634)	10.285.905	5.958.169	379.170.832
<i>Futuros</i>	Instrumentos de dívida	110.000.000	-	3.684	22.605	22.605	94.273.912
		500.200.000	(11.610.518)	(5.801.950)	10.308.510	5.980.774	473.444.744

1) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos acima descritos e os respectivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

NOTA 24 ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	2.835.445	2.602.418
De serviço próprio	15.369.075	15.364.293
	18.204.520	17.966.711
Equipamento		
Equipamento informático	5.064.548	4.548.669
Mobiliário e material	941.538	885.861
Instalações e interiores	1.018.240	1.008.362
Equipamento de segurança	1.212.898	1.212.898
Máquinas e ferramentas	112.700	110.090
Outros equipamento	210.897	210.547
Material de transporte	3.514	3.514
	8.564.335	7.979.941
	26.768.855	25.946.652
Imparidade	(128.000)	(128.000)
Depreciação acumulada	(10.231.636)	(9.284.984)
	16.409.219	16.533.668

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	18.002.163	7.745.771	25.747.934
Adições	145.514	234.170	379.684
Transferências	(180.966)	-	(180.966)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	17.966.711	7.979.941	25.946.652
Adições	237.809	584.394	822.203
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	18.204.520	8.564.335	26.768.855
Depreciações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.556.625	5.791.695	8.348.320
Amortizações do exercício	489.658	447.006	936.664
Imparidade	128.000	-	128.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.174.283	6.238.701	9.412.984
Amortizações do exercício	409.758	536.894	946.652
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.584.041	6.775.595	10.359.636
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2013	14.620.479	1.788.740	16.409.219
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2012	14.792.428	1.741.240	16.533.668

NOTA 25 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	7.005.496	6.878.606
Outras imobilizações	586.747	586.747
	7.592.243	7.465.353
Amortização acumulada	(7.458.973)	(7.270.928)
	133.270	194.425

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.840.716	586.747	7.427.463
Adquiridas a terceiros	37.890	-	37.890
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6.878.606	586.747	7.465.353
Adquiridas a terceiros	126.890	-	126.890
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	7.005.496	586.747	7.592.243
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.305.854	586.747	6.892.601
Amortizações do exercício	378.327	-	378.327
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6.684.181	586.747	7.270.928
Amortizações do exercício	188.045	-	188.045
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6.872.226	586.747	7.458.973
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2013	133.270	-	133.270
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2012	194.425	-	194.425

NOTA 26 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

2013					
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de Balanço
ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.	5.562.138	34,76%	5.562.138	5.562.138	5.398.628

2012					
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de Balanço
ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.	5.562.138	34,76%	5.562.138	5.562.138	5.357.148

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os detalhes da ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A., são apresentados como se segue:

	2013			2012		
	Total do activo	Total do Capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do activo	Total do Capital próprio	Resultado líquido do exercício
ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.	15.635.157	15.536.937	450.814	15.405.581	15.240.382	224.008

NOTA 27 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Activos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(30.417.627)	(17.382.842)
Pagamentos por conta	13.676.216	108.657
Retenções na fonte	353.133	351.549
IRC a recuperar	227.309	227.309
Activos/(Passivos) por impostos correntes	(16.160.969)	(16.695.327)

NOTA 28 OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.040.368	570.490
Aplicações - Contas caução	12.922.732	18.610.174
Sector público administrativo	26.320	26.320
Devedores diversos	645.107	169.559
Devedores e outras aplicações	58.600	87.297
Outros activos	133.899	120.752
	14.827.026	19.584.592
Perdas por imparidade para outros activos	(27.660)	(48.571)
	14.799.366	19.536.021
Despesas com custo diferido	280.949	451.814
Rendimentos a receber	354.897	446.694
Outras contas de regularização		
Activos líquidos relativos ao plano de pensões (nota 13)	10.246	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	521.938	-
Outras operações a regularizar	193.760	615.523
	725.944	615.523
	16.161.156	21.050.052

A rubrica Aplicações – Conta caução é referente a colaterais mantidos junto de contrapartes para negociação em instrumentos derivados.

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade para outros activos são apresentados como se segue:

	2013	2012
Saldo inicial	48.571	458.976
Dotações	43.706	488.665
Reversões	(64.617)	(75.419)
Utilização	-	(823.651)
Saldo final	27.660	48.571

NOTA 29 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica respeita a recursos do Sistema Europeu de bancos centrais, integralmente colateralizados por títulos das carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda.

O prazo de vencimento destes recursos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é escalonado como segue:

	2013	2012
Até 3 meses	110.017.778	-
De 1 a 5 anos	20.296.944	260.247.778
	130.314.722	260.247.778

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, ascendeu a 0,65% (31 de Dezembro de 2012: 0,91%).

NOTA 30 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
No país		
Depósitos	5.358.983	183.174
	5.358.983	183.174
No estrangeiro		
Depósitos	5.483.484	6.297.420
Empréstimos	132.635.330	-
	138.118.814	6.297.420
	143.477.797	6.480.594

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, ascendeu a 0,36% (31 de Dezembro de 2012: 1,11%), esta variação resultou da redução das taxas de juro no mercado, fruto dos cortes das taxas directoras do Banco Central Europeu.

O prazo residual dos Recursos de outras instituições de crédito pode ser analisado como se segue:

	2013	2012
Até 3 meses	13.418.471	6.480.594
De 3 meses a 1 ano	105.035.826	-
De 1 a 5 anos	25.023.500	-
	143.477.797	6.480.594

NOTA 31 RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos à ordem	190.980.332	138.589.067
Depósitos a prazo	442.259.603	384.937.027
Outros	50.477.356	20.304.069
	683.717.291	543.830.163

Os prazos residuais dos Recursos de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até 3 meses	362.955.629	287.145.365
De 3 meses a 1 ano	276.166.832	235.184.845
De 1 a 5 anos	44.594.830	21.499.953
	683.717.291	543.830.163

NOTA 32 PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	20.150
Dotações	2.892.714
Utilizações	(7.500)
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	2.905.364
Dotações	4.688.405
Reversões	(2.817.344)
Utilizações	(75.370)
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	4.701.055

NOTA 33 IMPOSTOS

O Banco e as suas subsidiárias determinaram o montante do seu imposto corrente sobre os rendimentos para os exercícios de 2013 e 2012 tendo por base uma taxa nominal de imposto de 25%, acrescida de uma taxa de 1,5% referente a Derrama Municipal. Uma taxa adicional de 5% relativa à Derrama Estadual é também aplicada, para o ano de 2013, ao rendimento tributável superior a 7,5 milhões de euros (em 2012 esta taxa era aplicável ao rendimento tributável superior a 10 milhões de euros).

O Grupo determinou o montante dos seus impostos diferidos para os exercícios de 2013 e 2012 com base numa taxa nominal de 23% (25% para 2012), acrescida de uma taxa de 1,5% relativa a Derrama Municipal e de uma taxa de 3% relativa a Derrama Estadual, aplicada ao rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros e 5% aplicada ao rendimento tributável superior a 7,5 milhões de euros (em 2012 esta taxa era aplicável ao rendimento tributável superior a 10 milhões de euros). Esta taxa de imposto estava em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo durante um período de quatro ou cinco anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, o Conselho de Administração considera que não existirão diferenças que sejam materiais para as demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	2013	2012
Activos financeiros disponíveis para venda	1.364.852	229.451
Fundo de pensões	532.168	177.686
Outros	170.886	218.531
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	2.067.906	625.668
Movimento do imposto no ano	1.442.238	(34.247.495)

O movimento do imposto diferido em 2013 e 2012 explica-se como segue:

	2013			2012		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.135.401	1.135.401	-	(34.274.075)	(34.274.075)
Fundo de pensões	(44.421)	398.903	354.482	46.680	-	46.680
Outros	(47.646)	-	(47.646)	(20.100)	-	(20.100)
	(92.067)	1.534.304	1.442.237	26.580	(34.274.075)	(34.247.495)

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2013	2012
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	1.064.454	(641.760)
Imposto diferido	1.534.304	(34.274.075)
	2.598.758	(34.915.835)
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(30.633.739)	(16.471.081)
De exercícios anteriores	(2.584.783)	85.186
	(33.218.522)	(16.385.895)
Imposto diferido	(92.067)	26.581
	(33.310.589)	(16.359.314)
	(30.711.831)	(51.275.149)

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2013 e 2012 pode ser analisada como se segue:

	2013		2012	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		91.938.349		48.877.195
Resultado apurado com base na taxa de imposto	31,5%	28.960.580	31,5%	15.396.316
Fundo de pensões	0,40%	363.311	0,46%	226.700
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,10%	90.025	0,12%	60.044
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	1,75%	1.610.269	2,76%	1.348.840
Benefícios fiscais	-0,07%	(59.553)	-0,16%	(77.878)
Valias contabilísticas e fiscais	-0,06%	(51.034)	0,04%	20.404
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	-0,04%	(38.304)	-0,06%	(30.657)
Contribuição sobre o sector bancário	0,09%	81.900	0,17%	85.050
Outros	2,56%	2.353.395	-1,34%	(654.833)
Efeito da alteração da taxa	0,00%	-	-0,03%	(14.672)
	36,23%	33.310.589	33,46%	16.359.314

NOTA 34 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	1.442.265	835.960
Recursos diversos	12.500	25.000
Sector público administrativo	4.953.683	2.029.455
Credores por operações sobre valores mobiliários	2.081	2.081
Outros credores	472.064	361.265
	6.882.593	3.253.761
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	7.330.467	1.731.089
Outros encargos a pagar	2.925.750	3.864.680
	10.256.217	5.595.769
Receitas com rendimento diferido	18.526	21.590
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	505.575
Outras operações a regularizar	2.754.168	1.729.198
	2.754.168	2.234.773
	19.911.504	11.105.893

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

NOTA 35 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

Capital

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital do Banco encontra-se representado por 104.000.000 acções, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2013	2012
António da Silva Rodrigues	11,43%	11,43%
Adger – SGPS, S.A.	10,57%	10,34%
WWC World Wide Capital - SPGS, S.A.	10,19%	10,19%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	9,70%	9,06%
Nicholas Leo Racich	5,31%	4,95%
JRI – SGPS, S.A.	4,79%	4,79%
Edimo, Sociedade Internacional de Gestão SGPS, Unipessoal Lda.	4,62%	4,62%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,01%	3,01%
Leonid Pavlovitch Ranchinskiy	2,09%	1,82%
Helena Adelina S. L. Marques Carmo	2,01%	1,96%
Outros	36,28%	37,83%
	100,00%	100,00%

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prémios de emissão no montante de 1.362.281 euros referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é analisado como segue:

	2013		2012	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Acções próprias				
Saldo no início do ano	1.732	2.326	1.732	2.326
Movimento	-	-	-	-
Saldo no final do ano	1.732	2.326	1.732	2.326
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano	947.983	1.169.241	1.091.989	1.320.739
Movimento	(79.327)	(87.174)	(144.006)	(151.498)
Saldo no final do ano	868.656	1.082.067	947.983	1.169.241
Saldo final	870.388	1.084.393	949.715	1.171.567

Em 31 de Dezembro de 2013, os Empréstimos para aquisição de acções próprias incluem crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 600.561 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do n.º 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2012: 662.391 euros) e crédito concedido ao pessoal chave da gestão com funções directivas, no montante de 290.775 euros (31 de Dezembro de 2012: 316.080 euros).

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisada da seguinte forma:

	2013	2012
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19) (1)	886.049.090	707.664.748
Perdas por imparidade (nota 19)	(6.704.263)	(6.578.975)
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19)	874.881.170	700.095.270
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(4.463.657)	(990.503)
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de crédito titulado	-	-
Reserva de justo valor de associadas	81.518	203.345
Impostos diferidos	1.763.756	229.448
Impostos correntes	438.483	(625.967)
	(2.179.900)	(1.183.677)

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2013 e 2012 é analisado da seguinte forma:

	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	(1.183.677)	(87.279.347)
Varição de justo valor	(3.473.152)	120.632.287
Reserva de justo valor de associadas	(121.827)	379.218
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	1.064.452	(641.760)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	1.534.304	(34.274.075)
	(996.223)	86.095.670
Saldo em 31 de Dezembro	(2.179.900)	(1.183.677)

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 25 de Setembro, as Sociedades do Grupo devem destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Dividendos antecipados

A Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado, no valor de € 0,12 por acção, em Dezembro de 2013, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Outubro de 2013.

NOTA 36 CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	842.651.921	746.193.861
Garantias e avals	233.566	148.938
	842.885.487	746.342.799
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avals	5.948.686	6.347.407
Outras	432.096	633.649
Garantias reais		
Títulos	34.784.409	22.722.586
Créditos	8.093.232	5.211.398
Valores imobiliários	10.014.543	10.033.390
	59.272.966	44.948.430
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	674.614	674.614
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	35.275.933	26.253.790
	35.950.547	26.928.404
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	1.265.984.540	806.723.129
Por valores administrados pela instituição	44.265.385	39.742.097
Por cobrança de valores	56.410	1.844
	1.310.306.335	846.467.070

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 731.921 euros (31 de Dezembro de 2012: 663.200 euros);
- títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de bancos centrais no montante de 452.049.755 euros (31 de Dezembro de 2012: 527.006.331 euros);
- outros títulos dados em garantia 389.870.245 euros (31 de Dezembro de 2012: 218.524.330 euros).

NOTA 37 TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 2013 e 2012, o montante global dos activos, passivos, proveitos e custos relativos a transacções efectuadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2013		2012	
	Passivo	Custos	Passivo	Custos
Partes relacionadas				
ONETIER PARTNERS, SCR, S.A.	802.339	(26.180)	815.761	33.121

NOTA 38 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos activos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Custo amortizado	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros / preços observáveis no mercado (nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total de valor de balanço	Justo valor
31 de Dezembro de 2013						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.560.069	-	-	-	14.560.069	14.560.069
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.024.236	-	-	-	30.024.236	30.024.236
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	968.315	-	-	968.315	968.315
De outros emissores	-	5.252.744	-	-	5.252.744	5.252.744
Acções	-	15.466.476	-	-	15.466.476	15.466.476
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	24.974	-	24.974	24.974
Contratos sobre acções/índices	-	-	169.925	-	169.925	169.925
Outros	-	-	17.472	-	17.472	17.472
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	571.943.583	-	-	571.943.583	571.943.583
De outros emissores	-	288.091.819	-	-	288.091.819	288.091.819
Acções	-	14.845.438	-	330	14.845.768	14.845.768
Aplicações em instituições de crédito	35.528.414	-	-	-	35.528.414	35.528.414
Crédito a clientes ^{a)}	196.918.521	-	-	-	196.918.521	202.990.468
Activos financeiros	277.031.240	896.568.375	212.371	330	1.173.812.316	1.179.884.263
Recursos de bancos centrais	130.314.722	-	-	-	130.314.722	130.314.722
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre acções/índices	-	-	1.343.055	-	1.343.055	1.343.055
Outros	-	-	14.415	-	14.415	14.415
Recursos de outras instituições de crédito	143.477.797	-	-	-	143.477.797	143.477.797
Recursos de clientes	683.717.291	-	-	-	683.717.291	683.717.291
	957.509.810	-	1.357.470	-	958.867.280	958.867.280
31 de Dezembro de 2012						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.054.324	-	-	-	14.054.324	14.054.324
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.698.790	-	-	-	19.698.790	19.698.790
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	1.480.307	-	-	1.480.307	1.480.307
De outros emissores	-	6.416.049	-	-	6.416.049	6.416.049
Acções	-	9.067.462	-	-	9.067.462	9.067.462
Derivados						
Contratos sobre acções/índices	-	-	220.049	-	220.049	220.049
Operações a prazo	-	-	223.830	-	223.830	223.830
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	439.977.896	-	-	439.977.896	439.977.896
De outros emissores	-	245.751.764	-	-	245.751.764	245.751.764
Acções	-	14.365.280	-	330	14.365.610	14.365.610
Aplicações em instituições de crédito	36.924.460	-	-	-	36.924.460	36.924.460
Crédito a clientes ^{a)}	192.674.248	-	-	-	192.674.248	189.515.568
Activos financeiros	263.351.822	717.058.758	443.879	330	980.854.789	977.696.109
Recursos de bancos centrais	260.247.778	-	-	-	260.247.778	260.247.778
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre taxas de juro	-	-	4.459	-	4.459	4.459
Contratos sobre acções/índices	-	-	1.011.535	-	1.011.535	1.011.535
Recursos de outras instituições de crédito	6.480.594	-	-	-	6.480.594	6.480.594
Recursos de clientes	543.830.163	-	-	-	543.830.163	543.830.163
	810.558.535	-	1.015.994	-	811.574.529	811.574.529

^{a)} Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota 21, são valores sem suporte de transacções efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inactivo.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BiG, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Modelos de valorização com parâmetros / preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2013, não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização estão descritos abaixo.

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2013 e 2012, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2013		2012	
	EUR	USD	EUR	USD
<i>Overnight</i>	0,275	0,040	0,050	0,030
1 mês	0,216	0,168	0,109	0,209
3 meses	0,287	0,246	0,187	0,306
6 meses	0,389	0,348	0,320	0,508
9 meses	0,480	--	0,432	0,686
1 ano	0,556	0,583	0,542	0,844
3 anos	0,751	0,876	0,469	0,501
5 anos	1,261	1,786	0,766	0,865
7 anos	1,683	2,482	1,124	1,309
10 anos	2,154	3,086	1,565	1,840
15 anos	2,586	3,599	2,002	2,382
20 anos	2,718	3,802	2,163	2,594
25 anos	2,743	3,895	2,212	2,724
30 anos	2,735	3,929	2,233	2,804

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2013 e 2012, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2013		2012	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	1,19	1,61	1,11	0,67
5 anos	3,35	2,98	3,76	1,78
7 anos	4,02	4,39	4,06	3,33
10 anos	0,54	5,14	6,14	4,04

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2013 e 2012, e respectivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como se segue:

	2013	2012	Volatilidades		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,379	1,32	6,015	6,749	7,185
EUR/GBP	0,834	0,87	6,215	6,023	6,533
EUR/JPY	144,720	113,61	8,570	9,682	12,154
EUR/CHF	1,228	1,21	2,718	4,066	3,903

A evolução dos principais índices de acções, para os anos 2013 e 2012, e respectivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre acções e índices de acções, pode ser analisada como se segue:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	2013	2012	Variação %	1 mês	3 meses	Call	Put
PSI20	6.558,85	5.655,15	16,0	12,91	13,65	15,79	15,79
Eurostoxx	3.109,00	2.635,93	17,9	14,90	13,72	14,68	15,66
DAX	9.552,16	7.612,39	25,5	13,23	12,04	12,69	13,42
S&P	1.848,36	1.426,19	29,6	8,74	10,31	11,65	11,65
Nasdaq 100	3.592,00	2.660,93	35,0	8,85	11,69	13,39	13,39
Dow Jones Ind.	16.576,66	13.104,14	26,5	9,19	10,12	11,06	11,06

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira do Grupo é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 39 GESTÃO DE RISCO DE ACTIVIDADE

Enquadramento

O Grupo procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório do Conselho de Administração 2013.

Pelo facto destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Grupo estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo;
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio;
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos;
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno;
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas;
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio.

Medição de risco

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar os diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Limites por contraparte, família, classe de activos ou *portfolio*;
- Limites de concentração;
- *Basis Point Values*;
- Medidas não estatísticas, tais como testes de *stress (Economic Value* e de *Earnings at Risk*) e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*);
- *Back testing*.

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção da Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das nossas exposições. Enquanto política, procuramos quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspectos do nosso negócio, de modo a termos uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e *stress testing*. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o Grupo pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- Risco de liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos activos e passivos;
- Risco taxa de juro: resultante de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito;
- Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultante de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade;
- Risco taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;
- Risco de derivados: resultante da gestão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

VaR

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Grupo calcula o *VaR* diário usando para o cálculo da volatilidade um horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se apresentado conforme segue:

	2013				2012			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	31.882	32.794	98.922	1.279	2.155	5.199	64.777	670
Risco taxa de juro	7.486	278.967	2.102.434	7.486	25.525	423.948	1.433.894	21.557
Acções	103.908	142.773	400.830	34.380	68.235	23.056	128.548	1.981
Opções	250.475	138.598	426.766	17.546	43.550	53.177	113.981	18.791
Efeito da diversificação	16%	28%			27%	31%		
VaR Total	331.313	424.939	2.291.861	67.981	101.997	350.734	1.433.218	37.465

A gestão de *VaR* para as diferentes carteiras de *trading* manteve-se dentro dos limites estabelecidos para 2013. A exposição alocada às carteiras de acções, produtos estruturados e FX Cambial na vertente de *trading* manteve-se em níveis reduzidos à semelhança do que já havia acontecido no ano de 2012.

Stress Testing

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Grupo procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, desenvolvemos testes nas carteiras detidas pelo Grupo assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação.

Actualmente, o Grupo utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver os mais de 96 *stress tests* diários às várias posições de *trading* e investimento. Adicionalmente, numa base semanal, o Grupo corre 8 novos cenários, que correspondem a 48 *stress tests* semanais relativos às posições dos livros de *trading* e investimento. Estes novos cenários são também históricos, no entanto, reportam a datas diferentes, mais recentes e cujo impacto é mais significativo. Diariamente é ainda estimado o potencial impacto nas carteiras do Grupo quando admitimos cenários extremos no mercado de crédito e no mercado de acções, *Armageddon Stress Test* e *Armageddon Stress Test Debt*. Estes testes de esforço são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

A estratégia do Grupo assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são: (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer activo, (ii) garantir que grande parte do Balanço do Grupo pode ser convertido em liquidez no curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Grupo é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das actividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos activos e passivos do Balanço do Grupo encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

2013							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.560.069	-	-	-	-	-	14.560.069
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.024.236	-	-	-	-	-	30.024.236
Activos financeiros detidos para negociação	-	78.794	942.387	2.166.143	3.246.106	15.466.476	21.899.906
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	142.572.751	717.462.651	14.845.768	874.881.170
Aplicações em instituições de crédito	-	35.500.661	-	27.753	-	-	35.528.414
Crédito a clientes	-	16.804.256	14.035.491	1.023.562	165.047.720	7.492	196.918.521
	44.584.305	52.383.711	14.977.878	145.790.209	885.756.477	30.319.736	1.173.812.316
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	110.017.778	-	20.296.944	-	-	130.314.722
Passivos financeiros detidos para negociação	-	9.797	748.641	599.032	-	-	1.357.470
Recursos de outras instituições de crédito	5.825.592	7.592.879	105.035.826	25.023.500	-	-	143.477.797
Recursos de clientes	190.553.926	172.401.703	276.166.832	44.594.830	-	-	683.717.291
Derivados de cobertura	-	-	197.921	5.681.320	1.474.095	-	7.353.336
	196.379.518	290.022.157	382.149.220	96.195.626	1.474.095	-	966.220.616
2012							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.054.324	-	-	-	-	-	14.054.324
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.698.790	-	-	-	-	-	19.698.790
Activos financeiros detidos para negociação	-	865.572	2.178.274	3.457.397	1.838.992	9.067.462	17.407.697
Activos financeiros disponíveis para venda	-	10.004.919	4.930.950	161.927.915	508.865.876	14.365.610	700.095.270
Aplicações em instituições de crédito	-	36.615.539	308.921	-	-	-	36.924.460
Crédito a clientes	-	14.576.174	7.359.629	18.384.698	152.181.668	172.079	192.674.248
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
	33.753.114	62.062.204	14.777.774	183.770.010	662.886.536	23.605.151	980.854.789
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	260.247.778	-	-	260.247.778
Passivos financeiros detidos para negociação	-	112.130	545.520	358.344	-	-	1.015.994
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.480.594	-	-	-	-	6.480.594
Recursos de clientes	138.589.067	148.556.298	235.184.845	21.499.953	-	-	543.830.163
Derivados de cobertura	-	-	182.555	8.046.387	3.381.576	-	11.610.518
	138.589.067	155.149.022	235.912.920	290.152.462	3.381.576	-	823.185.047

Exposição a dívida pública de países da Zona Euro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição do Grupo a dívida pública de países da Zona Euro apresenta-se como segue:

	2013		2012	
	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda
Portugal	1.672.313	146.157.851	1.257.209	167.683.749
Espanha	-	116.792.966	-	144.757.870
Grécia	36.118	-	233.831	1.493.914
Irlanda	5.677	-	12.759	-
Itália	-	302.882.722	-	139.352.972
Chipre	-	-	65.235	-
Alemanha	142.361	-	-	-
Supra Nacional	76.755	-	-	-
	1.933.224	565.833.539	1.569.034	453.288.505

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda e Activos financeiros detidos para negociação é como se segue:

2013					
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Activos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	47.643	48.200	388	48.588	-
Maturidade superior a 1 ano	1.766.751	1.591.875	31.850	1.623.725	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	176.189	35.072	1.046	36.118	-
Irlanda					
Maturidade superior a 1 ano	5.000	5.626	51	5.677	-
Alemanha					
Maturidade superior a 1 ano	145.542	141.631	730	142.361	-
Supra Nacional					
Maturidade inferior a 1 ano	12.050	12.070	97	12.167	-
Maturidade superior a 1 ano	68.653	63.775	813	64.588	-
Activos financeiros disponíveis para venda					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	192.000.000	140.528.832	5.629.019	146.157.851	(1.151.733)
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	113.500.000	113.624.600	3.168.366	116.792.966	(576.656)
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	272.500.000	299.144.668	3.738.054	302.882.722	(1.214.699)
	580.221.828	555.196.349	12.570.414	567.766.763	(2.943.088)

2012					
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Activos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	249.757	255.675	3.729	259.403	-
Maturidade superior a 1 ano	1.106.441	977.686	20.155	997.806	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	814.085	224.129	9.702	233.831	-
Irlanda					
Maturidade superior a 1 ano	11.990	12.298	461	12.759	-
Chipre					
Maturidade inferior a 1 ano	47.000	40.185	1.024	41.209	-
Maturidade superior a 1 ano	35.000	23.807	219	24.026	-
Activos financeiros disponíveis para venda					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	5.000.000	4.930.950	-	4.930.950	102.025
Maturidade superior a 1 ano	208.200.000	157.241.400	5.511.399	162.752.799	8.535.006
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	151.203.000	138.956.224	5.801.646	144.757.870	(8.820.194)
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	3.685.500	1.431.080	62.835	1.493.914	607.827
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	129.000.000	137.720.583	1.632.388	139.352.972	2.722.658
	499.352.773	441.814.017	13.043.558	454.857.539	3.147.322

Risco de Taxa de Juro

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se apresentada conforme segue:

	2013				2012			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	(19.361.026)	19.361.026	(10.533.307)	10.533.307	(11.848.566)	11.848.566	(5.888.328)	5.888.328
Em 30 de Junho	(14.893.613)	14.893.613	(8.347.089)	8.347.089	(10.884.360)	10.884.360	(5.635.784)	5.635.784

Risco de Re-ricing dos Activos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontram-se apresentados conforme se segue:

2013						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.560.069	14.560.069	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.024.236	30.024.236	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	21.899.906	15.466.476	78.794	942.387	2.166.143	3.246.106
Activos financeiros disponíveis para venda	874.881.170	14.845.768	-	-	142.572.751	717.462.651
Aplicações em instituições de crédito	35.528.414	-	35.500.661	-	27.753	-
Crédito a clientes	196.918.521	7.492	16.804.256	14.035.491	1.023.562	165.047.720
Total	1.173.812.316	74.904.041	52.383.711	14.977.878	145.790.209	885.756.477
Recursos de bancos centrais	130.314.722	-	110.017.778	-	20.296.944	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.357.470	-	9.797	748.641	599.032	-
Recursos de outras instituições de crédito	143.477.797	5.825.592	7.592.879	105.035.826	25.023.500	-
Recursos de clientes	683.717.291	190.553.926	172.401.703	276.166.832	44.594.830	-
Derivados de cobertura	7.353.336	-	-	197.921	5.681.320	1.474.095
Total	966.220.616	196.379.518	290.022.157	382.149.220	96.195.626	1.474.095
GAP (Activos - Passivos)	207.591.700	(121.475.477)	(237.638.446)	(367.171.342)	49.594.583	884.282.382

2012						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14 054 324	14 054 324	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.698.790	19.698.790	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	17.407.697	9.067.462	865.572	2.178.274	3.457.397	1.838.992
Activos financeiros disponíveis para venda	700.095.270	14.365.610	10.004.919	4.930.950	161.927.915	508.865.876
Aplicações em instituições de crédito	36.924.460	-	36.615.539	308.921	-	-
Crédito a clientes	192.674.248	172.079	14.576.174	7.359.629	18.384.698	152.181.668
Total	980.854.789	57.358.265	62.062.204	14.777.774	183.770.010	662.886.536
Recursos de bancos centrais	260.247.778	-	-	-	260.247.778	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.015.994	-	112.129	545.520	358.345	-
Recursos de outras instituições de crédito	6.480.594	-	6.480.594	-	-	-
Recursos de clientes	543.830.163	138.589.067	148.556.298	235.184.845	21.499.953	-
Derivados de cobertura	11.610.518	-	-	182.555	8.046.387	3.381.576
Total	823.185.047	138.589.067	155.149.021	235.912.920	290.152.463	3.381.576
GAP (Activos - Passivos)	157.669.742	(81.230.802)	(93.086.817)	(221.135.146)	(106.382.453)	659.504.960

Risco Cambial

Nos mercados cambiais verificaram-se níveis mais baixos de volatilidade do Euro-Dólar e do Euro-lene durante o ano de 2013, comparativamente com os valores registados nos anos de 2012 e 2011. Esta descida reflecte uma maior estabilidade da zona Euro contra mercados americanos e asiáticos. Durante o ano de 2013, a expectativa relativamente à taxa de juro de referência do Euro foi de descida, tendo atingido níveis mínimos históricos de 0,25%, com impacto directo nas taxas de câmbio. Relativamente às taxas de câmbio do Euro face às principais divisas, de salientar a desvalorização do Euro face ao Dólar durante o segundo trimestre de 2013, contudo no último semestre de 2013 houve uma valorização desta divisa. No que concerne ao Euro face ao lene registou-se uma valorização da primeira moeda face à segunda ao longo de todo o ano.

O Grupo não especula em mercados cambiais (*FX*) e a utilização relativamente baixa dos limites de *VaR* reflectem a estratégia do Grupo de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se apresentada conforme se segue:

2013					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.544.072	5.974	10.023	-	14.560.069
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.777.822	8.850.686	382.128	1.013.600	30.024.236
Activos financeiros detidos para negociação	19.348.847	2.336.053	150.419	64.587	21.899.906
Activos financeiros disponíveis para venda	860.034.196	14.846.974	-	-	874.881.170
Aplicações em instituições de crédito	35.528.414	-	-	-	35.528.414
Crédito a clientes	196.918.510	11	-	-	196.918.521
Activos não correntes detidos para venda	204.249	-	-	-	204.249
Activos tangíveis	16.409.219	-	-	-	16.409.219
Activos intangíveis	133.270	-	-	-	133.270
Investimentos em associadas	5.398.628	-	-	-	5.398.628
Activos por impostos correntes	243.508	-	-	-	243.508
Activos por impostos diferidos	2.067.906	-	-	-	2.067.906
Outros activos	15.970.030	172.454	18.672	-	16.161.156
Total de Activo	1.186.578.671	26.212.152	561.242	1.078.187	1.214.430.252
Passivo por moeda					
Recursos de bancos centrais	130.314.722	-	-	-	130.314.722
Passivos financeiros detidos para negociação	1.357.470	-	-	-	1.357.470
Recursos de outras instituições de crédito	138.122.896	5.353.927	974	-	143.477.797
Recursos de clientes	665.479.935	18.125.533	20.664	91.159	683.717.291
Derivados de cobertura	7.353.336	-	-	-	7.353.336
Provisões	4.701.055	-	-	-	4.701.055
Passivos por impostos correntes	16.404.477	-	-	-	16.404.477
Outros passivos	16.108.435	2.733.268	539.604	530.197	19.911.504
Total de Passivo	979.842.326	26.212.728	561.242	621.356	1.007.237.652
Activo - Passivo líquido por moeda	206.736.345	(576)	-	456.831	207.192.600

2012					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.040.612	8.459	5.253	-	14.054.324
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.085.442	5.658.663	591.141	363.544	19.698.790
Activos financeiros detidos para negociação	13.134.549	4.193.714	66.862	12.572	17.407.697
Activos financeiros disponíveis para venda	692.367.818	7.727.452	-	-	700.095.270
Aplicações em instituições de crédito	25.555.435	11.369.025	-	-	36.924.460
Crédito a clientes	192.674.228	20	-	-	192.674.248
Activos tangíveis	16.533.668	-	-	-	16.533.668
Activos intangíveis	194.425	-	-	-	194.425
Investimentos em associadas	5.357.148	-	-	-	5.357.148
Activos por impostos diferidos	625.668	-	-	-	625.668
Outros activos	20.770.985	101.566	177.501	-	21.050.052
Total de Activo	994.339.978	29.058.899	840.757	376.116	1.024.615.750
Passivo por moeda					
Recursos de bancos centrais	260.247.778	-	-	-	260.247.778
Passivos financeiros detidos para negociação	1.015.994	-	-	-	1.015.994
Recursos de outras instituições de crédito	2.673.685	3.806.909	-	-	6.480.594
Recursos de clientes	515.316.119	27.804.702	338.377	370.965	543.830.163
Derivados de cobertura	11.610.518	-	-	-	11.610.518
Provisões	2.905.364	-	-	-	2.905.364
Passivos por impostos correntes	16.695.327	-	-	-	16.695.327
Outros passivos	9.895.301	678.721	502.380	29.491	11.105.893
Total de Passivo	820.360.086	32.290.332	840.757	400.456	853.891.631
Activo - Passivo líquido por moeda	173.979.892	(3.231.433)	-	(24.340)	170.724.119

Risco de derivados

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Grupo depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Grupo quantifica as suas exposições a estas variáveis executando análises de sensibilidade conhecidas como "gregos" que são termos matemáticos definidos abaixo.

De uma maneira geral os níveis de sensibilidade à volatilidade (*Vega*) mantiveram-se sempre dentro de níveis baixos face aos valores registados em anos anteriores. Contudo, os maiores níveis de sensibilidade tiveram lugar no último trimestre do ano.

Analisando as diferentes sensibilidades da carteira de *trading* do Grupo para o ano de 2013, verificamos de uma forma quase consistente o perfil longo nos mercados accionistas.

Os valores de delta, foram de uma maneira geral, semelhantes aos registados no ano anterior, havendo uma ligeira diminuição da exposição a acções no último trimestre do ano. Nos produtos de taxa fixa, optou-se por uma estratégia longa em obrigações. A exposição ao risco de taxa de juro registou os maiores valores no terceiro trimestre do ano de 2013 devido a uma maior exposição a títulos de rendimento fixo (obrigações de taxa fixa) e uma diminuição do *hedge*. Contudo, de uma maneira geral, este aumento de risco foi sendo acompanhado com uma estratégia de cobertura de risco de taxa de juro via *swaps* de taxa de juro e futuros de taxa de juro.

2013				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(547.940)	(13.251)	(169.252)	(59.192)
Máximo	(69.346)	64.921	469.100	1.732
Média	(294.844)	22.638	188.093	(5.297)
Desvio padrão	110.230	19.755	130.739	6.343

2012				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(305.901)	(27.045)	30.929	(12.626)
Máximo	(85.076)	12.082	300.489	7.859
Média	(172.196)	(5.616)	209.539	44
Desvio padrão	60.094	6.819	31.088	1.909

<i>Rho</i>	Sensibilidade da taxa de juro
<i>Vega</i>	Sensibilidade da volatilidade
<i>Delta</i>	Sensibilidade do subjacente
<i>Theta</i>	Sensibilidade ao tempo

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Grupo, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte;
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito;
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos;
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento;
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco;
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito;
- Integridade do processo de aprovação de crédito;
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares;
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados.

A exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se apresentada conforme se segue:

2013						
	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.528	53	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	3.135.758	30.633.935	-	-
Indústrias transformadoras	30.006	118	2.637.896	40.577.188	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	6.913.926	72.211.174	5.972.809	-
Construção	127.065	125.917	184.275	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	54.982	823	3.159.550	-	-	148.938
Transportes e armazenagem	401	100	1.506.847	-	-	-
Actividades financeiras e de seguros	172.504.073	-	843.411	119.442.728	-	-
Actividades imobiliárias	2.006.591	671	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.267.446	2.475	55.291	30.478	-	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.006.915	568.737.386	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	60.482	743	-	-	-	-
Crédito à habitação	5.290.139	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	15.470.677	56.712	28.124	-	-	-
Outros	290.933	190	2.427.913	49.952.544	731.454	84.628
	197.106.323	187.802	21.899.906	881.585.433	6.704.263	233.566

2012						
	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6.806	102	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	581.100	-	-	-
Indústrias transformadoras	1.773	1.773	1.435.179	1.846.926	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	3.629.854	48.672.733	5.972.809	-
Construção	195.614	185.080	203.686	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	260.110	2.093	-	-	-	148.938
Transportes e armazenagem	-	-	1.027.159	26.204.566	-	-
Actividades financeiras e de seguros	169.800.945	14	6.066.623	145.365.672	-	-
Actividades imobiliárias	2.223.998	872	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.025.794	5.571	22.642	16.500	-	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.950.908	447.310.763	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	77.484	1.160	-	-	-	-
Crédito à habitação	5.302.666	1.684	-	-	-	-
Crédito a particulares	13.999.615	165.210	-	-	-	-
Outros	143.281	279	2.490.546	37.257.085	606.166	-
	193.038.086	363.838	17.407.697	706.674.245	6.578.975	148.938

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Grupo, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco reputacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de actividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da actividade em quaisquer circunstâncias.

O objectivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Grupo aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Grupo e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Grupo uma cultura de detecção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proactiva de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

O Grupo tem em curso um projecto de reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Acordo de Basileia, e com o objectivo de criar as condições necessárias para uma eventual implementação de métodos de medição avançados, uma vez que actualmente, o Grupo calcula os requisitos de capital para a cobertura do risco operacional com base no método do Indicador Básico.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontram-se apresentados conforme se segue:

		2013	2012
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, acções próprias e outros		103.074.986	100.290.638
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		98.854.612	63.023.169
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo		-	(1.577.583)
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda		-	(58.413)
Activos intangíveis		(133.270)	(194.425)
Fundos próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	201.796.328	161.483.386
Fundos próprios de base (Tier I)	(A2)	201.796.328	161.483.386
Fundos próprios complementares (Tier II)	(A3)	793.371	386.523
Fundos próprios elegíveis	(A4)	202.589.699	161.869.909
B- Activos de risco equivalentes			
Calculados de acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos da carteira bancária)		433.870.225	384.322.038
Calculados de acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos da carteira de negociação)		31.407.400	16.670.825
Calculados de acordo com o Aviso 9/2007 (Risco operacional)		150.947.383	105.348.425
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	616.225.008	506.341.288
C- Rácios de capital			
Rácio Core Tier I	(A1 / B)	32,7%	31,9%
Rácio Tier I	(A2 / B)	32,7%	31,9%
Rácio de solvabilidade	(A4 / B)	32,9%	32,0%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se apresentado conforme se segue:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	161.869.909	146.510.409
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, acções próprias e outros	2.784.348	(3.607.323)
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	35.831.443	15.054.292
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo	1.577.583	351.357
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda	58.413	3.012.139
Activos intangíveis	61.155	340.437
Fundos próprios complementares	406.848	208.598
Saldo no fim do exercício	202.589.699	161.869.909

Outros Riscos e a sua medição

Risco Reputacional

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, o Grupo idealizou testes de esforço onde admite que a existência de notícias bastante negativas relativas ao Grupo, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana, tendo em atenção aos juros que possam advir destes levantamentos.

Risco de Correlação

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação, crédito, contraparte, mercado, taxa de juro, mercado, etc, encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória nalguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

- Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação:
O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.
- Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:
No ponto anterior, são analisados os riscos de reputação *versus* risco de liquidez. Neste caso, assumimos que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.
- Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Crédito:
Neste caso, o Grupo admite, à semelhança do ponto anterior, cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente, consideramos um cenário de probabilidade de *default* dos activos, bem como o impacto de *downgrades* no *rating* destes.

Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:

(Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100 p.b. na curva de taxas de juro)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2013, cujo impacto é descrito de seguida:

Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 80.112.719 euros.

Responsabilidades: 63.660.111 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100 p.b. na curva de taxas de juro) o Grupo estima uma perda potencial de 27.413.488 euros.

Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 80.112.719 euros.

Responsabilidades: 95.490.166 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 15.377.447 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100 p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 27.413.488 euros.

Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 80.112.719 euros.

Responsabilidades: 341.858.646 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 261.745.927 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100 p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 27.413.488 euros.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

(Cenário de *downgrades* dos títulos de dívida:

Aaa – Aa2: mantém-se o *rating*

Aa3 – A3: descida de 2 nodos no *rating*

Baa1 e ratings inferiores: descida de 4 nodos no *rating*

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2013, cujo impacto é descrito de seguida:

Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 80.112.719 euros.

Responsabilidades: 63.660.111 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress downgrade* dos títulos de dívida, o Grupo estima uma perda potencial de 42.133.114 euros.

Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 80.112.719 euros.

Responsabilidades: 95.490.166 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 15.377.447 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress downgrade* dos títulos de dívida, o Grupo estima uma perda potencial de 42.133.114 euros.

Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 80.112.719 euros.

Responsabilidades: 341.858.646 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 261.745.927 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress downgrade* dos títulos de dívida, o Grupo estima uma perda potencial de 42.133.114 euros.

NOTA 40 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos, conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e por pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos, de acordo com o IAS 19 – Benefícios a Empregados, como um activo e estavam a ser imputados a resultados ao longo da vida do serviço remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos, à data de introdução do plano.

Em virtude da alteração ao IAS 19, o Grupo procedeu ao reconhecimento da totalidade deste activo nos resultados transitados de forma retrospectiva, o que implicou os ajustamentos que em baixo são apresentados.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Grupo reexpresse as suas demonstrações financeiras.

	Notas	31 de Dezembro de 2012			1 de Janeiro de 2012		
		Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	14.054.324	-	14.054.324	10.323.223	-	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	19.698.790	-	19.698.790	42.026.648	-	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	18	17.407.697	-	17.407.697	13.336.285	-	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	19	700.095.270	-	700.095.270	503.683.281	-	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	20	36.924.460	-	36.924.460	27.087.173	-	27.087.173
Crédito a clientes	21	192.674.248	-	192.674.248	159.330.790	-	159.330.790
Derivados de cobertura		-	-	-	21.544	-	21.544
Activos não correntes detidos para venda	22	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis	24	16.533.668	-	16.533.668	17.399.614	-	17.399.614
Activos intangíveis	25	194.425	-	194.425	534.862	-	534.862
Investimentos em subsidiárias e associadas	26	5.357.148	-	5.357.148	4.954.560	-	4.954.560
Activos por impostos correntes	27	-	-	-	1.740.137	-	1.740.137
Activos por impostos diferidos	33	625.668	-	625.668	34.873.163	-	34.873.163
Outros activos	28	22.627.636	(1.577.584)	21.050.052	13.672.201	(1.928.940)	11.743.261
Total de activo		1.026.193.334	(1.577.584)	1.024.615.750	828.983.481	(1.928.940)	827.054.541
Passivo							
Recursos de bancos centrais	29	260.247.778	-	260.247.778	238.322.892	-	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1.015.994	-	1.015.994	18.591.972	-	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	30	6.480.594	-	6.480.594	48.895.643	-	48.895.643
Recursos de clientes	31	543.830.163	-	543.830.163	440.567.939	-	440.567.939
Derivados de cobertura	23	11.610.518	-	11.610.518	5.046.890	-	5.046.890
Provisões	32	2.905.364	-	2.905.364	20.150	-	20.150
Passivos por impostos correntes	27	16.695.327	-	16.695.327	-	-	-
Outros passivos	34	11.105.893	-	11.105.893	10.303.654	-	10.303.654
Total de passivo		853.891.631	-	853.891.631	761.749.140	-	761.749.140
Capital							
Capital	35	104.000.000	-	104.000.000	104.000.000	-	104.000.000
Prémios de emissão	35	1.362.281	-	1.362.281	1.362.281	-	1.362.281
Ações próprias	35	(1.171.567)	-	(1.171.567)	(1.323.065)	-	(1.323.065)
Reserva de justo valor	35	(1.183.677)	-	(1.183.677)	(87.279.347)	-	(87.279.347)
Outras reservas e resultados transitados	35	46.487.985	(1.928.940)	44.559.045	50.474.472	(1.928.940)	48.545.532
Resultado líquido do exercício		32.166.525	351.356	32.517.881	-	-	-
Dividendos antecipados	35	(9.359.844)	-	(9.359.844)	-	-	-
Total de capital		172.301.703	(1.577.584)	170.724.119	67.234.341	(1.928.940)	65.305.401
Total de passivo e capital		1.026.193.334	(1.577.584)	1.024.615.750	828.983.481	(1.928.940)	827.054.541

	Notas	31 de Dezembro 2012		
		Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	4	39.199.855	-	39.199.855
Juros e custos similares	4	(20.465.768)	-	(20.465.768)
Margem financeira		18.734.087	-	18.734.087
Rendimentos de instrumentos de capital	5	1.576.839	-	1.576.839
Rendimentos de serviços e comissões	6	9.844.788	-	9.844.788
Encargos com serviços e comissões	6	(3.054.980)	-	(3.054.980)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	11.440.959	-	11.440.959
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	36.685.156	-	36.685.156
Resultados de reavaliação cambial	9	876.704	-	876.704
Resultados de alienação de outros activos	10	4.252.138	-	4.252.138
Outros resultados de exploração	11	(28.178)	-	(28.178)
Proveitos operacionais		80.327.513	-	80.327.513
Custos com pessoal	12	(15.192.007)	351.356	(14.840.651)
Gastos gerais administrativos	14	(6.130.922)	-	(6.130.922)
Depreciações e amortizações	24 e 25	(1.314.991)	-	(1.314.991)
Provisões líquidas de anulações	32	(2.892.714)	-	(2.892.714)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	(16.378)	-	(16.378)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	(5.736.787)	-	(5.736.787)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22 e 28	(541.246)	-	(541.246)
Custos operacionais		(31.825.045)	351.356	(31.473.689)
Resultado operacional		48.502.468	351.356	48.853.824
Resultados de associadas	26	23.371	-	23.371
Resultado antes de impostos		48.525.839	351.356	48.877.195
Impostos				
Correntes	33	(16.385.895)	-	(16.385.895)
Diferidos	33	26.581	-	26.581
Resultado líquido do exercício		32.166.525	351.356	32.517.881
Resultados por acção básicos	15	0,31		0,31
Resultados por acção diluídos	15	0,31		0,31

NOTA 41 NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

41.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas adoptadas pelo Grupo

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2013, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2013:

IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à IAS 19 – Benefícios dos empregados, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), o Grupo alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), o Grupo determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (activo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (activo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (activo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos cativos do plano; e (iii) o juro do efeito do tecto (*ceiling*) do activo.

Igualmente como resultado da IAS 19 (2011), o Grupo teve de proceder ao reconhecimento do activo respeitante aos custos com serviços passados na sua totalidade nos resultados transitados de forma retrospectiva, tal como descrito na nota 40 – Alterações de Políticas Contabilísticas.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, o Grupo modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre activos e passivos financeiros, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

O Grupo não teve impacto na adopção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adoptados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 – Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 – Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, o Grupo adoptou a nova definição de justo valor prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos activos e passivos do Grupo.

IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em 19 de Outubro de 2011, a *IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto*, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações do Grupo, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

41.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas ainda não adoptadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O *IASB*, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à *IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros*, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Grupo não espera impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adoptada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Separadas

O *IASB*, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à *IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas*, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a *IFRS 10* endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a *IAS 27* (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (*IFRS 10*, *IFRS 11*, *IFRS 12*, *IFRS 13* e alterações à *IAS 28*).

O Grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O *IASB*, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a *IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas*, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A *IFRS 10*, revoga parte da *IAS 27* e a *SIC 12*, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da *IAS 27* para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Grupo está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

O *IASB*, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a *IFRS 11 – Acordos Conjuntos*, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a *IAS 31* e a *SIC 13*, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na *IFRS 10* e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A *IFRS 11* elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (*IAS 28*).

O Grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O *IASB*, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à *IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos*, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas *IFRS 11* e *IFRS 12*, a *IAS 28* foi alterada e passou a designar-se de *IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos*, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

O *IASB*, emitiu em 12 de Maio de 2011, a *IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades*, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A *IFRS 12* inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Grupo está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da *IFRS 12* em linha com a adopção das *IFRS 10* e *IFRS 11*.

Entidades de Investimento – Alterações à *IFRS 10*, *IFRS 12* e *IAS 27* (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O *IASB* define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na *IFRS 10*, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a *IFRS 10* entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 20 de Novembro.

O Grupo está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

***IAS 36* (Alterada) – Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros**

O *IASB*, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

***IAS 39* (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O *IASB*, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

***IAS 19* (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O *IASB*, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da *IAS 19* (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo, a um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (*vesting*) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de IFRS efectivas

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da *IFRS 3*, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na *IFRS 11*. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O parágrafo 52 da *IFRS 13* inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela *IAS 39* ou *IFRS 9*, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na *IAS 32*.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela *IFRS 3*.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A *IFRS 9* (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A *IFRS 9* (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A *IFRS 9* (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O *IASB* tem presentemente um projecto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na *IFRS 9* e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da *IFRS 9* (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na *IAS 39*, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na *IAS 39* de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A *IFRS 9* (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a *IFRS 9* (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na *IAS 39* para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A *IFRS 9* (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da *IAS 39*.

A data em que a *IFRS 9* se torna efectiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respectiva avaliação. Dada a natureza das actividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto Ribeiro

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-Presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Paulo José Caramelo de Figueiredo

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho

Conselho Fiscal

José Fernando Catarino Galamba de Oliveira (Presidente)

Pedro Rogério Barata de Ouro Lameira

Diogo Pereira Duarte

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, SROC, S.A., representado por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho

Ana Cristina Soares Valente Dourado

(Revisor Oficial de Contas Suplente)

CONTACTOS ÚTEIS

Serviços Online

Serviços Online
Serviço de Apoio ao Cliente

707 244 707
213 305 327

www.big.pt
apoio@bancobig.pt

Clientes – Geral

Institucionais e Empresas
Retailho Especializado

Mário Bolota
Tiago Eusébio

mario.bolota@bancobig.pt
tiago.eusebio@bancobig.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Acções
Mercado Cambial
Opções/Produtos Estruturados

Clientes Institucionais e Empresas

Clientes High Net Worth

Clientes Afluentes

Plataformas de Trading

Corretagem

Gestão de Activos

Corporate Finance

Research

Crédito Especializado

Ricardo Pinho
João Vaz Velho
Fernando Quadros
João Henrique
Diogo Costa
Cláudio Sousa
Pedro Cardoso
Rui Bolsa
Paula Gil
Gonçalo Moreira
Peter Rodrigues
Lino Tudela
Rui Broega
Ana Rita Gil
João Lampreia
Luís Farias

ricardo.pinho@bancobig.pt
joao.velho@bancobig.pt
fernando.quadros@bancobig.pt
joao.henrique@bancobig.pt
diogo.costa@bancobig.pt
claudio.sousa@bancobig.pt
pedro.cardoso@bancobig.pt
rui.bolsa@bancobig.pt
paula.gil@bancobig.pt
goncalo.moreira@bancobig.pt
peter.rodrigues@bancobig.pt
lino.tudela@bancobig.pt
rui.broega@bancobig.pt
ana.gil@bancobig.pt
joao.lampreia@bancobig.pt
luis.farias@bancobig.pt

Áreas de Suporte

IT

Sistemas de BackOffice
Desenvolvimento

Operações

Contabilidade

Controlo Interno

Auditoria

Recursos Humanos

Marketing

Risco

Paulo Figueiredo
Carla Rosa
Vitor Luís
Paulo Campos
Dora Moreira
Francisco Passaradas
Luís Penaguiaão
Paula Moreira
Alexandre Martins
Lúcia Ventura
Miguel Mira
Teresa Raimundo

paulo.figueiredo@bancobig.pt
carla.rosa@bancobig.pt
vitor.luis@bancobig.pt
paulo.campos@bancobig.pt
dora.moreira@bancobig.pt
francisco.passaradas@bancobig.pt
luis.penaguiao@bancobig.pt
paula.moreira@bancobig.pt
alexandre.martins@bancobig.pt
lucia.ventura@bancobig.pt
miguel.mira@bancobig.pt
teresa.raimundo@bancobig.pt

Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74 -76, 1200-869 Lisboa

213 305 300



BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL S.A.

www.BiG.pt